

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura
e Sociedade (CPDA)



Relatório com as principais notícias divulgadas pela mídia relacionadas com a
agricultura

Área Temática: Notícias Gerais
Período de Análise: 01/05/2013 a 31/05/2013

Mídias analisadas:

Jornal Valor Econômico
Jornal Folha de São Paulo
Jornal O Globo
Jornal Estado de São Paulo
Sítio eletrônico do MDS
Sítio eletrônico do MDA
Sítio Eletrônico do MMA
Sítio eletrônico do INCRA
Sítio eletrônico da CONAB
Sítio eletrônico do MAPA
Sítio eletrônico da Agência Carta Maior
Sítio Eletrônico da Fetraf
Sítio Eletrônico da MST
Sítio Eletrônico da Contag
Sítio Eletrônico da CNA
Sítio Eletrônico da CPT
Carta Capital

Estagiária: Yohanan Barros

Índice

Tráfico internacional de drogas usa Assentamento Itamarati como rota. Germano de Oliveira – O Globo, País. 04/05/2013	7
RS tem assentamento rural com mecanismos de mercado. Flávio Ilha – O Globo, País. 04/05/2013	8
Ruralistas preparam 'ocupação' no Congresso contra demarcação indígena. Tarso Veloso e André Borges – Valor Econômico, Política. 06/05/2013	9
MP dos Portos é predatória, diz Requião. Gabriel Bonis – Site da Carta Capital, Economia. 07/05/2013.....	10
Consórcios públicos se reúnem em Alagoas para troca de experiências sobre acesso à água – Site do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). 08/05/2013.....	11
Ministra diz que processo de demarcações de terras indígenas tem falhas. Márcio Falcão e Gabriela Guerreiro – Folha de São Paulo, Poder. 08/05/2013.....	11
CONTAG negocia com o MDA – Site da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Agricultura (CONTAG). 09/05/2013	14
Ignácio Rangel. Marcelo Miterhof – Folha de São Paulo, Colunistas. 09/05/2013.....	15
Conab libera R\$ 1,3 mi para pequenos agricultores do Acre. Thais Margalho – Site da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB). 10/05/2013.....	17
Ministro da Justiça não garante permanência de presidente da Funai no cargo. Andreza Matais – Folha de São Paulo, Poder. 10/05/2013	17
Pobre América Latina. Kátia Abreu – Folha de São Paulo, Mercado. 11/05/2013.....	18
Fazendas interdidas por irregularidade ambiental no Brasil equivalem a 5 Holandas. Tatiana Freitas – Folha de São Paulo, Mercado. 11/05/2013.....	20
Júri de acusados de matar cinco sem-terra é adiado novamente – Folha de São Paulo, Poder. 13/05/2013	21
MP dos Portos deve ser votada sem consenso nesta segunda-feira – Site da Carta Capital, Política. 13/05/2013	23
PMDB deve obstruir votação da MP dos Portos – Site da Carta Capital, Política. 13/05/2013.....	24
A quem serve a MP dos Portos? José Augusto Valente e Samuel Gomes – Site da Agência Carta Maior, Blog das frases. 13/05/2013.....	26
Especuladores devem ser julgados pela fome, diz Ziegler. José Coutinho Júnior – Site do MST. 13/05/2013	29
Suprema Corte dos EUA dá vitória à Monsanto em discussão sobre patente – Valor Econômico, Agronegócios. 13/05/2013	31

MP dos Portos: Quando o governo vai abrir as comunicações? Saul Leblon – Site da Agência Carta Maior, Economia. 13/05/2013.....	32
Votação da MP dos Portos é adiada – Site da Carta Capital, Política. 13/05/1991....	34
Senadores do Acre trocam acusações sobre operação da PF. Gabriela Guerreiro – Folha de São Paulo, Poder. 14/05/2013.....	36
Editorial: Portos e porteiras – Folha de São Paulo, Opinião. 14/05/2013.....	37
Sem regulação dos portos, país terá retrocesso, diz ministro da Agricultura – Folha de São Paulo, Poder. 14/05/2013.....	38
Contrários à MP dos Portos, estivadores fazem greve em Santos e em Paranaguá – Folha de São Paulo, Poder. 14/05/2013.....	39
STF anula júri que condenou acusado de matar Dorothy Stang. Felipe Seligman – Folha de São Paulo, Poder. 14/05/2013.....	40
Ministro da Agricultura pede aprovação da MP dos Portos – Site do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA). 14/05/2013.....	41
Agricultores familiares fazem negócios da ordem de R\$ 20 milhões na APAS 2013 – Site do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). 14/05/2013	41
Reserva no Paraná tem índios 'paraguaios' e clima de tensão. Estelita Hass Carazzai – Folha de São Paulo, Poder. 14/05/2013.....	43
Governo teve problemas na MP dos Portos porque não dialogou, diz Campos – Folha de São Paulo, Poder. 15/05/2013.....	44
Bancada ruralista pede criação de CPI para investigar Funai. Márcio Falcão – Folha de São Paulo, Poder. 15/05/2013.....	45
Sem-terra e movimento gay se unem em marcha em Brasília – Folha de São Paulo, Poder. 15/05/2013.....	46
Mercadante minimiza embate com PMDB na MP dos Portos. Lucas Vettorazzo – Folha de São Paulo, Poder. 15/05/2013.....	47
Venda de madeira gera ação contra dirigentes do Incra. José Maria Tomazela – O Estado de São Paulo, Política. 15/05/2013	48
Deere & Co registra lucro líquido de US\$ 1,084 bilhão no 2º trimestre. Bettina Barros – Valor Econômico, Agronegócios. 15/05/2013.....	49
Ministra nega recuo do governo por aprovação da MP dos Portos. Natuza Nery – Folha de São Paulo, Poder. 15/05/2013.....	49
Cade aprova compra de fábrica de fertilizantes da Vale pela Petrobras. Thiago Resende – Valor Econômico, Agronegócios. 16/05/2013.....	50
Demarcação Ruralista – Site da Comissão Pastoral da Terra (CPT). 16/05/2013.....	50
Emenda 'Tio Patinhas' da MP dos Portos foi apresentada 24 vezes. Andreza Matais e Breno Costa – Folha de São Paulo, Poder. 16/05/2013	53

Governo faz concessão ao PMDB ao aceitar emenda polêmica da MP dos Portos. Breno Costa, Márcio Falcão e Dimmi Amora – Folha de São Paulo, Poder. 15/05/2013	54
Entidade ligada à Igreja critica STF por anular julgamento sobre morte de Dorothy. Márcio Bittencourt – Folha de São Paulo, Poder. 16/05/2013.....	56
Após aprovação na Câmara, Senado inicia análise da MP dos Portos. Gabriela Guerreiro e Breno Costa – Folha de São Paulo, Poder. 16/05/2013	58
Editorial: Contra o tempo – Folha de São Paulo, Opinião. 16/05/2013	60
Impasse na MP dos Portos provoca troca de farpas entre Alves e petistas. Márcio Falcão – Folha de São Paulo, Poder. 16/05/2013	61
Tucano rasga regimento da Câmara contra manobra para votar MP dos Portos. Márcio Falcão – Folha de São Paulo, Poder. 16/05/2013	62
Temer diz estar 'otimista' com MP no Senado e nega deficiência na articulação. Tai Nalon – Folha de São Paulo, Poder. 16/05/2013.....	63
Oposição vai ao STF para tentar suspender votação da MP dos Portos no Senado. Gabriela Guerreiro e Breno Costa – Folha de São Paulo, Poder. 16/05/2013.....	64
Por MP dos Portos, governistas deflagram "operação despertador" para acordar deputados. Márcio Falcão e Dimmi Amora – Folha de São Paulo, Poder. 16/05/2013	66
Aécio pede que Renan impeça a votação da MP dos Portos no Senado. Gabriela Guerreiro e Breno Costa – Folha de São Paulo, Poder. 16/05/2013	66
A poucas horas do prazo, Senado aprova MP dos Portos. Gabriela Guerreiro e Dimmi Amora – Folha de São Paulo, Poder. 16/05/2013	68
Debate sobre demarcações aumenta tensão entre índios e ruralistas de MS – Folha de São Paulo, Poder. 16/05/2013.....	72
Ministro recebe representantes do 19º Grito da Terra Brasil – Site da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA). 16/05/2013	73
Compra de fábrica de fertilizantes da Vale pela Petrobras é aprovada pelo Cade – Folha de São Paulo, Mercado. 16/05/2013.....	73
Presidente da Câmara diz que Dilma ligou para agradecer aprovação da MP dos Portos. Tai Nalon – Folha de São Paulo, Poder. 16/05/2013	74
Governo quer implantar internet rural a partir de 2014, diz Bernardo – Folha de São Paulo, Mercado. 16/05/2013.....	75
FPA pede a Temer suspensão de demarcações. Venilson Ferreira – O Estado de São Paulo, Política. 16/05/2013.....	76
Servidora do Incra contesta denúncia do MPF. José Maria Tomazela – O Estado de São Paulo, Política. 16/05/2013.....	77
Associação de terminais aponta falhas na MP dos Portos aprovada na Câmara. Gustavo Bonato – O Globo, Economia. 16/05/2013	77

Entidade ligada à Igreja critica STF por anular julgamento sobre morte de Dorothy. Mário Bittencourt – Folha de São Paulo, Poder. 16/05/2013.....	78
Vetos de Dilma à MP dos Portos poderão afetar Gerdau e Vale. Danilo Fariello, Júnia Gama e Isabel Braga – O Globo, Economia. 17/05/2013	80
Alimentação escolar do DF gera renda para a agricultura familiar – Site do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). 17/05/2013.....	82
MP dos Portos precisa ser 'adequada', diz ministra. Estelita Hass Carazzai e Leandro Colon – Folha de São Paulo, Mercado. 17/05/2013.....	83
Aprovação da MP dos Portos é 'grande avanço', diz federação das indústrias do Rio. Mariana Sallowicz – Folha de São Paulo, Mercado. 17/05/2013.....	85
Ministério publica preços mínimos do trigo e do café. Fabiana Batista – Valor Econômico, Agronegócios. 20/05/2013	86
PF cumpre 19 mandados de prisão por fraudes em RO. Gabriela Vieira – O Estado de São Paulo, Notícias. 20/05/2013	86
Conab adquire alimentos da agricultura familiar em Goiás. Thais Margalho – Site da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB). 21/05/2013	87
Regulamentação trava aportes em defensivos no país, diz Basf. Gerson Freitas Jr. – Valor Econômico, Agronegócios. 22/05/2013	87
Fraude em processamento de soja em Bauru dá prejuízo de R\$ 2,76 bi. Fernanda Pressinott – Valor Econômico, Agronegócios. 22/05/2013	88
Corregedoria vai investigar delegado que confiscou equipamentos de jornalista em MS – Folha de São Paulo, Poder. 23/05/2013.....	89
Pragas resistentes aumentam vendas de pesticidas nos EUA. Ian Berry – Valor Econômico, Impresso. 23/05/2013	90
Novo recorde nas exportações das cooperativas. Tarso Veloso – Valor Econômico, Agronegócios. 23/05/2013	93
Mais de 60% dos deputados do PMDB assinaram pedido de CPI da Petrobras. Márcio Falcão – Folha de São Paulo, Poder. 23/05/2013	94
'Até paredes sabem que a MP dos Portos teve condutas não republicanas', diz Garotinho. Andreza Matais – Folha de São Paulo, Poder. 23/05/2013	94
Grupo discute diretrizes de controle da mosca branca e de lagartas – Site do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA). 24/05/2013	95
UE suspende uso de inseticidas suspeitos de matar abelhas – Valor Econômico, Agronegócios. 24/05/2013	96
Em reunião com ministro, Kátia Abreu defende investimento em logística. Luiz Henrique Mendes – Valor Econômico, Agronegócios. 24/05/2013.....	96
Justiça do Pará remarca para setembro julgamento do caso Dorothy Stang – Folha de São Paulo, Poder. 24/05/2013.....	97

PMDB engrossa pedido para investigar a Petrobras – Folha de São Paulo, Poder. 24/05/2013	98
Paralelo 16 Sul. Kátia Abreu – Folha de São Paulo, Mercado. 25/05/2013	98
Incra qualifica informações sobre imóveis rurais em nome de estrangeiros no País – Site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). 28/05/2013	100
Nova regra para caminhões aumenta congestionamento no acesso a Santos. Laiz Souza – O Globo, Economia. 28/05/2013	101
O Estado incita a violência no campo – Site da Comissão Pastoral da Terra (CPT). 29/05/2013	102
Ações de apoio ao Código – Site do Ministério do Meio Ambiente (MMA). 29/05/2013	105

Tráfico internacional de drogas usa Assentamento Itamarati como rota. Germano de Oliveira – O Globo, País. 04/05/2013

Incrá admite problemas e diz que trabalha em soluções

PONTA PORÃ (MS) — Como o Assentamento Itamarati está localizado a menos de mil metros da fronteira com o Paraguai e a poucos quilômetros dos maiores produtores de maconha e cocaína do mundo, a área se transformou num entreposto da droga. Traficantes vem adquirindo lotes no interior do assentamento, utilizado como rota de transporte da droga paraguaia e boliviana que entra no Brasil pela fronteira seca de 700 km com o Mato Grosso do Sul. Os traficantes cortam as esburacadas e pouco conhecidas estradas vicinais para levar aos grandes centros não apenas drogas, mas pesado armamento e cigarros.

A Força Nacional chegou a instalar uma base no interior do assentamento, mas uma ação do Ministério Público Federal, que questionou a legalidade da ocupação militar, provocou a retirada dos soldados, aumentando ainda mais o clima de insegurança no coração do programa de reforma agrária.

A polícia descobriu no ano passado a existência de dois laboratórios de cocaína dentro da Itamarati, levando ao desencadeamento da “Operação Copo Sujo”, com centenas de policiais e presença da Força Nacional. Atualmente, 18 moradores do assentamento estão presos por tráfico de drogas. O delegado Jorge André Santos Figueiredo, da Polícia Federal, tem informações de que muita gente transporta a droga até de bicicleta, ou dentro de sacos, no chamado tráfico formiguinha.

— A fronteira brasileira é de 16 mil km, dos quais 700 km de fronteira seca no Mato Grosso do Sul, inclusive Ponta Porã e no assentamento Itamarati. Como os traficantes colombianos, bolivianos e peruanos temem a lei do abate de seus aviões, estão levando a droga para o Paraguai, e de lá entrando com facilidade no Brasil. O assentamento é uma dessas rotas — garante o juiz Odilon Oliveira, que comanda a vara contra crimes financeiros e lavagem de dinheiro no estado.

Desafio é geração de renda

O superintendente do Incra em Mato Grosso do Sul, Celso Cestari, admite problemas no Assentamento Itamarati e diz que o maior desafio ainda é o de melhorar a renda dos assentados. Confirma a existência de ilegalidades no local, mas diz que está trabalhando para retomar as atividades do órgão, paralisadas por causa da corrupção que dominou a administração anterior. Essa retomada, inclui a reabertura do escritório do Incra no interior do assentamento de Ponta Porã, um dos maiores do Brasil. Reconhece que houve erros na seleção dos assentados, nem sempre dispostos a ter a atividade agrícola como meio de vida, mas garante que o projeto vai dar certo e que em breve começará a titular as terras, desatando o nó da falta de financiamentos na rede bancária.

— Vamos fazer a reorganização social da produção no local. Estamos reunindo os movimentos sociais para discutir como retomaremos os projetos da reforma agrária.

Temos que dar a mão a palmatória quanto à falta de financiamentos para os assentados. Muitos venderam os lotes, mas fizemos um levantamento nesse assentamento e verificamos que 80% das famílias permanecem com seus lotes regularmente — disse Cestari, para quem menos de 15% comercializaram ilegalmente os lotes obtidos para a reforma agrária.

Sobre o tráfico, diz:

— O problema é que o assentamento virou uma grande cidade. Atualmente tem mais gente lá do que muitas cidades brasileiras.

O órgão afirma que, só no assentamento, investiu R\$ 192,8 milhões para financiar as moradias. O Pronaf já distribuiu R\$ 47,7 milhões em crédito.

RS tem assentamento rural com mecanismos de mercado. Flávio Ilha – O Globo, País. 04/05/2013

Modelo de produção coletiva garante renda para produtores de arroz

NOVA SANTA RITA (RS) — Não é o paraíso sonhado por teóricos socialistas, mas está longe de ser uma experiência economicamente malsucedida. O assentamento Capela, no município de Nova Santa Rita, Região Metropolitana de Porto Alegre, vai completar 20 anos com um modelo insólito de produção que mistura propriedade coletiva da terra e mecanismos de mercado para garantir renda a 29 famílias de colonos, oriundos de um acampamento em Cruz Alta. Em pouco mais de 500 hectares, a Cooperativa de Produção Agropecuária Nova Santa Rita Ltda (Coopan) produz por ano 1,5 mil toneladas de arroz orgânico e abate 26 mil suínos num sistema sem empregados — os 61 sócios são remunerados pelo número de horas trabalhadas, independentemente da atividade.

O modelo de produção coletiva é raro em terras gaúchas, que têm 335 assentamentos. Mas é o que garante renda digna às famílias, porque os módulos de 20 hectares da reforma agrária são suficientes apenas para a subsistência. A união dos agricultores permitiu o acúmulo de capital para que a empresa pudesse investir em tecnologia e começasse a dar resultados satisfatórios.

— Um grupo de famílias decidiu se articular para trabalhar nesse modelo de produção coletiva. É importante afinidade com o conceito, ou o risco de não funcionar é grande. O capital, incluindo a terra, é de todos os sócios da cooperativa. No resto, é produção planejada e leis de mercado — diz Airton Luiz Rubenich, um dos diretores da Coopam.

Cada família tem um lote na área. Mas o uso da terra é coletivo. Não há lucro, mas “sobra”. As casas ficam na agrovila, que reúne a sede da cooperativa, campo de futebol, creche, salão de festas e refeitório, onde são feitas as assembleias. Cada família ocupa um terreno de 800 metros quadrados na agrovila. Não há cercas, com exceção de telas que demarcam creche para 17 crianças.

A cooperativa também se destaca pelo desempenho econômico. De acordo com o estatuto elaborado pelos associados, 40% do faturamento devem ser reinvestidos no próprio negócio, especialmente em tecnologia. A renda média, entre R\$ 1,4 mil e R\$ 1,8 mil por mês por associado, pode parecer pequena, mas algumas famílias têm até quatro membros trabalhando na produção. Além do mais, o custo de vida dentro do assentamento é baixo porque a cooperativa subsidia a alimentação dos associados e outras despesas ordinárias, como consumo de água. O resultado é um padrão de vida médio, com casas equipadas de eletrodomésticos, carro na garagem e filhos estudando em universidades públicas — algumas no exterior.

Além do arroz e do abate de suínos, a renda do assentamento Capela vem principalmente da prestação de serviços a parceiros. Os silos, por exemplo, abrigam a produção de outras cooperativas de sem-terra que não têm capacidade de armazenamento. A produção da Coopan preenche apenas um terço da estrutura de armazenagem no Capela. Cerca de 60% dos cem suínos abatidos diariamente vêm de fora, o que engorda a receita. Outra boa fonte de renda é a linha de beneficiamento de arroz, que comporta dez mil sacos de 1kg por mês. Rubenich resume a receita da Coopan com simplicidade:

— Tem que ter planejamento, contabilidade, tecnologia, se não, não sobrevive. E algumas coisas não dependem só da terra que temos aqui, as parcerias são importantes, e nosso foco é correr atrás da demanda. Quando surge a oportunidade, investimos.

Ruralistas preparam 'ocupação' no Congresso contra demarcação indígena. Tarso Veloso e André Borges – Valor Econômico, Política. 06/05/2013

BRASÍLIA - Depois da invasão do Plenário da Câmara dos Deputados pelos indígenas em abril, a bancada ruralista e entidades que representam grandes produtores rurais preparam para ocupar no Congresso nesta quarta-feira. Com o clima cada vez mais tenso, a bancada quer volta da portaria nº 303 de 2012 da Advocacia-Geral da União (AGU), que autoriza o governo a construir rodovias, hidrelétricas, linhas de transmissão de energia e instalações militares dentro de terras indígenas demarcadas.

Os deputados da Comissão da Agricultura convocaram a ministra da Casa Civil, Gleisi Hoffmann, a prestar esclarecimentos sobre a forma “desenfreada” com que têm sido feitas a identificação e a delimitação das terras indígenas em todo Brasil. Para tentar apaziguar o clima ruim com os deputados, o governo estuda trocar a presidência da Fundação Nacional do Índio (Funai). Seja essa ou não a intenção, a hipótese é considerada sem efeito prático por deputados ruralistas. Questionado sobre a hipótese da saída da presidente da Funai, Marta Azevedo, o deputado Luis Carlos Heinze (PP-RS), respondeu: “deixe que role”. O parlamentar ruralista disse que a hipótese de troca na (Funai) é irrelevante. “Isso já foi feito antes e nada foi resolvido. Queremos uma nova regulamentação. A portaria 303 foi suspensa por pressão dos índios e queremos que volte”, disse.

De acordo com o presidente da associação que representa os produtores de soja (Aprosoja), Glauber Silveira, as federações estaduais de agricultura enviarão ônibus com produtores para protestar contra as demarcações indígenas de terra. Essas áreas, segundo Silveira, “já chegam a 13% do território nacional, ao passo que os índios não representam 0,5% da população brasileira”.

Os ruralistas preparam diversas caravanas com manifestantes e trocaram o auditório em que geralmente é realizada a Comissão de Agricultura por outro, com uma área maior. Além disso, vão instalar um telão para que todos possam assistir à audiência. A estimativa de participação é de 300 pessoas.

Não está prevista nenhum tipo de manifestação indígena durante a audiência. Na próxima semana, dez indígenas se reúnem em Brasília com uma comissão paritária de mais dez deputados para discutir o texto da PEC 215, que transfere a responsabilidade de demarcar terras indígenas da Funai para Congresso. A Funai se manifestou contra a medida.

Em Altamira (PA), cerca de 150 indígenas paralisam desde quinta-feira um dos canteiros de obra da usina de Belo Monte. Eles pedem a parada imediata de estudos de novas hidrelétricas na região amazônica. A Força Nacional está presente na região.

MP dos Portos é predatória, diz Requião. Gabriel Bonis – Site da Carta Capital, Economia. 07/05/2013

Presente no Fórum de Economia, em SP, o senador criticou a proposta que, segundo ele, afetará a concorrência e provocará monopólio

O senador Roberto Requião (PMDB-PR) classificou como “extremamente predatório” o modelo de administração portuário defendido pelo governo federal na MP dos Portos. “É um modelo tolo. Não é neoliberal, não existe liberalismo em um monopólio, não vai haver concorrência. Ficou claro que a escolha dos portos é feita pelos armadores que pagam a operação portuária”, disse a CartaCapital durante o Fórum de Economia, em São Paulo.

“Não vejo como o governo federal imagine que vá estabelecer uma concorrência em um setor que tem um monopólio natural e na mão de armadores que são seis ou sete que dominam o transporte marítimo do mundo. Acho muito ruim a MP e seria uma maravilha se ela caísse no Congresso.”

O senador disse defender o modelo atual de gestão: com portos públicos e operação privada. “Esse é o modelo do mundo. Existem apenas dois países no mundo com o modelo de portos privados: a Inglaterra e a Nova Zelândia. Nenhum deles é exemplo de modelo de sucesso de eficiência.”

Consórcios públicos se reúnem em Alagoas para troca de experiências sobre acesso à água – Site do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). 08/05/2013

Participantes do encontro vão apresentar propostas com objetivo de reforçar ações para enfrentar a estiagem na Região Nordeste

Brasília, 8 – Promover a troca de experiências entre os consórcios municipais responsáveis pela execução do Programa Cisternas no Semiárido. Com esse objetivo, o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) e o Consórcio para o Desenvolvimento da Região do Ipanema (Condri), de Alagoas, promovem reunião, desta quarta (8) até sexta-feira (10), no município alagoano de Santana do Ipanema.

Além de representantes de municípios nordestinos, o encontro reúne mais quatro consórcios públicos que atuam na construção de cisternas de placa para a captação da água da chuva para consumo humano e de tecnologias sociais para a produção agrícola. Os participantes da reunião vão debater e propor alternativas para reforçar ações de enfrentamento da seca na Região Nordeste.

Os gestores também participarão de capacitação sobre a utilização dos recursos do Programa Cisternas e técnicas para construção de tecnologias sociais de captação e armazenamento de água. Além disso, farão visitas de campo. Em Alagoas, mais de 8 mil famílias extremamente pobres incluídas no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal devem receber cisternas para o consumo humano e para a produção de alimentos até o fim deste ano. O Programa Cisternas, do MDS, que integra o Água Para Todos, do Plano Brasil Sem Miséria, investirá mais de R\$ 43 milhões no estado, enquanto o governo estadual destinará quase R\$ 440 mil para essa ação.

O encontro em Alagoas foi articulado durante o Encontro de Gestores e Executores do Programa Cisternas, promovido pela Secretaria de Segurança Alimentar e Nutricional (Sesan), do MDS, em abril deste ano, em Brasília.

Ministra diz que processo de demarcações de terras indígenas tem falhas. Márcio Falcão e Gabriela Guerreiro – Folha de São Paulo, Poder. 08/05/2013

Convocada pela bancada ruralista a dar explicações na Comissão de Agricultura da Câmara, a ministra Gleisi Hoffmann (Casa Civil) admitiu nesta quarta-feira (8) falhas da Funai (Fundação Nacional do Índio) no processo de demarcação de terras indígenas.

A ministra chamou de "crenças irrealistas" as críticas à construção da hidrelétrica de Belo Monte (PA).

Apesar das críticas à Funai, o governo nega que a presidente da fundação, Marta Maria Azevedo, será afastada do cargo. Segundo o ministro Gilberto Carvalho (Secretaria Geral da Presidência), a intenção da presidente Dilma Rousseff é mantê-la no governo.

"Nós vamos trabalhar, a presidente da Funai está muito empenhada com isto, não é verdade que a Marta vai ser demitida, não procede, nós seguiremos trabalhando. O ministro José Eduardo Cardozo [Justiça] está tomando medidas para ajudar também nesta questão", disse Carvalho depois de participar de seminário no Senado.

Aos deputados, Gleisi reconheceu que há problemas na demarcação de terras indígenas. "Delegamos única e exclusivamente à Funai a responsabilidade por estudos e demarcação de terras. Nem sempre estabelecemos procedimentos claros e objetivos nesse processo", disse.

"A atuação da Funai tem se pautado pelo que ela é: protetora envolvida com questões indígenas. A intervenção do Estado brasileiro como garantidor e mediador de direito resta comprometida. Muitas vezes no processo de demarcação é baixa em estratégia e informação", completou.

Segundo a ministra, um dos problemas da Funai seria realizar os estudos para demarcação das áreas sem avaliação externa "dando início a conflitos traumáticos para ambos os lados".

A tensão entre índios e ruralistas, que gerou críticas ao governo, é atribuída pelo Palácio do Planalto à atual direção da Funai, que estaria fazendo estudos sobre demarcação de algumas reservas para índios sem avaliar corretamente seus impactos e procedência. Insatisfeita, a presidente Dilma estaria disposta a trocar o comando da entidade.

Gleisi reforçou que o governo criou um grupo de trabalho para analisar a questão do modelo de demarcação. A ideia é ampliar os órgãos do governo ouvidos nos estudos. "O governo busca equilíbrio", disse.

Sobre a criação de uma CPI para investigar a Funai, ela afirmou que essa decisão cabe ao Congresso. A ministra defendeu o pedido feito pela Casa Civil ao Ministério da Justiça para a suspensão de estudos da Funai referentes à demarcação de terras indígenas no Paraná, seu reduto político. Ela negou que a medida tenha viés político. Ela informou ainda que não recebeu nenhuma demanda sobre São Paulo.

Segundo Carvalho, o governo vai trabalhar para assegurar tanto os direitos dos índios quanto daqueles que ocuparam terras que são hoje produtivas. "De um lado há que se atender os direitos indígenas, de outro lado não se pode violentar os direitos daqueles que foram de boa fé estimulados a ocupar terras e hoje produzem nessas terras", afirmou.

O ministro afirmou que o impasse deve ser resolvido com "bom senso", sem uma "guerra civil ou antagonismo entre pobres". "Dos dois lados nós temos pobres e cidadãos brasileiros, ambos com direitos."

Segundo Gleisi, o país conta hoje com mais de 110 milhões de hectares de terras indígenas e 90 áreas em estudos pela Funai.

ATAQUES

Mesmo com uma fala cuidadosa, a ministra fez provocações durante a audiência ao tratar da usina de Belo Monte, que na semana passada teve seu canteiro de obras invadido por 150 indígenas.

"Não podemos negar que há grupos que usam os nomes dos índios e são apegados a crenças irrealistas, que levam a contestar e tentar impedir obras essenciais ao desenvolvimento do país como é o caso da hidrelétrica de Belo Monte. O governo não pode concordar com propostas irrealistas que ameaçam ferir a nossa soberania e comprometer o nosso desenvolvimento", disse.

Gleisi cobrou ainda do Supremo uma posição sobre os recursos que tratam da reserva Raposa Serra do Sol, que, segundo ruralistas, podem ter reflexo em outras demarcações.

"Tenho certeza de que órgão responsável por essa decisão que lhe confere a nossa Constituição, o Supremo não deixará a nação por muito mais tempo sem a orientação devida, explicitando à sociedade e ao governo o caminho a seguir. Pior do que seguir o caminho que podemos discordar é a ausência dele", disse.

Em sua fala inicial de 20 minutos, Gleisi adotou um discurso protocolar, sem polêmicas e tentando afagar a plateia de produtores e indígenas que lotam a comissão. Ela está acompanhada do ministro Luís Inácio Adams (Advocacia-Geral da União) e foi recebida por líderes governistas.

A ministra, no entanto, subiu o tom e se irritou quando foi questionada sobre a importância da agricultura ao governo. "Não admito que o senhor questione a seriedade do governo", afirmou, sendo vaiada.

Ela reagiu: "Não admito que questionem qual a importância para o governo da agricultura. A importância é enorme. Não viemos para o embate entre governo e agricultura. Se a Constituição fosse clara e cristalina, não estaríamos vivendo essa situação. Se temos e queremos resolver, precisamos serenar os ânimos. Vim com essa disposição", disse.

DEMARCAÇÃO

Carvalho afirmou que o governo não acha necessário transferir ao Congresso o debate sobre a demarcação de terras por ser uma prerrogativa do Executivo.

Para Carvalho, não é momento de deputados e senadores discutirem uma PEC (proposta de emenda à Constituição) sobre demarcações.

"O Legislativo efetivamente participa, nós podemos manter o processo de consultas, agora não entendemos necessário que essa lei seja aprovada, no sentido de tirar do Executivo essa prerrogativa, que é constitucional", afirmou.

A ideia do governo, segundo Carvalho, é ampliar o diálogo com os parlamentares para juntos encontrarem uma solução conjunta para a crise. O ministro disse que a determinação do Palácio do Planalto é respeitar a lei, com diálogo e consultas aos índios, sem a radicalização por parte dos indígenas.

"Não passaremos por cima de nenhum direito. Agora, a legalidade tem que se fazer valer. Nós não aceitamos que os canteiros sejam invadidos, que as obras necessárias para o país sejam interrompidas, nós não aceitamos, estamos dialogando para resolver isso, mas a lei precisa valer para todos."

CONTAG negocia com o MDA – Site da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Agricultura (CONTAG). 09/05/2013

Diretoria e assessoria da CONTAG reuniram-se hoje, 9 de maio, com o ministro do desenvolvimento agrário Pepe Vargas e representantes do governo. Foram discutidos pontos da pauta de reivindicações do 19º Grito da Terra Brasil referentes à Agricultura Familiar, Política Agrícola e Meio Ambiente, abrangendo também temas relacionados à política agrária, mulheres e jovens trabalhadores(as) rurais.

Antoninho Rovaris, secretário de Meio Ambiente, citou reivindicações referentes ao Seguro da Agricultura Familiar (SEAF), PGPAF e linhas de crédito para reestruturação de propriedades. Rovaris lembrou também a importância da exploração de outras formas de energia renovável, como a eólica e solar, como possibilidades de geração de renda para o Brasil. Uma das reivindicações do 19º GTB é que se crie um programa para financiamento da produção, gestão, distribuição e comercialização de Energia Renovável pela agricultura familiar, principalmente nos Estados com forte incidência de secas e estiagens.

Alessandra da Costa Luna, secretária de Mulheres Trabalhadoras Rurais da CONTAG, citou o ponto da pauta que diz que o risco das operações do Pronaf Mulher, Pronaf Jovem, Pronaf Agroecologia e Pronaf Sustentável devem ser assumidos integralmente pela União, independente da fonte de recursos. Ela lembrou também os pontos da pauta referentes ao Plano Nacional de Agroecologia e à garantia de assistência técnica para as mulheres.

A sucessão rural é uma das grandes preocupações da juventude rural da CONTAG. Segundo Mazé Moraes, secretária de Jovens Trabalhadores(as) Rurais da CONTAG, os jovens de hoje se vêem obrigados a deixar o campo em busca de trabalho, saúde e renda. Esse êxodo rural por parte da juventude afeta diretamente a agricultura familiar e gera impactos negativos sobre a sociedade com relação à segurança e soberania alimentar. Um dos pontos da pauta de reivindicações citados por ela propõe a criação de um Grupo de Trabalho Interministerial com a participação dos Movimentos Sindical e Social, sob a coordenação do MDA, para a construção do Plano Nacional de Sucessão na Agricultura Familiar.

RESPOSTAS

Pepe Vargas e os demais representantes do governo comentaram e responderam as questões colocadas pela CONTAG.

O Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica, segundo Pepe Vargas, está pronto e será submetido à Câmara Interministerial. Outra medida que, segundo o ministro, pode ser anunciada já no lançamento do Plano Safra, é a "definitiva construção de uma política de convivência com o semiárido". Pepe Vargas salientou também a importância da assistência técnica para os jovens para que eles possam acessar o Pronaf Jovem.

Com relação a ATER, proposta que está sendo submetida à presidenta Dilma foi coordenada pela equipe do MDA e os grandes beneficiários, segundo Pepe Vargas, serão os agricultores familiares e os assentados da reforma agrária.

O governo pretende avançar em um Seguro da Agricultura Familiar que seja mais direcionado à agricultura familiar e em um PGPAF mais estimulante para o plantio e que possa incentivar o aumento de produção.

Já com relação à habitação, há previsão de duas ações do Ministério das Cidades: o Minha Casa Minha Vida Rural e o Minha Casa Minha Vida destinado a municípios com até 50 mil habitantes.

Ignácio Rangel. Marcelo Miterhof – Folha de São Paulo, Colunistas. 09/05/2013

Antecipo as homenagens pelo centenário de Ignácio Rangel, que será em fevereiro de 2014. Faço isso porque nas últimas semanas distintos temas tratados neste espaço fazem lembrar dele, em especial sua capacidade de aliar uma criatividade aguda para elaborar conceitos com um senso de realidade raro entre economistas.

Uso textos como "O papel da inflação", publicado na Folha de 30/07/1990, indicação do economista Thiago Mitidieri, com quem discuti sobre Rangel.

Nos anos 30, Rangel entendia que a industrialização precisaria vir junto com a reforma agrária. Mais tarde, reconheceu que no Brasil a industrialização, se não fosse um projeto de lideranças dos proprietários rurais, teria sido natimorta.

No entanto, isso não ocorreria sem graves problemas. A mecanização do campo sob uma estrutura fundiária concentrada jogaria muitas pessoas nas cidades, sem que houvesse ocupação suficiente na indústria e nos serviços para absorvê-las, o que favoreceu a repressão salarial, travando o adensamento do mercado interno, o motor da industrialização brasileira.

Avançar na industrialização -dos bens leves para os de consumo duráveis e daí para a indústria pesada- era o jeito de continuar criando perspectivas. Porém os avanços

ocorriam por saltos na estrutura produtiva em ciclos mais ou menos decenais, prósperos na primeira metade e recessivos na outra.

Não era tarefa fácil. Havia capacidade ociosa, por conta das grandes economias técnicas de escalas, e também estrangulamentos produtivos, fruto de desequilíbrios próprios de uma mudança estrutural e de restrições de divisas externas.

A inflação tinha até os anos 60 um comportamento inesperado, se intensificando na recessão. Os baixos ganhos salariais faziam a demanda agregada no Brasil ser estruturalmente deprimida, pois dependente do investimento.

Para Rangel, a inflação tinha outra fonte de aceleração: uma estrutura de mercado cartelizada, que elevava seus lucros espremendo tanto os consumidores finais quanto os produtores, em especial nos bens agrícolas. Como a procura de alimentos é pouco elástica, o aumento de seus preços fazia cair o consumo de outros bens pelos assalariados, aprofundando a recessão.

Mas a inflação era útil. Ao penalizar a liquidez, incentivava imobilizações -tanto pela antecipação da compra de bens duráveis pelos mais ricos quanto em investimentos incrementais- quando um ciclo de mudança estrutural dava sinais de excesso de capacidade.

Essa imobilização especulativa mitigava a recessão e permitia alinhar as condições institucionais e o planejamento dos investimentos que faziam parte da nova fase de expansão industrial.

Rangel não vituperava contra a inflação, mas tampouco aderiu a ela, sabendo que seu papel foi circunstancial. A retomada do desenvolvimento viria pela realização de aperfeiçoamentos institucionais que o novo status de nação industrial exigia. Para isso, o capital financeiro precisava se integrar ao industrial, o que permitiria melhor coordenar os investimentos, algo que o país ainda está longe de ter.

Também estava claro que a capacidade de expandir a infraestrutura por meio de empresas públicas tinha se esgotado. Rangel tinha apontado nos anos 60 que esse modelo era útil, mas esbarraria na limitação de endividamento da União, o que ficou patente no início dos anos 80. Então, era preciso regenerar os sistemas de garantias, o que envolvia mudar o direito das concessões e realizar privatizações.

Hoje, a infraestrutura no Brasil se expande por meio do "project finance", em que sociedades de propósitos específicos, com controle privado, financiam os projetos com base na receita esperada. Nisso, a ideia de Rangel vingou.

Rangel não se furtava a mudar de posição, mas sem trocar uma crença idealizada no desenvolvimentismo e na cooperação por outra igualmente idealizada no liberalismo e na competição.

Ele se manteve de esquerda e heterodoxo.

Isso não o impediu de transigir em questões concretas, defendendo que a industrialização, para se viabilizar, precisou da elite agrária e que a inflação não era um mal absoluto. Quando o projeto industrial mostrou sinais de esgotamento, defendeu as privatizações, antes de elas virarem uma efetiva bandeira liberal.

É possível discordar de Rangel em vários pontos, mas, houvesse mais economistas como ele, a economia avançaria bem mais, tanto como teoria quanto na política.

Conab libera R\$ 1,3 mi para pequenos agricultores do Acre. Thais Margalho – Site da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB). 10/05/2013

A Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) recebeu esta semana R\$ 1,3 milhões para a compra de produtos da agricultura familiar. Os recursos, do Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), beneficiarão 192 pequenos produtores cadastrados no Programa de Aquisição de Alimentos (PAA).

A partir desta semana, a Conab irá adquirir hortifrutigranjeiros, polpas de frutas, mandioca, pescados, farinha de mandioca e outros alimentos da produção familiar, atingindo 70% dos municípios do estado, através do PAA nas modalidades CPR-Estoque e CPR-Doação. Os alimentos serão doados para 16 mil pessoas em situação de insegurança alimentar, por meio de creches, escolas, hospitais e outras instituições.

O superintendente da Conab no Acre, Felomeno de Freitas, estima que ao longo de 2013 serão aplicados cerca de R\$ 10 milhões na agricultura familiar do estado.

Ministro da Justiça não garante permanência de presidente da Funai no cargo. Andreza Matais – Folha de São Paulo, Poder. 10/05/2013

O ministro José Eduardo Cardozo (Justiça) não garantiu, nesta sexta-feira, a permanência da presidente da Funai (Fundação Nacional do Índio), Marta Azevedo, no cargo. A presidente Dilma Rousseff já pediu ao ministro mudanças no órgão após enfrentar protestos de ruralistas no Mato Grosso do Sul na última semana, segundo noticiou a coluna Paineis, da *Folha*.

"A Marta tem tirado sucessivamente licenças de saúde e me informou da possibilidade de tirar uma nova. Isso quer dizer que ela vai ficar de licença. Acho que em respeito a situação dela não vou falar sobre isso [sobre a saúde]. Licenciado permanece no cargo até que, obviamente, reassuma ou deixe", disse o ministro, em entrevista a jornalistas. A Funai não informou qual o seu problema de saúde.

Azevedo disse a interlocutores, porém, que não pretende pedir demissão do cargo. Ela tem citado apoio que recebeu do ministro Gilberto Carvalho (Secretaria Geral da Presidência da República), embora em alguns setores do governo a demissão seja tratada como iminente.

Na quarta-feira, em audiência na Câmara, a fundação foi alvo de críticas da ministra Gleisi Hoffmann (Casa Civil), que apontou falhas nos processos de demarcação de terras indígenas promovidos pelo órgão.

"A atuação da Funai tem se pautado pelo que ela é: protetora envolvida com questões indígenas. A intervenção do Estado brasileiro como garantidor e mediador de direito resta comprometida. Muitas vezes no processo de demarcação é baixa em estratégia e informação", disse a ministra na ocasião.

DEMARCAÇÕES

Cardozo comentou, ainda sobre as mudanças que o governo irá fazer no processo de demarcação de terras indígenas. Ele afirmou que as novas regras, que serão editadas até o final de junho, foram discutidas com a presidente da Funai e irão valer para os processos de demarcação já em andamento --são cerca de cem.

Pelas novas regras, além da Funai, órgãos como o Incra, o Ministério do Meio Ambiente e o Ministério da Agricultura também irão opinar sobre o processo de demarcação de terras indígenas. Essa atribuição é exclusiva da Funai hoje. A portaria irá também abrir a possibilidade para que outros órgãos que também tenham informações participem das discussões.

Segundo o ministro, a mudança é necessária para reduzir os conflitos que levam os processos de demarcação de terras a serem discutidos por décadas na justiça. "O que já foi feito e o que está sendo feito vai passar por esse procedimento", disse Cardozo. Segundo o ministro, 70% de sua agenda atualmente é dedicada a tratar da questão indígena, o que demonstra que era preciso encontrar alternativas para acabar com os conflitos.

O ministro negou que as mudanças tenham como objetivo enfraquecer a Funai em detrimento dos interesses dos ruralistas. "É bom para os índios, para os ruralistas e para o Estado brasileiro porque o processo será mais rápido", uma vez que antes da homologação todos já terão sentado para discutir o assunto.

Pobre América Latina. Kátia Abreu – Folha de São Paulo, Mercado. 11/05/2013

Uma das maiores virtudes das nações democráticas é o modo transparente como interesses de pessoas ou de grupos se defrontam com o interesse geral.

Em regimes fechados ou nos sistemas políticos capturados por interesses específicos que não contemplam o conjunto da sociedade, esse debate é travado a portas fechadas, longe dos olhos do cidadão.

Questões que são resolvidas na esfera pública exigem a busca do equilíbrio, colocando-se na balança os prós e contras dos interesses em jogo. É preciso que se diga que

interesses específicos podem, perfeitamente, ser legítimos. E, nesse caso, devem ser considerados. Ao final, no entanto, é o interesse público que deve prevalecer.

Faço essa reflexão para analisar o presente debate em torno da medida provisória que trata da reforma e da abertura do sistema portuário brasileiro. Mais uma vez, confirma-se que mudar é muito difícil, por mais evidente que possam parecer as vantagens e a necessidade de mudança.

Se a mudança é verdadeiramente virtuosa e justa, ela vai beneficiar de modo indistinto a todos. Em contrapartida, porém, prejudicará o interesse concreto de uns poucos.

Quem vai ganhar não sabe com precisão o que ganhará, mas quem vai perder sabe exatamente o que está perdendo. E não há força mais poderosa que o interesse pessoal contrariado.

Os governos tratam de questões complexas, de difícil compreensão por aqueles que não estão familiarizados com os temas. De forma geral, o modo como as informações são produzidas e consumidas no mundo de hoje não contribui para que se forme uma opinião bem fundamentada.

Daí a tentação do populismo, da manipulação da informação e da fabricação de emoções, de que está repleta a história, de hoje e de sempre, de nossa pobre América Latina.

A distorção da realidade é ainda maior quando conflita com interesses econômicos bem articulados e com grande liberdade de ação. Nesses momentos, torna-se mais dramática a solidão do bom governante, que se vê impotente diante da incompreensão da opinião pública.

A história real de um governo não é a história dos índices econômicos do período nem das obras físicas que levam sua marca.

A verdade histórica está nas lutas e no sofrimento que o governante teve de enfrentar para fazer o certo, em benefício de todos.

Hoje, o excesso de informações sobre crimes, esporte, escândalos e celebridades satura o cidadão a tal ponto, que não sobra espaço para saber que o Brasil tem um dos piores sistemas portuários do mundo.

Numa lista sobre qualidade dos portos em 142 países, estamos situados na miserável 130ª posição, à frente apenas do Timor Leste, do Haiti, da Venezuela, do Tajiquistão e de mais meia dúzia de países de economia modesta.

Desde a abertura dos nossos portos ao comércio internacional em 1808, o Brasil ainda não foi capaz de construir estruturas portuárias iguais ou superiores às da Índia, Rússia ou China. Mas, se o país quiser crescer e se tornar uma potência econômica, precisará de muito mais comércio internacional.

Por incrível que pareça, depois das mudanças na MP dos Portos, por forças contrárias e não republicanas que acabaram desfigurando a proposta, o que seria uma aparente derrota do governo --a derrubada da MP-- pode se converter em vitória do interesse público.

Enganam-se os que pensam que o governo não pode resolver a questão em favor do Brasil, por decreto, como fizeram outros por razões menos nobres.

Se tudo continuar como está, teremos um completo apagão portuário em seis ou sete anos.

O que está em discussão não é apenas a mudança no regime de portos, mas nosso futuro econômico. E com atraso, pois essas mudanças deveriam ter ocorrido há décadas, se o interesse geral tivesse sido posto acima de tudo.

Apesar disso, os que se beneficiam do sistema atual não têm sequer constrangimento de vir a público protestar contra a mudança no sistema portuário e defender o que está aí.

Deveriam, isto sim, pedir desculpas ao povo brasileiro pelo estrago que fizeram até agora.

E sair em silêncio.

Fazendas interditadas por irregularidade ambiental no Brasil equivalem a 5 Holandas. Tatiana Freitas – Folha de São Paulo, Mercado. 11/05/2013

Cerca de 43 mil propriedades rurais estão embargadas por irregularidades ambientais no Brasil, segundo levantamento inédito do Ibama.

Considerando a média de 500 hectares por fazenda, são 21,5 milhões de hectares interditados pelo órgão ambiental, o equivalente a cinco vezes o tamanho da Holanda, estima a Abiove (Associação Brasileira das Indústrias de Óleos Vegetais).

A área também corresponde a 8,5% da área total destinada à agricultura e à pecuária no país --258 milhões de hectares, dos quais 190 milhões são pastagens.

Os dados do Ibama estão disponíveis na Lista Brasil, uma relação das fazendas embargadas pelo órgão que está disponível para consulta na internet desde o final de abril. Graças a ela, foi possível fazer uma análise sobre a condição ambiental das fazendas em todo o país.

Até então, para averiguar a situação de cada propriedade, era preciso levantar os dados nas 27 secretarias estaduais do Meio Ambiente.

A lista cresce a cada dia devido ao maior volume de informações disponíveis, mas a expectativa é que, com a concentração dos dados de todas as áreas rurais do país em uma só ferramenta, a quantidade de fazendas embargadas comece a cair.

O objetivo da Lista Brasil é facilitar o acesso de todos os elos da cadeia produtiva sobre a condição das fazendas nos órgãos ambientais.

Cooperativas, tradings, indústrias e frigoríficos precisam consultar a lista de fazendas embargadas pelo Ibama com frequência, pois são penalizadas se forem pegas comprando produtos, como grãos ou animais, de áreas com irregularidades.

A multa do Ibama ao comprador é de R\$ 500 por quilo do produto adquirido.

"As empresas morrem de medo de comprar produtos de áreas embargadas. No caso da soja, a multa é 600 vezes o valor do produto", diz Bernardo Pires, gerente da Abiove - o quilo da soja custa R\$ 0,87.

Para o produtor, a penalidade varia de acordo com o tipo de infração cometida. Mas todas as fazendas embargadas ficam impedidas de prosseguir com as suas atividades econômicas.

Os integrantes da lista do Ibama também ficam impossibilitados de tomar crédito --as instituições financeiras não podem conceder empréstimos a produtores ilegais.

SEM DESCULPA

A expectativa de órgãos ambientais e do setor é a de que o amplo e fácil acesso às informações iniba a prática de crimes ambientais.

"As empresas não têm mais desculpa para comprar produtos de fazendas embargadas. Elas não poderão mais alegar desconhecimento", diz o coordenador de monitoramento ambiental do Ibama, George Porto Ferreira.

A lista é atualizada diariamente, e o dinamismo só é possível graças ao sistema de monitoramento por satélite do Inpe (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais).

Após a captura e o processamento de imagens, o sistema de Detecção de Desmatamentos em Tempo Real (Deter), do Inpe, consegue identificar áreas desmatadas maiores do que 25 hectares.

A partir daí, são emitidos alertas para o Ibama, que vai até o local suspeito para averiguar o desmatamento --o tipo de infração mais comum.

O monitoramento por satélite, quinzenal desde 2004 e agora diário, contribui para a redução do desmatamento. Em Mato Grosso, principal Estado produtor de soja do país, ele caiu 93% entre 2004 e 2012, segundo o Inpe.

Júri de acusados de matar cinco sem-terra é adiado novamente – Folha de São Paulo, Poder. 13/05/2013

A Justiça de Minas Gerais adiou pela segunda vez neste ano o julgamento de dois dos

15 acusados de matar cinco integrantes do MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) e ferir outros 12 em Felisburgo (MG), em 2004.

O júri popular começaria na quarta-feira (15). Mas, o juiz Glauco Soares Fernandes, do 2º Tribunal do Júri de Belo Horizonte, anunciou hoje o novo adiamento.

O magistrado atendeu ao pedido do advogado dos réus, Antônio Patente, que irá representá-los na terça-feira (14) numa audiência em que 60 testemunhas do crime devem ser ouvidas, em Jequitinhonha, a 729 quilômetros da capital.

A nova data do julgamento deve ser comunicada amanhã.

Adriano Chafik Luedy, acusado pelo crime, seria julgado nesta semana junto com um funcionário. Dos outros 12 réus, apenas três estavam prontos para ir a júri.

A reportagem não conseguiu hoje contatar os promotores responsáveis pelo caso.

O julgamento havia sido marcado inicialmente para 17 de janeiro, mas foi adiado porque o juiz da comarca local enviou o processo para Belo Horizonte antes que a defesa dos réus indicasse testemunhas a serem ouvidas no dia do julgamento.

A Promotoria solicitou a mudança do local de julgamento para evitar possível influência de Chafik sobre a Justiça da comarca de Jequitinhonha.

O CASO

Em 20 de novembro de 2004, segundo a Promotoria, um grupo invadiu o acampamento Terra Prometida e atirou contra os sem-terra. Cinco morreram e 12 ficaram feridos. O acampamento ficava na fazenda Nova Alegria, invadida em 2002 pelo MST.

Luedy, dono da fazenda, foi preso e colocado em liberdade duas vezes, por decisão do STJ (Superior Tribunal de Justiça). Ele afirma que agiu em legítima defesa porque os sem-terra o atacaram.

Em 2009, o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva assinou o decreto de desapropriação de 1.182 hectares da fazenda Nova Alegria para fins de reforma agrária.

No entanto, até agora, o assentamento não foi efetivado por causa de uma ação movida por Chafik na Justiça, que impede a ação do Incra (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária)

O MST pretendia montar, a partir desta terça-feira, um acampamento com 2.000 trabalhadores rurais em frente ao fórum da capital mineira.

Os sem-terra também previam fazer uma marcha pelo centro de Belo Horizonte para pressionar os jurados a condenarem os réus por homicídio qualificado.

O movimento disse que ainda não há definição sobre a manutenção dos atos.

MP dos Portos deve ser votada sem consenso nesta segunda-feira – Site da Carta Capital, Política. 13/05/2013

Sessão extraordinária está marcada para às 18h. A base aliada apresentou a maior parte dos 28 destaques à proposta para alterar o texto em Plenário

O governo pretende analisar nesta segunda-feira 13 a Medida Provisória dos Portos, que perde a validade se não for votada pela Câmara dos Deputados e pelo Senado até quinta-feira 16. Mesmo com a pressão do Planalto, ainda não existe consenso com a base aliada. A votação que está na pauta da sessão extraordinária da Câmara às 18h.

A MP não conseguiu apoio homogêneo da base aliada, que apresentou 28 destaques à proposta para alterar o texto em Plenário. A maior parte delas veio do PMDB, PSB, PDT. Ainda assim, o texto do senador Eduardo Braga (PMDB-AM) foi aprovado na comissão mista que discutiu a MP e deve ser votado pelos deputados.

A medida visa estimular a concorrência entre portos públicos e privados e cria regras para as futuras concessões e autorizações de instalações portuárias. Entre os principais pontos está o fim da obrigatoriedade dos terminais de uso privado (TUP) de movimentar somente carga própria. Eles poderiam escolher se querem também transportar cargas de terceiros. Hoje, só os portos públicos podem fazer esse tipo de transporte.

O relatório de Braga faz diversas alterações ao texto original e prevê, entre outros pontos, a prorrogação de contratos atuais do setor portuário. Os parlamentares devem votar também uma emenda proposta pelo deputado Eduardo Cunha (PMDB-RJ), ao qual o governo se opõe.

Pela proposta, haveria a previsão de obrigatoriedade de se realizar licitação para terminais privados, cujo prazo de vigência de 25 anos poderá ser prorrogado uma única vez. O relatório da comissão mista estabelece, por outro lado, que o governo precisaria fazer apenas uma chamada pública ou uma seleção, se houver mais de um interessado, e fixa o prazo dos futuros contratos também em 25 anos, mas permite a prorrogação por várias vezes.

A MP tem sido criticada por supostamente favorecer o setor privado e acabar com a reserva de mercado dos portos públicos. Em entrevista ao jornal Folha de S.Paulo nesta segunda-feira 13, a ministra da Casa Civil, Gleisi Hoffmann, negou essas acusações. “O governo defende uma proposta que é boa para o Brasil, que abre os portos brasileiros, dá competitividade ao sistema e condições de trazer respostas a uma logística eficiente.”

Segundo a ministra, o País precisa aumentar sua capacidade de movimentação de cargas que está “no limite” e, por isso, “não podemos permitir que uma reserva de mercado fique em detrimento da eficiência do país”. “É óbvio que quem está estabelecido, quem tem terminais em portos públicos, começa a ter resistência, quer manter o seu mercado e não quer concorrência, mas isso não serve ao Brasil.”

Caso a medida não seja aprovada ou passe por muitas alterações, a presidenta Dilma Rousseff estaria considerando legislar sobre assunto por meio de decreto.

Sessão cancelada

A votação da MP dos Portos foi adiada na quarta-feira 8 quando na sessão do Plenário houve uma polêmica entre os deputados sobre denúncias feitas pelo líder do PR, deputado Anthony Garotinho (RJ), de que teria havido favorecimento econômico em emenda apresentada pelo PMDB com o apoio de outros partidos. Ele disse que a MP havia se transformado em “show do milhão” e que havia virado “MP dos Porcos” por causa de interferência de interesses privados na análise da proposta.

PMDB deve obstruir votação da MP dos Portos – Site da Carta Capital, Política. 13/05/2013

Governo já trabalha com a possibilidade de um novo adiamento da votação. Medida precisa ser aprovada pela Câmara dos Deputados e pelo Senado até quinta-feira 16, quando perde a validade

Maior aliado do governo no Congresso, o PMDB pretende obstruir a votação da Medida Provisória dos Portos na noite desta segunda-feira 13 por não aceitar o projeto prioritário do governo. A MP perde a validade se não for votada pela Câmara dos Deputados e pelo Senado até quinta-feira 16. Mesmo com a pressão do Planalto, ainda não existe consenso com a base aliada. A votação deve ocorrer em sessão extraordinária nesta segunda.

"A nossa orientação é não votar hoje. Amanhã vamos votar e discutir o mérito de cada destaque", disse o deputado Eduardo Cunha (PMDB-RJ), líder do PMDB. Ele é um dos parlamentares governistas que não concordam com o texto aprovado pela comissão especial.

O governo, com isso, já trabalha com a possibilidade de um novo adiamento da votação. A ministra da Secretaria de Relações Institucionais, Ideli Salvatti, se reuniu com a base aliada nesta tarde para traçar estratégias para a votação da proposta e admitiu que a MP pode não ser analisada nesta segunda, especialmente pela obstrução do PMDB. "Podemos ter a votação até amanhã à noite aqui na Câmara, para ser votada no Senado até quinta. Este é o tempo razoável, dois dias para as duas Casas votarem."

A MP não conseguiu apoio homogêneo da base aliada, que apresentou 28 destaques à proposta para alterar o texto em Plenário. A maior parte delas veio do PMDB, PSB, PDT. Ainda assim, o texto do senador Eduardo Braga (PMDB-AM) foi aprovado na comissão mista que discutiu a MP e deve ser votado pelos deputados.

A MP dos Portos visa estimular a concorrência entre portos públicos e privados e cria regras para as futuras concessões e autorizações de instalações portuárias. Entre os principais pontos está o fim da obrigatoriedade dos terminais de uso privado (TUP) de

movimentar somente carga própria. Eles poderiam escolher se querem também transportar cargas de terceiros. Hoje, só os portos públicos podem fazer esse tipo de transporte.

O relatório de Braga faz diversas alterações ao texto original e prevê, entre outros pontos, a prorrogação de contratos atuais do setor portuário. Descontente com a proposta, Cunha apresentou uma emenda que também deve ser analisada.

Pela proposta, haveria a previsão de obrigatoriedade de se realizar licitação para terminais privados, cujo prazo de vigência de 25 anos poderá ser prorrogado uma única vez. O relatório da comissão mista estabelece, por outro lado, que o governo precisaria fazer apenas uma chamada pública ou uma seleção, se houver mais de um interessado, e fixa o prazo dos futuros contratos também em 25 anos, mas permite a prorrogação por várias vezes.

Otimismo

Apesar do curto prazo de vigência da MP, a cúpula governista mantém o discurso otimista quanto à aprovação da proposta. Ideli Salvatti ressaltou que o governo já sofreu divergências na base aliada na MP do Setor Elétrico, em MPs de desoneração de folha, mas conseguiu aprovar as matérias. "Vamos votar, e acredito que, como não nos faltou apoio em medidas anteriores tão delicadas quanto essa, não nos faltará também na medida dos portos."

O ministro dos Transportes, César Borges, também fez um apelo ao Congresso pela aprovação da medida. Em coletiva de imprensa, ele disse que o governo não tem um plano B para o setor e não quis comentar a possibilidade de a matéria ser encaminhada novamente ao Congresso na forma de decreto ou projeto de lei. "A determinação da presidenta Dilma é dotar o País de uma infraestrutura logística competitiva com bases internacionais de modernidade e fará de tudo para que esse objetivo seja alcançado, principalmente nos portos. Agora, o que fará caso caduque, não há como antecipar essas medidas. Primeiro vamos trabalhar com a possibilidade efetiva de aprovação. Se não for, todos vão se debruçar para ver o que fazer."

Borges destacou a importância dos portos para o escoamento da produção nacional. "Estamos em um contexto de transportes em que o porto é fundamental. Não adianta ter um volume de mercadorias, um escoamento por meio de rodovias e ferrovias e ter um entrave nos portos".

A MP tem sido criticada por supostamente favorecer o setor privado e acabar com a reserva de mercado dos portos públicos. Em entrevista ao jornal Folha de S.Paulo nesta segunda-feira 13, a ministra da Casa Civil, Gleisi Hoffmann, negou essas acusações. "O governo defende uma proposta que é boa para o Brasil, que abre os portos brasileiros, dá competitividade ao sistema e condições de trazer respostas a uma logística eficiente."

Segundo a ministra, o País precisa aumentar sua capacidade de movimentação de cargas que está "no limite" e, por isso, "não podemos permitir que uma reserva de mercado

fique em detrimento da eficiência do país”. “É óbvio que quem está estabelecido, quem tem terminais em portos públicos, começa a ter resistência, quer manter o seu mercado e não quer concorrência, mas isso não serve ao Brasil.”

Caso a medida não seja aprovada ou passe por muitas alterações, a presidenta Dilma Rousseff estaria considerando legislar sobre assunto por meio de decreto.

Sessão cancelada

A votação da MP dos Portos foi adiada na quarta-feira 8 quando na sessão do Plenário houve uma polêmica entre os deputados sobre denúncias feitas pelo líder do PR, deputado Anthony Garotinho (RJ), de que teria havido favorecimento econômico em emenda apresentada pelo PMDB com o apoio de outros partidos. Ele disse que a MP havia se transformado em “show do milhão” e que havia virado “MP dos Porcos” por causa de interferência de interesses privados na análise da proposta.

A quem serve a MP dos Portos? José Augusto Valente e Samuel Gomes – Site da Agência Carta Maior, Blog das frases. 13/05/2013

A principal consequência da MP 595 – e a mais nociva – é a possibilidade de prestação de serviço público de exploração de portos por empresas privadas sem licitação. Ele põe fim ao modelo vigente, conhecido como 'Land Lord Port', que tem apenas 20 anos de implantação e é praticado em todo o mundo.

Na primeira metade deste século, o PIB brasileiro cresceu em níveis próximos aos níveis mundiais. A corrente de comércio exterior brasileiro passou de US\$ 100 bilhões para US\$ 480 bilhões, a movimentação de contêineres elevou-se de 2 milhões para 5,3 milhões e o Brasil teve crescimento no comércio exterior maior que a China e muito maior que os Estados Unidos e Alemanha, no período 2009-2011. Como 95% do comércio exterior brasileiro se dá através dos portos, é razoável imaginar que o marco regulatório do setor tenha contribuído para esta performance. Apesar disso, surpreendentemente o país é sacudido por uma “urgência”: a imediata e radical substituição do “caótico” modelo portuário brasileiro, acusado de ser a causa de “gargalos” e responsável pelo “custo Brasil”. Esta “evidência” ocupa as manchetes dos principais jornais, as capas das grandes revistas e ganha espaços crescentes nos telejornais e rádio-jornais.

Coincidindo com o repentino alarido da mídia, o governo atua junto ao Tribunal de Contas da União para impedir o julgamento de processo TC-015.916/2009-0. A base do julgamento seria o robusto relatório da SEFID – Secretaria de Fiscalização de Desestatização e de Regulação que, consolidando anos de extensa e profunda investigação, relatório concluiu pela inconstitucionalidade e ilegalidade da prestação de serviço público sem licitação pelos terminais de Cotegipe (BA), Portonave (Navegantes/SC, processo administrativo iniciado em 1999), Itapoá/SC (processo iniciado em 2004) e Embraport (Santos/SP, processo iniciado em 2000) e declarava a

leniência fiscalizatória e regulatória da ANTAQ – Agência Nacional de Transportes Aquaviários e da SEP - Secretaria de Portos da Presidência da República. As informações da imprensa são de que o governo teria comunicado ao TCU que estaria resolvendo o problema com a edição de uma medida provisória. O TCU suspende o julgamento e o governo edita a Medida Provisória 595/2012, revogando a Lei dos Portos e legalizando atividades ilegais dos referidos terminais privados de uso misto que prestavam irregularmente serviço público sem licitação.

Editada a medida provisória, a pressão dirige-se ao Congresso Nacional. A grande mídia passa a divulgar “informações de fontes do Planalto” de que a Presidente não admitiria qualquer alteração na MP. A ministra da Casa Civil Gleisi Hoffman vai à Comissão Mista da MP e repete a cantilena apocalíptica de que o sistema portuário é caótico, está ultrapassado e precisa ser substituído por um outro, mais “moderno” e que estimule os “investimentos privados”.

O modelo vigente até a edição da MP contava com apenas 20 anos de implantação (Lei 8.630/93). É o modelo Land Lord Port, praticado em todas as economias organizadas em todos os continentes, culturas, países novos e antigos e com diferentes regimes políticos. É um modelo universal que resulta da experiência de cinco mil anos de comércio marítimo, do qual o portuário é parte. É como funcionam os principais portos do mundo, como o Porto de Rotterdam, anterior à criação da Holanda, o de Gênova, anterior à Itália, o de Hamburgo, anterior à Alemanha.

No modelo Land Lord, ao Estado cabe o planejamento estratégico, zoneamento, localização e finalidade, metas, segurança, regulação. À iniciativa privada a operação dos terminais. O seu adequado funcionamento pressupõe que o Estado cumpra sua parte. Mas, segundo o TCU, a SEP e ANTAQ atuaram no sentido de sabotar o funcionamento do modelo, ao tempo em que se mostravam candidamente complacentes com a prestação ilegal de serviço público pelos terminais privados de uso misto.

A MP elimina a distinção entre terminais privados de uso público nos portos organizados (arrendatários públicos ou privados selecionados mediante licitação) e terminais de uso privativo misto construídos por empresas públicas ou privadas dentro ou fora do porto organizado, simples autorizatários da ANTAQ. No marco regulatório revogado, os terminais portuários de uso privativo deviam ter por justificativa de implantação e operação o transporte da carga própria da empresa autorizatória, admitindo-se, no caso das áreas de uso misto, a movimentação de cargas de terceiros, em caráter eventual e subsidiário, tão somente para evitar a ociosidade na operação do terminal. Tais terminais exerciam atividade econômica: instalações de auto-serviço que serviam ao seu titular em processos de verticalização logística integrante de processos de integração produtiva. Por isso, poderiam funcionar mediante simples autorização do poder da ANTAQ.

Assim, a principal consequência da MP 595 – e a mais nociva – é a possibilidade de prestação de serviço público de exploração de portos por empresas privadas sem licitação, com contratos eternos. Logo, sem a obrigação de ofertarem serviço adequado,

universal, contínuo e com modicidade tarifária, por prazo determinado e com previsão de reversão dos bens afetados em favor do porto organizado, em evidente assimetria concorrencial em relação aos terminais privados e públicos nos portos organizados, submetidos a todos estes condicionantes. É o que vinham ilegalmente fazendo os terminais privados beneficiados pela suspensão do julgamento do TCU e pela edição da MP. O terminal da Portonave, por exemplo, movimentava apenas 3% de carga própria e 97% de cargas de terceiros (serviço público) em frente ao Porto de Itajaí/SC e sob as barbas lenientes da ANTAQ e da SEP.

Ocorre que a Constituição veda a hipótese de prestação de serviço público de titularidade de União por particular sem a realização de licitação e submissão ao regime público. O artigo 21, XII, da Constituição estabelece que compete à União explorar diretamente ou mediante autorização, concessão ou permissão os portos marítimos, fluviais e lacustres. E o art. 175 prevê que incumbe ao poder público, na forma da lei, diretamente ou sob regime de concessão ou permissão, sempre através de licitação, a prestação de serviços públicos. Neste sentido, a MP é inconstitucional.

Do ponto de vista da eficiência do sistema portuário e da redução dos custos da movimentação portuária, a MP produzirá efeitos contrários aos preconizados pelos seus defensores. Não existirá a decantada redução de custos pela “competitividade”, em razão de uma imaginária competição entre terminais. A experiência internacional mostra que o que assegura redução de custos portuários é a escala. Por isso, os principais portos do mundo possuem não mais que três terminais. O verdadeiro escopo da MP é o comércio de contêineres. Quem define o tamanho do navio e o terminal a ser utilizado na carga e descarga de contêineres são os donos dos navios, conforme a demanda e o calado dos portos numa rota comercial. A demanda é resultado do nível da atividade econômica. Calado depende de dragagem. Nada a ver com uma imaginária competição entre terminais.

Os armadores são os grandes beneficiários desta MP, já que são eles e não os usuários que escolhem os terminais onde irão atracar. As dez maiores empresas de navegação do mundo são responsáveis por 70% do comércio marítimo. Na realidade, são os armadores que recebem a remuneração dos exportadores e importadores e pagam aos operadores pela movimentação portuária. Normalmente, repassam 50% a 60% do valor recebido pela movimentação. O restante incorporam à remuneração global da operação (frete). Ao vincularem-se a portos privados não submetidos ao regime de prestação de serviço público e diante do enfraquecimento dos portos públicos, os armadores poderão camuflar preços das operações portuárias, simulando reduções de custos e aumentando a gritaria contra o “custo Brasil” e a “ineficiência dos portos públicos”. Em seguida, destruídos os portos públicos e dominado o mercado, imporão suas condições para o transporte marítimo, controlando a logística portuária e reduzindo a competitividade dos produtos industriais brasileiros no comércio internacional. Simples assim.

Outros aspectos poderiam ser objeto de análise, como o regime de trabalho dos portuários e a centralização das decisões de investimentos dos portos organizados no

nível federal, mas a exiguidade do espaço e a gravidade dos efeitos da privatização e da desnacionalização dos portos para a economia e a soberania nos levam a privilegiar os aspectos destacados. Este artigo é escrito antes da votação da MP 595 pela Câmara e pelo Senado. Nossa esperança é a de que, pelo bem do Brasil, ela seja rejeitada ou, quando menos, modificada substancialmente de modo a mitigar o estrago que sua edição já provoca.

Especuladores devem ser julgados pela fome, diz Ziegler. José Coutinho Júnior – Site do MST. 13/05/2013

O sociólogo suíço Jean Ziegler, ex-relator especial para o Direito à Alimentação da Nações Unidas (ONU), denunciou que a fome é um dos principais problemas da humanidade, em um debate nesta segunda-feira (13/5) em São Paulo.

“O direito à alimentação é o direito fundamental mais brutalmente violado. A fome é o que mais mata no planeta. A cada ano, 70 milhões de pessoas morrem. Destas, 18 milhões morrem de fome. A cada 5 segundos, uma criança no mundo morre de fome”, disse Ziegler.

Na década de 1950, 60 milhões de pessoas passavam fome. Atualmente, mais de um bilhão. “O planeta nas condições atuais poderia alimentar 12 bilhões de pessoas, de acordo com estudo da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO). Não há escassez de alimentos. O problema da fome é o acesso à alimentação. Portanto, quando uma criança morre de fome ela é assassinada”.

Ziegler afirma que é a primeira vez que a humanidade tem condições efetivas de atender às necessidades básicas de todos. Depois do fim da Guerra Fria, mais especificamente em 1991, a produção capitalista aumentou muito, chegando a dobrar em 2002. Ao mesmo tempo, essa produção seguiu um processo de monopolização das riquezas. Hoje, 52,8% do Produto Interno Bruto (PIB) mundial está nas mãos de empresas multinacionais.

A concentração da riqueza nas mãos de algumas empresas faz com que os capitalistas tenham uma grande força política. “O poder político dessas empresas foge ao controle social. 85% dos alimentos de base negociados no mundo são controlados por 10 empresas. Elas decidem cada dia quem vai morrer de fome e quem vai comer”, diz Ziegler.

O sociólogo relatou que essas empresas seguem blindadas pela tese neoliberal de que o mercado não deve ser regulado pelo Estado.

“Na Guatemala, 63% da terra está concentrada em 1,6% dos produtores. A primeira reivindicação que fiz, após a missão, foi a realização da Reforma Agrária no país. Fui rechaçado, pois uma intervenção no mercado não é possível. Não havia sequer um

cadastro de terras lá: quando os latifundiários querem aumentar suas terras, mandam pistoleiros atacar a população maia que vive ao redor”.

Especulação

A especulação financeira dos alimentos nas bolsas de valores é um dos principais fatores para o crescimento dos preços da cesta básica nos últimos dois anos, dificultando o acesso aos alimentos e causando a fome. De acordo com o Banco Mundial, 1,2 bilhão de pessoas encontram-se em extrema pobreza hoje, vivendo com menos de um dólar por dia.

“Quando o preço do alimento explode, essas pessoas não podem comprar. Apesar da especulação ser algo legal, permitido pela lei, isso é um crime. Os especuladores deveriam ser julgados num tribunal internacional por crime contra a humanidade”, denuncia Ziegler.

A política de agrocombustíveis, que, além de utilizar terras que poderiam produzir comida, transforma alimentos em combustível, é mais um agravante. “É inadmissível usar terras para fazer combustível em vez de alimentos em um mundo onde a cada cinco segundos uma pessoa morre de fome”.

Política da fome

Ziegler afirma que não se pode naturalizar a fome, que é uma produção humana, criada pela sociedade desigual no capitalismo. Prova disso são as diversas políticas agrícolas praticadas tanto por empresas e subsidiadas por instituições nacionais e internacionais.

O dumping agrícola consiste em subsidiar alimentos importados em detrimento dos alimentos produzidos internamente. De acordo com Ziegler, os mercados africanos podem comprar alimentos vindos da Europa a 1/3 do preço dos produtos africanos. Os camponeses africanos, dessa forma, não conseguem produzir para se sustentar.

Ziegler denunciou o “roubo de terras”, que é o aluguel ou compra de terras em um país por fundos privados e bancos internacionais, que ocorreu com mais de 202 mil hectares de áreas férteis na África, com crédito do Banco Mundial e de instituições financeiras da África.

Os camponeses, por conta desse processo, são expulsos das terras para favelas. Esse processo tem se intensificado uma vez que os preços dos alimentos aumentam com a especulação imobiliária.

O Banco Mundial justifica o roubo de terras com o argumento de que a produtividade do camponês africano é baixa até mesmo em um ano normal, com poucos problemas (o que raramente acontece).

Um hectare gera no máximo 600 kg por ano, enquanto que na Inglaterra ou Canadá, um hectare gera uma tonelada. Para o Banco Mundial, é mais razoável dar essa terra a uma multinacional capaz de investir capital e tecnologia e tirar o camponês de lá.

“Essa não é a solução. É preciso dar os meios de produção ao camponês africano. A irrigação é pouca, não há adubo animal ou mineral nem crédito agrícola, e a dívida externa dos países impedem que eles invistam na agricultura”, defende Ziegler.

Soluções

Segundo Ziegler, a única forma de mudar as políticas que perpetuam a fome é por meio da mobilização e pressão popular.

“Temos que pressionar deputados e políticos para mudar a lei, impedindo que a especulação de alimentos continue. Devemos exigir dos ministros de finanças na assembleia do Fundo Monetário Internacional que votem pelo fim das dívidas externas. Temos que nos mobilizar para impedir o uso de agrocombustíveis e acabar com o dumping agrícola”.

Ziegler afirma que a luta contra a fome é urgente, pois quem se encontra nessas condições não pode esperar. “Essa mobilização coletiva pode pressionar democraticamente e massivamente, por medidas que acabem com a fome. A consciência solidária deve movimentar a sociedade civil. A única coisa que nos separa das vítimas da fome é que elas tiveram o azar de nascer onde se passa fome”.

O ex-relator especial para o Direito à Alimentação da Nações Unidas (ONU) veio ao Brasil lançar o livro "Destruição em Massa - Geopolítica da Fome" (Editora Cortez) e participar da 6ª edição do Seminário Anual de Serviço Social, que aconteceu no Teatro da Universidade Católica (TUCA).

Suprema Corte dos EUA dá vitória à Monsanto em discussão sobre patente – Valor Econômico, Agronegócios. 13/05/2013

WASHINGTON - A Suprema Corte dos Estados Unidos concluiu que a Monsanto pode usar suas patentes para impedir que fazendeiros reproduzam sementes transgênicas para replantio sem o pagamento de royalties à multinacional.

A disputa envolveu o uso das sementes Roundup Ready (RR), que tornam as plantas resistentes ao herbicida glifosato e cobrem praticamente toda a área plantada com grãos nos Estados Unidos. Diferentemente de outras invenções, essa biotecnologia é autorreplante, de modo que fazendeiros podem ‘salvar’ parte de sua colheita para o plantio na safra seguinte.

De acordo com a Corte, o sojicultor Vernon Bowman fez cópias não autorizadas da tecnologia ao replantar grãos com o gene RR adquiridos de um operador graneleiro. O produtor de Indiana terá de pagar uma indenização de US\$ 84 mil.

Bowman argumentou que os direitos da Monsanto sobre a tecnologia haviam se esgotado na venda inicial da semente e que a múlti não poderia usar sua patente para controlar a forma como o produto colhido é utilizado posteriormente.

MP dos Portos: Quando o governo vai abrir as comunicações? Saul Leblon – Site da Agência Carta Maior, Economia. 13/05/2013

O desconhecimento da sociedade sobre qualquer tema é o solo fértil de toda sorte de manipulação ideológica e econômica.

A MP dos Portos, editada em dezembro último, cujo prazo de validade vence nesta 5ª feira, é o exemplo clássico desse redil capaz de imobilizar as melhores intenções.

Sempre hesitante em sua política de comunicação, o governo, mais uma vez, menosprezou uma dimensão crucial da luta pelo desenvolvimento que consiste em popularizar o debate das decisões estratégicas com toda a sociedade.

Não o fez com a agenda dos portos; como também não foi feito com a da licitação de ferrovias e rodovias e tampouco com outras iniciativas em resposta à crise mundial.

Teme-se o carimbo de populismo.

Cultiva-se o ‘não politizar a agenda do desenvolvimento’, que não é outra coisa senão economia concentrada em escolhas políticas.

Em contrapartida, facultou-se a um oligopólio midiático a modelagem narrativa do passo seguinte da história do país, reduzido assim a um carnaval de tomates e beterrabas.

A receita torna o governo refém da entropia oportunista que prolifera em sua própria base.

Eis-nos mais uma vez, e não será a última, enredados em uma nuvem de impasse e crise, associada a um tema tornado inacessível a parcelas majoritárias da população.

A votação da MP dos portos fracassou nesta 2ª feira.

A agonia venceu o primeiro round.

O prazo do governo estreitou-se em 24 horas.

As manchetes desta 3ª feira festejarão mais uma ‘cefalia da base’.

O objetivo da MP dos portos, afirma o Planalto, é acelerar investimentos da ordem de R\$ 54 bilhões no setor até 2017.

A medida seria imprescindível para baixar os custos da logística brasileira e injetar competitividade às exportações nacionais num momento em que o mercado mundial se contrai.

Segundo a OMC, o comércio internacional não deve crescer muito acima de 3% este ano.

Uma taxa significativamente inferior à média de 5% das últimas duas décadas.

Busca-se uma parceria entre investimentos públicos e privados para adicionar agilidade operacional aos embarques em curto espaço de tempo, alega o governo.

Para tanto, a MP dos Portos avança sobre protocolos e interesses estabelecidos.

Entre os pontos polêmicos estão a licitação de terminais com base no critério do menor preço e maior desempenho: vence quem cobrar menos pelo maior volume de despachos previstos.

Portos privados, antes restritos a operações específicas, terão liberdade para movimentar cargas de terceiros, o que amplia a concorrência com detentores privados de docas em portos públicos. Explica-se por aí um pedaço das críticas à MP.

Estados que detinham a administração de portos públicos perdem a prerrogativa para a agência reguladora do setor, que pretende assim impor maior coerência à logística de transporte de todo o país.

De um lado, operações técnicas são compartilhadas com a esfera privada; de outro, reforça-se o comando estratégico do setor na esfera federal.

Os críticos à esquerda alegam que a MP apertou o passo do governo na ladeira privatizante e terá efeito inócuo na alegada redução de custos (leia artigo desse ponto de vista no espaço de debate aberto nesta pág).

À direita, rejeita-se a ‘intromissão’ estatal nos portos estaduais, bem como o ‘intervencionismo’ embutido na MP.

Ela faculta ao Estado exercer o controle sobre o que acontece em terminais administrados por capital particular, mesmo quando construídos em terrenos privados.

Quem apoia a MP alega que ela não toca na estrutura portuária pública, mas amplia as opções de escoamento. Com isso forçaria uma salutar redução de custos dentro das próprias docas estatais já administradas por capital privado.

A MP dos portos por certo mereceria um debate político mais amplo.

Emoldura-a a transição de uma economia que luta para dilatar a logística de uma sociedade planejada para servir a 1/3 da população.

Ao ampliar a escala da cidadania e do consumo, esbarra-se agora em toda sorte de limites.

O risco de regressividade política e econômica é real.

A MP dos portos é só um exemplo de uma corrida contra o tempo.

Deixar que decisões desse calibre se tornem objeto de troca nas mãos de Cunhas & Alves não é somente um passo em falso do ponto de vista de articulação política.

Trata-se de uma preocupante subestimação da capacidade de discernimento da sociedade e do seu papel na luta pelo desenvolvimento.

Sem abrir o debate político Getúlio jamais teria ido tão longe na primeira arrancada da infraestrutura nacional.

A Petrobras talvez não existisse.

Com toda astúcia política, ainda assim viu-se compelido a dar um tiro no peito para não ceder ao conservadorismo.

Crê o governo que dando sucessivos tiros no pé na esfera da comunicação poderá ser mais eficaz que Vargas na luta pelo desenvolvimento brasileiro?

Votação da MP dos Portos é adiada – Site da Carta Capital, Política. 13/05/1991

Sem consenso, medida não é votada. Governo corre contra o tempo para analisar e aprovar a MP na Câmara dos Deputados e no Senado até quinta-feira 16, quando ela perde a validade

A Câmara dos Deputados adiou para terça-feira 14, a partir das 11h, a votação da Medida Provisória dos Portos, que estabelece um novo marco regulatório para a concessão de terminais portuários à iniciativa privada. O adiamento se deu porque não houve quorum mínimo para começar o processo de votação. Eram necessários 257 deputados presentes, mas apenas 241 marcaram comparecimento.

O líder do governo na Câmara, Arlindo Chinaglia (PT-SP), disse que mais de 257 deputados estavam presentes, mas muitos não assinalaram no painel. A medida, segundo ele, foi uma forma de obstruir a votação da MP. Chinaglia acredita que será possível aprovar a matéria no decorrer de terça-feira.

Durante o dia, o PMDB, maior aliado do governo no Congresso, demonstrou intenção de obstruir a votação por não aceitar o projeto prioritário do governo. A MP perde a validade se não for votada pela Câmara dos Deputados e pelo Senado até quinta-feira 16. Mesmo com a pressão do Planalto, ainda não existe consenso com a base aliada.

"A nossa orientação é não votar hoje. Amanhã vamos votar e discutir o mérito de cada destaque", disse o deputado Eduardo Cunha (PMDB-RJ), líder do PMDB. Ele é um dos parlamentares governistas que não concordam com o texto aprovado pela comissão especial.

Com a falta de consenso, o governo já trabalhava com a possibilidade do adiamento da votação. A ministra da Secretaria de Relações Institucionais, Ideli Salvatti, admitiu que a MP deve ser votada na terça-feira na Câmara e no Senado até quinta. "Este é o tempo razoável, dois dias para as duas Casas votarem."

A MP não conseguiu apoio homogêneo da base aliada, que apresentou 28 destaques à proposta para alterar o texto em Plenário. A maior parte delas veio do PMDB, PSB, PDT. Ainda assim, o texto do senador Eduardo Braga (PMDB-AM) foi aprovado na comissão mista que discutiu a MP e deve ser votado pelos deputados.

A MP dos Portos visa estimular a concorrência entre portos públicos e privados e cria regras para as futuras concessões e autorizações de instalações portuárias. Entre os principais pontos está o fim da obrigatoriedade dos terminais de uso privado (TUP) de movimentar somente carga própria. Eles poderiam escolher se querem também transportar cargas de terceiros. Hoje, só os portos públicos podem fazer esse tipo de transporte.

O relatório de Braga faz diversas alterações ao texto original e prevê, entre outros pontos, a prorrogação de contratos atuais do setor portuário. Descontente com a proposta, Cunha apresentou uma emenda que também deve ser analisada.

Pela proposta, haveria a previsão de obrigatoriedade de se realizar licitação para terminais privados, cujo prazo de vigência de 25 anos poderá ser prorrogado uma única vez. O relatório da comissão mista estabelece, por outro lado, que o governo precisaria fazer apenas uma chamada pública ou uma seleção, se houver mais de um interessado, e fixa o prazo dos futuros contratos também em 25 anos, mas permite a prorrogação por várias vezes.

Otimismo

Apesar do curto prazo de vigência da MP, a cúpula governista manteve na segunda o discurso otimista quanto à aprovação da proposta. Ideli Salvatti ressaltou que o governo já sofreu divergências na base aliada na MP do Setor Elétrico, em MPs de desoneração de folha, mas conseguiu aprovar as matérias. "Vamos votar, e acredito que, como não nos faltou apoio em medidas anteriores tão delicadas quanto essa não nos faltará também na medida dos portos."

O ministro dos Transportes, César Borges, também fez um apelo ao Congresso pela aprovação da medida. Em coletiva de imprensa, ele disse que o governo não tem um plano B para o setor e não quis comentar a possibilidade de a matéria ser encaminhada novamente ao Congresso na forma de decreto ou projeto de lei. "A determinação da presidenta Dilma é dotar o País de uma infraestrutura logística competitiva com bases internacionais de modernidade e fará de tudo para que esse objetivo seja alcançado, principalmente nos portos. Agora, o que fará caso caduque, não há como antecipar essas

medidas. Primeiro vamos trabalhar com a possibilidade efetiva de aprovação. Se não for, todos vão se debruçar para ver o que fazer.”

Borges destacou a importância dos portos para o escoamento da produção nacional. “Estamos em um contexto de transportes em que o porto é fundamental. Não adianta ter um volume de mercadorias, um escoamento por meio de rodovias e ferrovias e ter um entrave nos portos”.

A MP tem sido criticada por supostamente favorecer o setor privado e acabar com a reserva de mercado dos portos públicos. Em entrevista ao jornal Folha de S.Paulo nesta segunda-feira 13, a ministra da Casa Civil, Gleisi Hoffmann, negou essas acusações. “O governo defende uma proposta que é boa para o Brasil, que abre os portos brasileiros, dá competitividade ao sistema e condições de trazer respostas a uma logística eficiente.”

Segundo a ministra, o País precisa aumentar sua capacidade de movimentação de cargas que está “no limite” e, por isso, “não podemos permitir que uma reserva de mercado fique em detrimento da eficiência do país”. “É óbvio que quem está estabelecido, quem tem terminais em portos públicos, começa a ter resistência, quer manter o seu mercado e não quer concorrência, mas isso não serve ao Brasil.”

Caso a medida não seja aprovada ou passe por muitas alterações, a presidenta Dilma Rousseff estaria considerando legislar sobre assunto por meio de decreto.

Sessão cancelada

A votação da MP dos Portos foi adiada na quarta-feira 8 quando na sessão do Plenário houve uma polêmica entre os deputados sobre denúncias feitas pelo líder do PR, deputado Anthony Garotinho (RJ), de que teria havido favorecimento econômico em emenda apresentada pelo PMDB com o apoio de outros partidos. Ele disse que a MP havia se transformado em “show do milhão” e que havia virado “MP dos Porcos” por causa de interferência de interesses privados na análise da proposta.

Com informações Agência Brasil e Agência Câmara.

Senadores do Acre trocam acusações sobre operação da PF. Gabriela Guerreiro – Folha de São Paulo, Poder. 14/05/2013

Adversários políticos, os senadores Sérgio Petecão (PSD-AC) e Aníbal Diniz (PT-AC) trocaram acusações nesta terça-feira (14) no plenário do Senado.

Petecão subiu à tribuna para comemorar operação da Polícia Federal no Acre que resultou na prisão de 15 suspeitos de fraudes em licitações, entre eles o sobrinho do governador Tião Viana (PT), Tiago Viana Paiva.

Aliado de Viana, Diniz acusou Petecão de fazer “teatro”, se “fazer de vítima” e ter como prática “enganar o povo do Acre” pela sua maneira de fazer política.

"O senador está usando de sua prepotência, arrogância e de sua falsa simplicidade para tripudiar sobre famílias e pessoas de bem que estão sendo arroladas pela Polícia Federal. Ele não pode colocar todos na vala comum", reagiu Diniz.

"O senador Petecão, que se faz de vítima aqui, sabe que esse teatro que ele faz na tribuna não engana o povo do Acre, que sabe que ele faz política com ódio", completou.

Petecão acusou o PT do Acre de patrocinar um panfleto distribuído no Estado responsabilizando o seu grupo político por problemas em rodovias e em hospitais locais.

"Deus foi muito generoso comigo porque, quando distribuíram esses panfletos, eu já estava perdendo as esperanças, confesso a vocês. Eu dizia: meu Deus, será que as coisas aqui no Acre não vão ser esclarecidas? Será? E a Polícia Federal desbaratou uma quadrilha", afirmou.

Em mais uma crítica ao grupo de Tião Viana, Petecão levantou suspeitas sobre investigação da Polícia Civil do Estado sobre um ataque de tiros a sua residência.

Em um dia de apuração do caso, segundo Petecão, a polícia concluiu que o próprio senador tinha disparado os tiros em sua casa.

"Nunca, na minha vida, botei um revólver na cintura. Nunca, nunca. Eu registrei a queixa e, hoje, graças a Deus, estou aqui com a alma lavada, a alma lavada", afirmou.

Diniz reagiu às críticas de Petecão e disse que o senador não é "ingênuo" como quer fazer parecer.

"Nenhum ingênuo chega ao Senado. O senhor sabe fazer o papel de vítima quando lhe convém. Quando fez a denúncia de que sua casa foi alvejada por tiros, não se detetou nenhum vestígio de projétil que tenha atingido sua casa", reagiu o petista.

Editorial: Portos e porteiros – Folha de São Paulo, Opinião. 14/05/2013

Em meio a conflitos entre o governo federal e sua base de sustentação no Congresso --a qual, mais uma vez, nega o próprio nome ao dificultar a aprovação da medida provisória dos portos--, o líder do PMDB na Câmara, deputado Eduardo Cunha (RJ), saiu-se com uma frase curiosa.

"O governo precisa entender que a PEC das Domésticas já foi aprovada. Chega de trabalho escravo", disse Cunha ao jornal "Valor Econômico" para justificar as insubordinações de seu partido.

As frases até poderiam fazer sentido em outro contexto. Mas não se tem notícia de que o PMDB trabalhe sem remuneração. Bem ao contrário, tem sido regamente compensado pelo governo federal --e cruza os braços, ou trabalha contra ele, a cada decisão importante.

Não é bem assim, argumenta o peemedebista. Cunha exhibe abertamente seu desgosto com a partilha dos cargos ministeriais promovida pela presidente Dilma Rousseff.

O PMDB não exerce influência, declara, no Ministério das Minas e Energia. "Tem apenas o cargo de ministro." O mesmo aconteceria na Secretaria de Aviação Civil, onde o peemedebista Moreira Franco só fez o sacrifício, por assim dizer, de assumir o posto. "Em nenhum ministério o PMDB tem poder."

Explicita-se, enfim, uma reivindicação mais desabrida: ou um ministério é entregue inteiro, no sistema de "porteiros fechadas", ou nada feito. Se se trata de um recado (e do que poderia tratar-se, se não disso?), é forçoso reconhecer que Cunha o embalou com habilidade.

Sua entrevista tem duas partes claramente distintas. Na primeira, o peemedebista expõe vários argumentos técnicos para justificar a resistência de seu partido à medida provisória dos portos.

Qualquer mudança num marco regulatório, diz o líder, interfere em interesses econômicos; há beneficiados e prejudicados. No caso dos portos, quatro terminais recém-instalados, com o compromisso de transportar apenas carga própria, passariam a ter a vantagem de transportar também carga de terceiros --sem passar, lastima Cunha, pela licitação de praxe.

A MP favoreceria, portanto, alguns grupos econômicos. "Mas eu não estou contestando isso", acrescenta, de forma algo surpreendente, o líder peemedebista. Sua crítica se faz em tese: não se deve ao mesmo tempo "beneficiar um e fazer a ruptura para os outros".

Volta-se, de certa forma, ao ponto de partida: toda mudança de regras naturalmente altera a situação para os que irão, no futuro, submeter-se a elas. Seja qual for a solução técnica para o problema, a entrevista de Cunha assume outro rumo, mais simples, a partir daí.

A nova regra dos portos deverá voltar à pauta da Câmara hoje e precisa ser votada até quinta-feira no Senado. Se aprovada, ou não, terá sido menos em função de argumentos e interesses daquele tipo do que de outra regra --a das porteiros, que o PMDB quer fechadas nos ministérios de sua cota.

A presidente resiste a tanto, mas para isso só conta com o apoio da opinião pública --da qual se distancia não só o PMDB, mas toda a base parlamentar do Planalto, assim que as urnas se fecham.

Sem regulação dos portos, país terá retrocesso, diz ministro da Agricultura – Folha de São Paulo, Poder. 14/05/2013

Em mais uma frente do governo em defesa da medida provisória que regulamenta o

setor de portos, o ministro Antonio Andrade (Agricultura) disse nesta terça-feira (14) que, sem a proposta, o país vai enfrentar um retrocesso de "impacto muito grande".

Segundo o ministro, a agricultura é o setor que será mais beneficiado com a regulação do setor. Andrade disse que é preciso modernizar os portos para garantir e ampliar as condições de exportação da produção brasileira.

"Se tivéssemos portos eficientes com custo barato, teríamos condições de exportar 15 milhões de toneladas de milho só neste ano. Milho este que vai sobrar no mercado", disse. "Temos de fazer todo o esforço para votar a MP. Estamos pedindo aos parlamentares para dar quórum", completou.

Segundo o governo, o texto original da MP tem potencial para reduzir custos e atrair investimentos. O objetivo é estimular a competição entre portos privados e públicos, na esperança de solucionar assim um dos principais gargalos da infraestrutura do país.

O objetivo do governo com a reforma é estimular a competição entre portos privados e públicos. A MP remove restrições que inibem as empresas que controlam terminais privados, o que desencadeou a oposição de empresas que exploram áreas dentro de portos públicos.

Para que a medida não deixe de vigorar, o governo tenta quebrar resistência de aliados e votar na Câmara e no Senado o texto até quinta-feira (16), quando a medida perde a validade.

Contrários à MP dos Portos, estivadores fazem greve em Santos e em Paranaguá – Folha de São Paulo, Poder. 14/05/2013

Estivadores de dois dos principais portos do país --Santos (SP) e Paranaguá (PR)-- fizeram greve ontem contra a medida provisória dos portos do governo Dilma.

Uma paralisação por tempo indeterminado foi convocada pelas três federações nacionais de trabalhadores portuários.

Os trabalhadores afirmam que a medida provisória que regulamenta o setor, em votação na Câmara dos Deputados, torna os portos privados mais vantajosos que os públicos, o que ameaçaria seus postos de trabalho.

"A maioria dos terminais foi pega de surpresa, até porque a MP ainda está no processo de votação no Congresso", disse o presidente do Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo, Querginaldo Camargo.

Os trabalhadores foram escalados, mas se recusam a embarcar e desembarcar as cargas.

Em Paranaguá, os 17 navios que estavam atracados estão parados. A maioria deles carregava soja, milho e açúcar. Há outros 101 na fila para atracar.

Os caminhões que se dirigiam ao porto, porém, continuam descarregando normalmente nos terminais. Apenas a operação dos navios foi afetada.

As empresas operadoras portuárias de Paranaguá informaram que irão recorrer à Justiça para interromper a greve, que consideram "abusiva".

ESTADO DE ALERTA

Os estivadores e portuários do Rio podem entrar em greve a qualquer momento, dependendo do que for decidido na votação do MP dos Portos, em Brasília.

"Santos já parou, Paranaguá já parou. Ainda não paramos, mas estamos em estado de alerta com indicativo de greve", afirmou, no Porto do Rio, Marcelo Dias, primeiro secretário do Estiva (Sindicato dos Estivadores do Rio de Janeiro).

Os estivadores estão, diz, alinhados com demais portuários, categoria que engloba a guarda portuária e outros trabalhadores registrados das companhias que atuam no porto.

"O Estiva já tem um indicativo de greve, e o que eles decidirem nós vamos seguir", declarou o presidente do Sindicato dos Portuários do Rio, Sérgio Gianetto, que acompanha, em Brasília, a votação da MP.

FORÇA SINDICAL

À frente dos protestos está a Força Sindical, liderada pelo deputado federal Paulinho da Força (PDT-SP). A organização defende que os trabalhadores dos portos privados sigam o mesmo regime de trabalho dos portos públicos.

Paulinho afirmou que outros três portos devem anunciar a entrada na greve ainda hoje -- Recife (PE), Belém (PA) e Manaus (AM).

A Câmara realiza sessão hoje para tentar votar o texto. Segundo o governo, o texto original da MP tem potencial para reduzir custos e atrair investimentos. O objetivo é estimular a competição entre portos privados e públicos, na esperança de solucionar assim um dos principais gargalos da infraestrutura do país.

A MP remove restrições que inibem empresas que controlam terminais privados, e por isso enfrenta a oposição de concorrentes que exploram áreas dentro de portos públicos e sindicatos de trabalhadores.

STF anula júri que condenou acusado de matar Dorothy Stang. Felipe Seligman – Folha de São Paulo, Poder. 14/05/2013

O STF (Supremo Tribunal Federal) anulou o júri que condenou o fazendeiro Vitalmiro Bastos de Moura, o Bida, a 30 anos de prisão pela morte da missionária norte-americana Dorothy Stang, em 2005. Os ministros entenderam que o seu direito de defesa não foi plenamente respeitado.

O tribunal, no entanto, estabeleceu que ele continuará preso até que o novo julgamento seja marcado pela Justiça do Pará.

A decisão foi tomada pela 2ª Turma do Supremo, por 3 votos a 2. Será a quarta vez em que o caso de Bida será analisado. Em 2007, ele havia sido condenado, também a 30 anos, mas teve direito a novo júri, já que sua pena foi superior a 20 anos de reclusão. Um ano depois, ele foi absolvido. Naquela ocasião, o Ministério Público recorreu, alegando que a decisão não levou em conta as provas. O recurso surtiu efeito e a Justiça do Pará anulou o segundo julgamento.

Em 2010, finalmente, o terceiro júri foi marcado, mas no dia do início, a defesa de Bida não compareceu e não justificou a ausência. Naquela ocasião, o Tribunal do Júri de Belém (PA) suspendeu a análise do caso, nomeou um defensor público e marcou o início do julgamento 12 dias depois, quando ele foi novamente condenado.

Após a condenação, os novos advogados do fazendeiro entraram com habeas corpus, pedindo a anulação do júri por cerceamento de defesa.

Os advogados de Bida também pediam que ele esperasse o novo júri em liberdade, sob o argumento de que o prazo legal para a prisão preventiva já foi esgotada. Mas os ministros do Supremo entenderam que ele deve continuar preso, pois o período em que ele está preso é decorrência dos esforços dos advogados para que o caso não seja julgado definitivamente.

Ministro da Agricultura pede aprovação da MP dos Portos – Site do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA). 14/05/2013

Ministro afirma que agricultura é setor mais beneficiado com modernização dos portos

O ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Antônio Andrade, defendeu nesta terça-feira a aprovação da MP dos Portos (595/12). Após participar de reunião no gabinete do presidente da Câmara, Henrique Eduardo Alves, ele afirmou que a agricultura é o setor mais beneficiado com a modernização dos portos.

“Se tivéssemos portos eficientes com custo barato, teríamos condições de exportar 15 milhões de toneladas de milho só neste ano. Milho este que vai sobrar no mercado”, disse Andrade.

Para ele, caso a medida não seja aprovada, o Brasil enfrentará um retrocesso. “Temos de fazer todo o esforço para votar a MP. Estamos pedindo aos parlamentares para dar quórum.”

Agricultores familiares fazem negócios da ordem de R\$ 20 milhões na APAS 2013 – Site do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). 14/05/2013

Na próxima segunda-feira (20), a Cooperativa de Produtores Ecologistas de Garibaldi

(Coopeg), do Rio Grande do Sul, vai fechar os detalhes para a comercialização de sucos com a rede Walmart, para o mercado de São Paulo. A cooperativa fez a pré-negociação durante a APAS 2013 – 29º Congresso e Feira de Negócios em Supermercados, em São Paulo. A Coopeg expôs seus produtos no espaço do MDA na feira, realizada de 06 a 09 de maio, juntamente com outras oito cooperativas que têm produtos e alimentos produzidos por agricultores familiares.

A estimativa de geração de negócios anual é de aproximadamente R\$ 20 milhões para as cooperativas que participaram da maior encontro do setor de supermercados do mundo. As negociações serão efetivadas nos próximos meses. Para a geração de negócios mensais, a expectativa é de R\$ 1,6 milhão.

“Foi maravilhoso, essa foi uma das melhores feiras que participamos nos últimos anos em qualidade de comercialização. AS pessoas estavam focadas em conhecer novos fornecedores e novos produtos”, avalia a presidente da Coopeg, Salete Arruda. Ela conta que as pré-negociações também envolvem outros mercados menores de São Paulo, Minas Gerais, Brasília, Mato Grosso e do Paraná. A Coopeg, que vende sucos de uva, vinhos e espumantes, representa 47 famílias de produtores.

As demais cooperativas participantes reúnem o trabalho de mais de dez mil agricultores familiares brasileiros. Durante os quatro dias de evento, os representantes das cooperativas realizaram 130 contatos com entidades comerciais – entre distribuidores (36% dos contatos), representantes comerciais (32%), supermercados (16%), indústria, fornecedores e outros.

O diretor do Departamento de Geração de Renda e Agregação de Valor (Degrav) da Secretaria da Agricultura Familiar (SAF/MDA), Nilton Pinho de Bem observa que a participação das cooperativas cumpriu seu objetivo de dar visibilidade aos produtos da agricultura familiar, “produtos diferenciados e com qualidade para serem inseridos nos grandes mercados.”

Os estados que demonstraram maior interesse de acesso a mercado pelos empreendimentos familiares são: São Paulo, Rio de Janeiro, Distrito Federal, Minas Gerais, Espírito Santo, Goiás, Rio Grande do Sul e Santa Catarina.

Pão de Açúcar, Walmart, Zaffari e Dia foram os grandes compradores que visitaram o espaço do MDA. Entre as instituições que se interessaram no trabalho e produtos da agricultura familiar estavam o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequena Empresas (Sebrae), o Instituto de Promoção do Desenvolvimento (IPD), a Associação de Supermercados de Brasília (Asbra), a Associação Brasileira de Atacadistas e Distribuidores de Produtos Industrializados (ABAD), Instituto Brasileiro do Vinho (Ibravin) e Sindicatos dos Representantes Comerciais e Empresas do Estado de São Paulo.

APAS

A maior feira de supermercados do mundo teve sua 29ª edição em 2013. A APAS – 29º Congresso e Feira de Negócios em Supermercados teve como tema “Capitalismo Consciente – prosperar construindo relações de valor para todos”. – Ocupou 68 mil m² de área de exposição, com mais de 550 expositores e negócios da ordem de R\$ 5 bilhões.

Reserva no Paraná tem índios 'paraguaios' e clima de tensão. Estelita Hass Carazzai – Folha de São Paulo, Poder. 14/05/2013

O convívio entre índios e proprietários rurais no oeste do Paraná, onde a demarcação de reservas indígenas foi interrompida a pedido da Casa Civil na semana passada, tem sido marcado pela hostilidade.

A situação se agravou do final do ano passado para cá, quando um posto da Funai (Fundação Nacional do Índio) foi instalado em Guaíra (na fronteira com o Paraguai) e os produtores rurais passaram a se organizar para reivindicar a reintegração de posse de áreas invadidas.

Protestos durante a visita da presidente Dilma Rousseff à região, em fevereiro, fizeram com que a Casa Civil da paranaense Gleisi Hoffmann interviesse e pedisse estudos complementares sobre a criação da reserva guarani pretendida pela Funai.

Foram esses estudos que culminaram no pedido de interrupção do processo de demarcação na semana passada. O mesmo processo deve ser repetido em outros Estados, como Mato Grosso do Sul, Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

O governo já anunciou que irá alterar o processo de demarcação de terras indígenas, que contará com a participação de outros órgãos além da Funai.

A reformulação do sistema, que na prática esvazia os poderes da Funai, foi um compromisso da ministra da Casa Civil com a bancada ruralista durante audiência na Câmara. Pré-candidato do PT ao governo paranaense, ela nega que a decisão tenha motivação eleitoral.

TENSÃO

No Paraná, índios e fazendeiros trocam acusações de vandalismo e intimidação. Os proprietários das terras invadidas, nos municípios de Guaíra e Terra Roxa, acusam os índios de terem vindo do Paraguai e de outros Estados, "incitados" pela Funai. A região é um dos maiores polos agrícolas do Paraná.

"Incitam os índios com promessas, com benefícios de governo", diz o presidente do Sindicato de Produtores Rurais de Guaíra, Silvanir Rosset. "Os índios invadem áreas, saqueiam, não têm limites. E, como são índios, são intocáveis."

Os produtores dizem que o fluxo migratório aumentou no final do ano passado, e que as terras invadidas são depredadas e queimadas.

Indigenistas negam que haja estrangeiros entre o grupo. "De caso concreto, a gente tem um índio paraguaio identificado entre 1.600", diz o servidor da Funai Diogo de Oliveira, que trabalha em Guaíra.

Ele e outros pesquisadores ressaltam que a população indígena na região de fronteira vive "como uma bola de pingue-pongue", com características nômade, mas que tem direito histórico às terras. "Aquela região é historicamente indígena. E nenhum índio saiu porque quis, todos foram compelidos a deixar esses lugares", comenta o indigenista Edívio Battistelli.

Para eles, os índios é que têm sido intimidados. Há relatos de indígenas que são xingados de "bugrinhos" e "invasores", e jovens que cometeram suicídio. A situação dos acampamentos, diz a Funai, é precária: falta luz, água potável e às vezes até comida.

"É um povo marginalizado, super pacífico, que só reage a situações de violência", diz Oliveira.

A Prefeitura de Guaíra chegou a criar um comitê especial para mediar a relação entre índios e fazendeiros, no início do ano.

Para o prefeito Fabian Vendruscolo (PT), cuja família tem terras vizinhas às invadidas, é preciso que sejam cumpridas as ordens de reintegração de posse.

"O que interessa para nós é que a posse das áreas seja reintegrada, e que os índios sejam assentados em locais que o governo federal vai ter que encontrar", diz. "Temos que garantir que os direitos de ambas as partes sejam respeitados."

Governo teve problemas na MP dos Portos porque não dialogou, diz Campos – Folha de São Paulo, Poder. 15/05/2013

O governador de Pernambuco e presidente nacional do PSB, Eduardo Campos, afirmou nesta terça-feira (15) que as dificuldades enfrentadas pelo governo federal na votação da Medida Provisória dos Portos no Congresso refletem falta de diálogo com o Planalto com o Legislativo.

"Não houve um debate antes. O governo preferiu essa posição por causa da complexidade da matéria e pela urgência. Pela minha experiência na Câmara, essa pressão é porque deve ter faltado diálogo do governo com o Congresso", afirmou Campos, que participou de evento em Joinville (SC).

Campos se opôs ao projeto original do Planalto porque ele transferia ao governo federal a condução de licitações de novos terminais em portos públicos estaduais, como o de Suape (PE).

O governador chegou a ir ao Congresso pedir mudanças no texto, quando discutiu com a ministra da Casa Civil, Gleisi Hoffmann.

A emenda ao texto original que fazia uma concessão parcial a Campos, ao abrir a possibilidade de o Planalto deixar a cargo dos Estados a decisão sobre licitações em portos como o de Suape, acabou rejeitada na Câmara na noite desta terça (15).

Campos disse que "sempre defendeu" a MP dos Portos, principalmente a negociação com os trabalhadores portuários e a prerrogativa de os Estados gerirem os portos.

ELEIÇÕES

Cotado como candidato a presidente em 2014, Campos manteve a postura discreta que assumiu nas últimas semanas. Afirmou que 2013 não é ano para montar palanques, mas cuidar da agenda econômica.

Ele negou, por exemplo, que a conversa que manteve nesta segunda (14) com o presidente do PSD, Gilberto Kassab, tenha girado em torno de composições para o próximo ano.

"O Brasil precisa retomar o crescimento econômico. O ano de 2011 teve um desempenho inferior a 2010 e 2012 foi pior do que 2011. Então precisamos trabalhar muito em 2013 para ser um ano bom. Daí em 2014 a gente vê", afirmou.

Bancada ruralista pede criação de CPI para investigar Funai. Márcio Falcão – Folha de São Paulo, Poder. 15/05/2013

Integrantes da bancada ruralista protocolaram nesta quarta-feira (15) na Câmara dos Deputados pedido de criação de uma CPI (Comissão Parlamentar de Inquérito) para investigar a Funai (Fundação Nacional do Índio).

A iniciativa é mais um instrumento para pressionar o governo a acelerar as mudanças no sistema de demarcação de terras indígenas. As novas medidas, que podem ser anunciadas em junho pelo Palácio do Planalto, devem esvaziar as atribuições da fundação.

Ainda não há previsão para a instalação da CPI. Atualmente, a Câmara tem uma fila de 14 pedidos de comissões aguardando deliberação do comando da Casa. Pelas regras da Câmara, cinco comissões podem funcionar ao mesmo tempo.

Os ruralistas acusam a Funai de fraudar laudos a favor da demarcação de áreas indígenas e inflar conflitos com os produtores. Os índios, por outro lado, reclamam da demora do governo.

Atualmente, o processo de demarcação é realizado pela fundação, antes da palavra final do Planalto. Ministros, como Gleisi Hoffmann (Casa Civil), admitem falhas no processo de demarcação realizado pela Funai.

O novo sistema do governo deve incluir a previsão para que sejam consultados órgãos como os ministérios da Agricultura, Cidades e Desenvolvimento Agrário.

Dados do governo indicam que existem 90 áreas em estudos pela Funai. Segundo a fundação, terras indígenas com limites já definidos representam 12,9% do território nacional.

Sem-terra e movimento gay se unem em marcha em Brasília – Folha de São Paulo, Poder. 15/05/2013

Com cruces nas mãos e ao som de baterias e gritos de ocupação, os manifestantes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) chegaram em frente ao Supremo Tribunal Federal (STF), ao lado de integrantes do Movimento LGBT - Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros.

Desde as 9h, os dois grupos, que reúnem representantes de mais de dez Estados ocuparam três faixas da Esplanada dos Ministérios, na 4ª Marcha Nacional contra a Homofobia, que seguiu até o Congresso Nacional.

Em alguns momentos, a manifestação ocupou todas as seis faixas da via, fazendo com que o trânsito ficasse totalmente parado por alguns minutos. Em frente ao STF, os sem-terra simularam o assassinato de trabalhadores do campo.

O fim da criminalização é a principal reivindicação do movimento, que também defende a reforma agrária. Francisco Moura, o Tito, do MST do Pará e da Frente de Marcha do MST nacional, disse que "a principal bandeira é sobre o massacre em Felisburgo (MG). Queremos o julgamento imediato desse e de todos os crimes".

Segundo Evaldo Amorim, secretário da Associação Nacional LGBT, a manifestação foi organizada há algumas semanas, mobilizando o MST, o Movimento da Maconha e o das Mulheres. "Aqui, o foco do LGBT está na garantia dos direitos do movimento e na defesa do Estado laico. Estamos aproveitando para criticar os fundamentalistas como Feliciano e exigimos a saída dele da Comissão de Direitos Humanos". Para Amorim, as decisões no país hoje estão pautadas por grupos religiosos.

A expectativa é que a manifestação prossiga até o início da tarde, quando as delegações retornam aos seus estados. A travesti Scarlet, que volta para Rui Barbosa (BA), lembrou que seu estado tem alto índice de discriminação, principalmente contra as travestis. "A cada 36 horas, um homossexual é morto na Bahia, falta a aprovação de uma lei que mude isso. As travestis são as que mais morrem, porque ficam mais expostas".

Para Everton Christian Paiva, presidente da Associação Paranaense da Parada da Diversidade, que trouxe 20 pessoas para a marcha, a lei não vai acabar com a discriminação, mas pode inibir os atos de violência contra os homossexuais. "A pessoa vai pensar dez vezes antes. Já tivemos muitos avanços, até quatro anos atrás tínhamos pouco espaço. Hoje, ainda queremos a lei do casamento igualitário e o direito ao nome social das travestis".

Os movimentos que participam da manifestação estimam a presença de 3.000 pessoas. A Polícia Militar acredita que os manifestantes não passem de 4.000.

Mercadante minimiza embate com PMDB na MP dos Portos. Lucas Vettorazzo – Folha de São Paulo, Poder. 15/05/2013

Considerado um dos principais assessores da presidente Dilma Rousseff, o ministro Aloizio Mercadante (Educação) minimizou nesta quarta-feira (15) o embate com o PMDB durante a votação da Medida Provisória dos Portos.

Segundo o ministro, divergências com o principal partido aliado fazem parte do jogo e no caso específico da medida existem "responsabilidades específicas que precisam ser identificadas".

Mercadante afirmou, contudo, que há lideranças no PMDB que têm "contribuído decisivamente para as principais matérias do governo".

"É um partido aliado, estratégico e divergências fazem parte. E aí tem responsabilidades específicas que precisam ser identificadas. Eu tenho certeza que o compromisso com o projeto é muito maior que o embate específico", afirmou Mercadante, após palestrar no Fórum Nacional, evento que aconteceu no Rio de Janeiro.

O ministro acrescentou que seu papel político junto à presidente Dilma não inclui articulações com o Congresso Nacional e nem as votações no plenário.

De acordo com ele, seu papel envolve articulações mais amplas, como a reforma ministerial. "Tenho ajudado a desenhar e a construir soluções, mas o dia a dia do congresso não é minha tarefa", disse.

ELEIÇÕES

O ministro reafirmou que não sairá candidato ao governo de São Paulo nas eleições de 2014. Mercadante lembrou, inclusive, que já enviou carta ao PT dizendo que não pretende sair candidato.

O ministro disse ainda que não está decidido se será o coordenador de campanha da campanha para reeleição de Dilma, mas afirmou que provavelmente assumirá o posto. Para justificar sua possível escolha para o cargo, Mercadante ressaltou suas conquistas políticas.

"Não estamos discutindo ainda a coordenação de campanha, mas acho muito provável. Coordenei três campanhas presidenciais, fui candidato à vice-presidente da República, na época fui o senador que teve mais voto na história do Brasil e tenho alguma experiência para contribuir. É muito provável que eu esteja em uma coordenação. Se não for em uma coordenação, eu estarei distribuindo panfleto na rua e gritando pela candidata", afirmou o petista.

Venda de madeira gera ação contra dirigentes do Incra. José Maria Tomazela – O Estado de São Paulo, Política. 15/05/2013

O Ministério Público Federal (MPF) em Bauru, a 326 km de São Paulo, entrou com ação por improbidade administrativa contra nove dirigentes e ex-dirigentes do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) pela venda, supostamente irregular, de 70,9 mil metros cúbicos de madeira no Assentamento Aimorés, localizado na divisa com Pederneiras. De acordo com o procurador da República Pedro Antonio de Oliveira Machado, a madeira foi vendida por um terço do valor de mercado e os recursos, que deveriam ser aplicados na infraestrutura do assentamento, tiveram outros destinos. A investigação teve início após reportagem do jornal O Estado de S. Paulo mostrando o corte irregular de madeira no assentamento. Na época, os assentados mantinham fornos para transformar em carvão partes das árvores.

O assentamento, com 204 lotes, formou-se em área de um antigo Horto Florestal adquirida pelo Incra. Como toda a área tinha reflorestamento de eucalipto, o Incra delegou o corte e venda da madeira aos próprios assentados, através de cooperativas. O órgão autorizou o corte, inicialmente de um hectare, e depois até 3,4 hectares por lote, mas não houve fiscalização, segundo o MPF. Na maioria dos lotes com até dez hectares, toda a madeira foi retirada. O negócio foi feito sem licitação. O Incra informou ter imposto condições para o corte e a aplicação dos recursos na construção de poços, destoca, preparo de solo, compra e aplicação de calcário e aquisição de mudas. O MPF, no entanto, constatou que a madeira foi retirada sem controle e a exploração foi marcada pelo desvio de finalidade na aplicação dos recursos, causando perdas à União.

Na ação, distribuída à 2ª Vara Federal de Bauru na sexta-feira, 10, o procurador coloca como réus no processo Raimundo Pires da Silva, ex-superintendente regional do Incra/SP entre 2003 e 2011; José Giacomo Baccarin, ex-superintendente até 2012; Jane Maria de Almeida Guilhen, superintendente regional substituta até 2011; Guilherme Cyrino Carvalho, regional de 2006 a 2011; Carlos Eduardo Portella Sturm, coordenador geral do Meio Ambiente do Incra/SP; Leonarda Cristina Melo Rufino de Souza, chefe da Divisão de Gestão Ambiental; Lauro César de Vasconcelos, auditor-chefe do Incra; Jairo Tadeu de Almeida, coordenador regional no Estado e coordenador técnico do Aimorés; e João Paulo Zavatti, funcionário do núcleo de Bauru. A ação também arrola como ré a empresa BK Consultoria e Serviços, responsável pelo controle na saída da madeira. O contrato do Incra com a empresa é contestado em outra ação civil.

Inconsistências

O Incra/SP informou em nota ter havido duas tentativas de leilão da madeira por meio de contrato com a Companhia de Desenvolvimento Agrícola de São Paulo (Codasp), mas não houve interessados. A gestão da superintendência na época autorizou que se retirasse um hectare de madeira por lote, extensão depois aumentada para 2,42 hectares, com manifestação favorável da procuradoria jurídica. Os assentados foram autorizados a utilizar o dinheiro em seus próprios lotes e não na infraestrutura do loteamento. O

controle da madeira seria feito por área, mas foram verificadas inconsistências, o que levou o Incra a suspender a retirada da madeira em 2010.

Raimundo Silva informou ter ele próprio pedido a investigação sobre eventuais desvios no emprego dos recursos da madeira. Baccarin alegou que os fatos investigados são anteriores à sua gestão. Jane Mara, servidora de carreira, não foi localizada. Carlos Sturm, Leonarda e Lauro Vasconcelos são atualmente servidores em Brasília e negaram terem praticado qualquer irregularidade. Jairo Almeida e Zavatti eram terceirizados e também não foram localizados. A BK Consultoria informou que o funcionário em condições de informar sobre o contrato só estaria na empresa nesta quinta-feira, 16.

Deere & Co registra lucro líquido de US\$ 1,084 bilhão no 2º trimestre. Bettina Barros – Valor Econômico, Agronegócios. 15/05/2013

SÃO PAULO - A Deere & Co., maior fabricante mundial de máquinas agrícolas, registrou lucro líquido de US\$ 1,084 bilhão (US\$ 2,76 por ação) no segundo trimestre do atual ano fiscal, que se encerrou em 30 de abril. O resultado subiu em relação ao US\$ 1,056 bilhão (US\$ 2,61 por ação) do mesmo período do ano passado.

Nos seis primeiros meses do ano fiscal, o lucro líquido ficou em US\$ 1,734 bilhão (US\$ 4,41 por ação), frente ao US\$ 1,589 bilhão do primeiro semestre do ano fiscal anterior.

Segundo informou a empresa, baseada em Moline, no Estado americano de Illinois, a receita líquida subiu 9% no período, para US\$ 10,914 bilhões em comparação com o mesmo período do ano passado, e a US\$ 18,335 bilhões no semestre.

“Depois de um resultado recorde, a John Deere está bem posicionada para um ótima performance”, afirmou Samuel R. Allen, chairman e CEO da companhia. As vendas e a receita do segundo trimestre fiscal foram as mais altas na história da empresa, disse ele.

A estimativa para vendas de equipamentos da Deere aponta para uma alta de 5% em 2013, e de 3% no terceiro trimestre fiscal, na comparação com iguais períodos imediatamente anteriores.

O lucro líquido para o ano fiscal de 2013, por sua vez, deverá fechar em US\$ 3,3 bilhões.

Ministra nega recuo do governo por aprovação da MP dos Portos. Natuza Nery – Folha de São Paulo, Poder. 15/05/2013

A ministra Ideli Salvatti (Relações Institucionais) reagiu nesta quarta-feira (15) às avaliações de que o governo cedeu às pressões do Congresso e patrocinou uma mudança polêmica no texto da Medida Provisória dos Portos.

"Não mudamos de ideia, apenas recorreremos a uma estratégia para economizar votações no plenário e concluir a aprovação da MP", disse a ministra à *Folha*.

"A emenda aprovada com nosso apoio em nada se assemelha com a que derrotamos", completou a ministra, referindo-se à emenda do deputado Eduardo Cunha (PMDB-RJ).

Na tarde de hoje, o governo concordou em aprovar uma emenda que permite, mediante investimentos, a renovação de contratos de arrendamento em terminais portuários firmados depois de 1993.

O Executivo é contra a obrigatoriedade dessa regra, mas acabou acatando uma emenda que abre a possibilidade de renovação para acelerar a votação na Câmara.

Ao contrário das versões que obrigavam a prorrogação dos contratos, explicou a ministra, a emenda patrocinada pelo Executivo mantém a palavra final nas mãos da União. "Por isso não é correto dizer que mudamos de ideia", afirmou Ideli.

A MP dos Portos perde a validade na quinta-feira e ainda precisa passar pelo Senado. Convém à oposição e a congressistas da base contrários à proposta adiar a votação para que a medida caduque. A tática é então apresentar emendas repetidas para não concluir a deliberação.

"Tudo o que eles não querem é que termine a votação, e foram apresentando intermináveis recursos. Foi aí que decidimos fazermos uma emenda que não descaracterizasse nosso texto, mas que, ao ser aprovada, prejudicasse emendas deles", completou Ideli Salvatti.

Cade aprova compra de fábrica de fertilizantes da Vale pela Petrobras. Thiago Resende – Valor Econômico, Agronegócios. 16/05/2013

BRASÍLIA - O Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) aprovou, sem restrições, a compra de uma fábrica de fertilizantes da Vale pela Petrobras. A unidade de produção de nitrogenados está localizada em Araucária (PR), com capacidade anual de 700 mil toneladas de ureia e de 475 mil toneladas de amônia, por exemplo.

Anunciado em dezembro do ano passado, o negócio é estimado em US\$ 234 milhões. Como a Vale tem que pagar royalties à Petrobras pelo arrendamento de minas, a compra será feita com descontos nessa receita de direitos minerários.

O processo foi analisado pela nova lei de defesa da concorrência e agora, com o aval do Cade, as empresas poderão realizar a operação. O sinal verde foi dado em despacho da Superintendência-Geral do órgão publicado hoje no "Diário Oficial da União" e, portanto, o caso não precisará passar por julgamento em plenário do Cade.

Demarcação Ruralista – Site da Comissão Pastoral da Terra (CPT). 16/05/2013

Confira artigo de Leslie Tavares sobre a tentativa de enfraquecimento da FUNAI e as

artimanhas do governo para atender aos "esperneios" dos ruralistas sobre a demarcação de terras indígenas.

Leslie Tavares, ecólogo.

Depois que a Casa Civil enfraqueceu as atribuições da FUNAI para demarcação de Terras Indígenas, em socorro ao esperneio da Comissão de Agricultura da Câmara dos Deputados, resta agora saber se o Congresso controlará definitivamente suas criações.

Não há como negar a enorme dívida do Estado brasileiro com os índios, e seus juro incessantes. Durante a Ditadura, aldeias Wamiri-Atroari ao norte do Amazonas foram bombardeadas para livrar áreas para mineração e abertura da rodovia BR-174. Estima-se que neste conflito mais de 2 mil índios desapareceram durante o Regime, fato investigado atualmente pela Comissão da Verdade. No final da década de 80 as Terras Yanomamis em Roraima sofreram uma invasão de mais de 40 mil garimpeiros, levando à morte milhares de índios por doenças, contaminação ambiental e violência. Já o século XXI começa marcado por conflitos com madeireiros e fazendeiros que promovem grandes desmatamentos e saques para desfigurar as áreas indígenas, antes que se concretizem suas demarcações. Casos de abandono também se multiplicaram nos últimos anos. Em aldeias como as dos Xavantes em Mato Grosso, somente em 2010, mais de 70% dos recém-nascidos morreram de desnutrição, sem falar no drama dos Guaranis-Kaiowás do Mato Grosso do Sul , acompanhado recentemente pelas redes sociais.

Grandes empreendimentos também atropelam os direitos indígenas, como a hidrelétrica de Belo Monte, onde as consultas obrigatórias aos índios não foram realizadas. Estes são apenas alguns casos emblemáticos em um oceano de atrocidades, histórias de assassinatos, escravidão e todo tipo de desrespeito aos Direitos Humanos.

Mas a luta pela terra é sem dúvida o problema mais marcante. Sem ela os índios não são índios e os ruralistas não aumentam de maneira fácil e rápida os lucros e a produção diante de um mercado global crescente e ávido por produtos agrícolas. De qualquer forma, não resta dúvida de que, no conflito entre índios e ruralistas, perdem muito mais os índios.

Os direitos indígenas são constitucionais. Quando ocupadas, suas terras se tornam inalienáveis e indisponíveis e os direitos sobre elas imprescindíveis. O artigo 231 da Constituição define claramente estes Direitos, bem como o papel do Congresso. Assim, não há porque subordinar as demarcações de terras indígenas aos palpites do Ministério da Agricultura ou à Embrapa.

Via de regra, as terras em litígio não são entregues pacificamente pelos fazendeiros, sem que antes haja uma longa batalha judicial. Desta forma, muitas demarcações não são ações arbitrárias da FUNAI, mas contam com o aval do judiciário.

Porém, as consecutivas derrotas ruralistas determinaram a crescente pressão sobre o elo mais frágil da corrente, o próprio Governo.

A esta altura não dá para esconder que boa parte do Congresso é dominada pelos ruralistas e sua ascensão no parlamento desequilibra as relações democráticas, haja vista o que foi feito com o Código Florestal. Tradicionalmente o Ministério da Agricultura, que influenciará a partir de agora as demarcações, sempre foi comandado por um parlamentar ruralista. Outra prova da parcialidade das medidas adotadas, é o fato do Ministério do Meio Ambiente ter sido completamente esquecido no novo procedimento de demarcações, desconsiderando, assim, o relevante patrimônio ambiental das terras indígenas.

Note-se que genocídios, ameaças e todo tipo de violência por que passam os indígenas em suas terras, durante os longos processos de demarcação, nunca foram suficientes para sensibilizar o executivo e parlamentares sobre a necessidade do aprimoramento de critérios e procedimentos.

Em abril de 2006 coordenei pelo IBAMA a Operação Kayabi, deflagrada em conjunto com a Polícia Federal nos municípios de Apiacás/MT e Jacareacanga/PA, para coibir o desmatamento, a grilagem e a violência praticada contra os índios, o que na época foi classificado pelo Ministério Público Federal de genocídio. Mas o conflito não começou aí. Ainda em 1966, a expedição Roncador-Xingu dos irmãos Villas-Boas tentava apaziguar a guerra entre seringueiros e índios que sofriam com o estupro de suas mulheres e epidemias de sarampo. Em 1975 em um processo conturbado, o Governo não reconheceu a totalidade das terras a que os kayabis tinham direito, concedendo apenas um décimo da área requerida. Em 2000, a UnB chamou atenção para a contaminação dos índios por mercúrio e se iniciou uma nova campanha de demarcação. A partir de 2002 quando a FUNAI publicou a Portaria de demarcação do território, o desmatamento da área saltou subitamente de 4 mil para 33 mil hectares. Em 2012 mais uma grande operação policial foi necessária, até que finalmente a Terra Kayabi fosse homologada em abril de 2013, acabando com uma espera de décadas. Mesmo assim, as terras já estão ameaçadas pelos projetos das hidrelétricas do Rio Tapajós.

Histórias similares a esta pipocaram pelo país até então, sem qualquer preocupação com a qualidade das demarcações. Mas, bastou a Convocação da Casa Civil pela Comissão de Agricultura da Câmara para que os procedimentos de demarcação fossem imediatamente “revistos”.

Diante da legislação que temos hoje, é irrelevante o fato das terras serem produtivas ou não, se estão ocupadas pela agropecuária, ou se os índios ainda usam arco e flecha. O fato é que em um país deste tamanho deveria haver espaço para todos e os atuais conflitos seriam mínimos se não tivéssemos uma política indigenista tão pouco sólida, uma omissão histórica do Estado e a uma FUNAI frágil e sucateada.

Assim, subordinar a criação de Terras Indígenas a outros órgãos é um enorme equívoco. É cometer um erro para resolver outro.

Com essa nova medida, o governo passa a retroalimentar um processo de marginalização do índio; sinaliza uma preferência ao economicismo em detrimento dos

valores sociais e demonstra forte subordinação política a determinados segmentos representados no Congresso.

A Emenda Constitucional (PEC) 215, que condiciona a criação de Terras Indígenas à aprovação do Parlamento, nada mais é do que uma tentativa de desembaraçar o setor agrícola de mais um obstáculo para sua expansão. Não é à toa, pois o Congresso nunca se mostrou muito bonzinho com os índios. Na maioria dos casos debatidos, uma parte significativa de parlamentares se demonstra exacerbadamente contrária às demarcações. Se dependesse deles, reservas como a Raposa Serra do Sol em Roraima, jamais seriam homologadas. O Novo Estatuto do Índio, que revê o tema como um todo, está lá desde 1991 como Projeto de Lei, não há regulamentação para legislação atual e o que tramita com força são projetos imediatistas que desafiam a Constituição para atender setores como o da agricultura e mineração.

Se aprovada a PEC conseguirá fazer o que as armas e as motosserras já fazem, mas com apenas uma caneta.

Emenda 'Tio Patinhas' da MP dos Portos foi apresentada 24 vezes. Andreza Matais e Breno Costa – Folha de São Paulo, Poder. 16/05/2013

A mudança mais polêmica no texto da Medida Provisória dos Portos foi apresentada 24 vezes por parlamentares do PMDB, PT e DEM. Apelidada de "Tio Patinhas" pelo deputado Anthony Garotinho (PR-RJ), a emenda só foi aprovada na 21ª tentativa após o governo ceder ao líder do PMDB na Câmara, deputado Eduardo Cunha (RJ), o maior defensor da alteração.

O apelido "Tio Patinhas" faz referência a supostos interesses econômicos por trás da defesa da proposta.

O texto original, de autoria do governo, previa que os contratos de terminais portuários firmados antes da publicação da MP poderiam ser prorrogados, desde que essa previsão estivesse prevista "expressamente" no acordo inicial e "condicionada à revisão dos valores do contrato e ao estabelecimento de novas obrigações de movimentação mínima e investimento."

Com a alteração, sumiu do texto a determinação sobre a revisão dos valores dos contratos na renovação e a exigência de novas obrigações de movimentação e investimento.

O texto aprovado ficou assim: "A prorrogação dos contratos referidos no caput poderá ocorrer por uma única vez e pelo prazo máximo previsto em contrato, desde que o arrendatário promova os investimentos necessários para a expansão e modernização das instalações portuárias."

Além de Cunha, os deputados Leonardo Quintão (PMDB-MG), Onyx Lorenzoni (DEM-RS), Ronaldo Caiado (DEM-GO), Rodrigo Maia (DEM-RJ), Mendonça Filho

(DEM-PE), Arnaldo Jardim (PPS-SP) e Sibá Machado (PT-AC) também apresentaram emendas que continham essas alterações no texto do governo.

Em discurso no plenário, semana passada, Garotinho acusou Cunha de apoiar interesses afetados pela proposta, mais especificamente do empresário Daniel Dantas, controlador da Santos Brasil, dona de terminais portuários. Por meio de sua assessoria, o empresário nega estar por trás das articulações da MP. O termo "Tio Patinhas", cunhado por Garotinho, foi repetido durante a votação da MP dos Portos por outros colegas do PSDB e PPS.

A Folha apurou que o líder do PMDB irá se defender das acusações de que atuou para beneficiar empresas com o argumento de que era uma medida que tinha o apoio de vários partidos. A emenda aprovada, do deputado Sibá Machado (PT-AC), recebeu 266 votos a favor, 23 contrários e 4 abstenções.

Governo faz concessão ao PMDB ao aceitar emenda polêmica da MP dos Portos. Breno Costa, Márcio Falcão e Dimmi Amora – Folha de São Paulo, Poder. 15/05/2013

Após mais de 25 horas de votação na Câmara e preso em manobras da oposição, o governo foi forçado a recuar e apoiou a aprovação de uma das emendas mais polêmicas à Medida Provisória dos Portos.

A emenda permite, em troca de investimentos, a renovação de contratos de arrendamento em terminais portuários firmados depois de 1993. O Planalto sempre foi contrário à mudança. O texto foi aprovado por 266 votos a favor, 23 contrários e 4 abstenções.

A medida fazia parte do que o líder do PR, deputado Anthony Garotinho (RJ), chamou na semana passada de "emenda Tio Patinhas", em uma alusão a interesses econômicos envolvidos na questão.

Ela foi defendida pelo líder do PMDB, deputado Eduardo Cunha (RJ), principal obstáculo do Palácio do Planalto para aprovação da medida provisória que regula o setor portuário do país.

No discurso da semana passada, Garotinho acusou o peemedebista de apoiar interesses afetados pela proposta, mais especificamente do empresário Daniel Dantas, controlador da Santos Brasil, dona de terminais portuários.

Mais cedo, a ministra Ideli Salvatti (Relações Institucionais), chegou a afirmar que a mudança no texto proposta por Cunha era uma "anti-MP", pois desvirtuava a medida defendida pelo Planalto. "A emenda dele desvirtuava, era a anti-MP", argumentou a ministra.

O governo defendia que isso não estivesse expresso no marco regulatório porque a maioria dos contratos já estabelece um sistema de renovação, em geral com previsão de 25 anos.

O texto-base do senador Eduardo Braga (PMDB-AM), aprovado pelos deputados na sessão de ontem, não impunha limites a essa prorrogação, determinando que aqueles contratos com previsão expressa de renovação ainda não realizada poderiam ser prorrogados antecipadamente a critério do poder concedente.

O objetivo com a reforma no setor é estimular a competição entre portos privados e públicos. A MP remove restrições que inibem as empresas que controlam terminais privados, o que desencadeou a oposição de empresas que exploram áreas dentro de portos públicos.

O recuo do PT foi uma medida de desespero diante da possibilidade de a MP perder a validade. Caso não seja aprovada pelo Congresso até a quinta-feira (16), a medida perde a validade.

Para que isso não aconteça, o texto precisa ainda ter o aval do Senado sem modificações.

A emenda aprovada prevê ainda que o Executivo deverá encaminhar ao Congresso, até o final de março de cada ano, um relatório detalhado sobre a implementação das medidas previstas na lei resultante da MP. Com a aprovação destas modificações, outras três emendas aglutinativas e dois destaques são prejudicadas por tratarem do mesmo tema.

A manobra foi criticada pelos partidos de oposição, que entraram em obstrução, mas não tiveram apoio suficiente para impedir a votação. Agora, restam oito destaques à MP, que serão analisados separadamente.

VOTAÇÃO

Ontem, após intensa negociação ao longo do dia, o governo conseguiu aprovar o texto-base da medida que regula o setor portuário, mas não conseguiu concluir a votação das propostas de alterações.

No início do dia, o Planalto já se preocupava com as 14 emendas pendentes de análise pelo plenário da Câmara --ao todo, 41 pedidos de alterações no texto foram apresentados.

A situação se agravou com uma manobra bem-sucedida do DEM, que apresentou outras cinco emendas, todas tratando de prorrogação de contratos.

Líderes alinhados com o Planalto afirmavam reservadamente que o governo, além de negociar a liberação de emendas parlamentares, também prometeu acelerar a nomeação de diretorias em estatais para conseguir derrotar Cunha. A estratégia, ao menos por enquanto, não surtiu efeito.

DECRETO

O texto da lei que o governo tenta emplacar não agrada completamente Dilma Rousseff, havendo a possibilidade de vetos presidenciais em alguns dos pontos, mas a versão atual é considerada a melhor possível após um debate tão inflamado.

O Planalto rejeita a hipótese de deixar a medida caducar em troca do envio de um projeto de lei para tratar do mesmo assunto. "Se fizermos isso, não vamos eliminar a polêmica e perderemos o ano discutindo algo tão importante para a economia do país", disse hoje Ideli.

Além do desgaste político, um cenário em que a MP perca a validade contribuiria para inseguranças jurídicas e contratuais. Pela Constituição, uma nova medida provisória sobre o assunto só poderia ser apresentada no ano que vem. O Planalto já sinalizou, entretanto, que se a MP perder a validade, fará as principais mudanças propostas na medida por meio de decretos.

Entidade ligada à Igreja critica STF por anular julgamento sobre morte de Dorothy. Márcio Bittencourt – Folha de São Paulo, Poder. 16/05/2013

A Comissão Pastoral da Terra, braço agrário da Igreja Católica no Brasil, criticou a nova anulação pelo STF (Supremo Tribunal Federal) do julgamento do fazendeiro Vitalmiro Bastos de Moura, o Bida, condenado por ordenar a morte da missionária norte-americana Dorothy Stang, em 2005.

"O Supremo teve uma interpretação equivocada que só serve para reforçar o sentimento de impunidade que há com relação a crimes ocorridos no campo", afirmou o advogado da CPT, José Batista.

A 2ª turma do STF decidiu, por 3 votos a 2, anular o julgamento na última terça-feira (14) ao entender que Bida não teve direito a ampla defesa.

Um novo julgamento, sem data prevista, será marcado pelo Tribunal de Justiça do Pará.

Pela decisão, Bida continuará preso em regime semiaberto. Mas seus advogados entraram com pedido de liberdade nesta quinta-feira (16).

No julgamento anulado, Bida havia sido condenado a 30 anos de prisão, em 2010. Esse havia sido o terceiro julgamento enfrentado por ele em razão do caso Dorothy.

O primeiro ocorreu em 2007, quando Bida foi condenado a 20 anos de reclusão, o que permitiu a seu advogado pedir à Justiça um novo julgamento, realizado em 2008. Dessa vez, o fazendeiro foi absolvido.

Já em 2010, a defesa do fazendeiro não compareceu ao terceiro julgamento e "forçou" o Tribunal do Júri de Belém (PA) a suspender a análise do caso e a nomear defensor público para Bida.

O novo júri foi marcado para 12 dias depois e o defensor nomeado disse no julgamento que não teve tempo de analisar os 26 volumes do caso --com cerca de 2.000 páginas.

Isso deu margem para o advogado de Bida recorrer ao STF argumentando que não houve chances de ampla defesa.

José Batista, da CPT, que atuou como assistente de acusação no processo contra Bida, afirma que é preciso mais "critério" para avaliar o motivo de os advogados não terem analisado o processo. "Não é só assim, dizer que não deu tempo de analisar e pronto", disse.

O promotor público do Pará, Edson Cardoso, que acompanha o caso desde o início, disse ontem que espera que o novo julgamento do fazendeiro seja remarcado ainda neste ano.

"Espero que ele ocorra até outubro", disse Cardoso, que afirma não ter provas a acrescentar contra Bida, que responde a acusações feitas com base em provas testemunhais. No processo, não há laudos técnicos que provem a participação do fazendeiro no crime.

REVÓLVER

Novas informações sobre o caso podem surgir de uma investigação da Corregedoria da Polícia Civil do Pará, que apura se o revólver 38 usado para matar Dorothy foi dado por um ex-delegado de Anapu (722 km de Belém), onde houve o crime.

O promotor, porém, diz que as suspeitas sobre o fornecimento da arma "servem mais para atrapalhar que para ajudar na resolução do caso".

Para o novo julgamento, o advogado de Bida, Arnaldo Lopes, disse que acrescentará a declaração de um presidiário que afirma ter sido assediado em setembro de 2011 por agricultores sem terra. Eles pressionaram o preso a assumir que um celular encontrado em sua cela tinha Bida como destinatário, segundo o defensor.

A declaração mostra que "o pessoal do lado de Dorothy está mal intencionado", segundo o advogado. "Queriam incriminar meu cliente e em troca ofereceram advogados de defesa para libertar o preso. Essa declaração é bombástica".

MISSIONÁRIA

Dorothy Stang foi morta aos 73 anos, com seis tiros a queima roupa, em 12 de fevereiro de 2005, durante uma emboscada numa estrada de terra em Anapu (766 km de Belém).

O local do crime fica próximo a um lote de terra que ela queria que fosse desapropriado para criação de assentamento.

O tiros foram dados por Rayfran das Neves Sales, que estava acompanhado por Clodoaldo Batista. Eles trabalhavam para Aimar Feijoli, o Tato, que tinha um pedaço de terra no lote que a missionária queria que virasse assentamento.

Tato vendeu a terra para Bida, que a revendeu e, depois, comprou a área de volta, de Regivaldo Pereira Galvão, conhecido como Taradão.

Rayfran, Clodoaldo e Tato confessaram participação no crime, respectivamente, como autor, coautor e intermediário entre os executores e mandantes.

Rayfran e Tato cumprem pena. Clodoaldo está foragido.

Bida e Taradão foram condenados como mandantes do crime, o que negam. O julgamento de Taradão ocorreu em 2010, e ele também foi condenado a 30 anos de prisão.

Taradão foi solto em agosto do ano passado, após conseguir habeas corpus. O advogado dele, Jânio Siqueira, afirmou que o novo julgamento "vai ser a oportunidade de esclarecer as autorias duvidosas".

"Também estamos esperando a anulação do julgamento de Regivaldo, por parte do STF e do STJ [Supremo Tribunal de Justiça], já que houve cerceamento de defesa. No júri foram apresentadas provas surpresas", disse.

Após aprovação na Câmara, Senado inicia análise da MP dos Portos. Gabriela Guerreiro e Breno Costa – Folha de São Paulo, Poder. 16/05/2013

O Senado começou na manhã desta quinta-feira (16) a sessão que vai discutir e votar a Medida Provisória dos Portos. O presidente da Casa, Renan Calheiros (PMDB-AL), leu o texto da medida em plenário.

O texto precisa ser votado pelos senadores até a meia-noite para que a medida não perca a validade. A Câmara terminou de votar a MP na manhã de hoje, depois de 22 horas de sessão. O governo teve que ceder ao PMDB para garantir a aprovação da matéria.

Ao chegar ao Senado, Renan disse que vai fazer "de tudo" para garantir a aprovação da MP dos Portos. Renan afirmou que, até o fim do prazo, os senadores vão aprovar a matéria sem "atropelos" no regimento da Casa --embora tenha sinalizado que vai reduzir prazos e acelerar discussões para garantir a análise do texto.

"Se for possível simplificar o procedimento, nós vamos simplificar. Nós vamos fazer tudo no limite do regimento, no bom senso, para concluir a votação da medida provisória que é muito importante para o Brasil", afirmou.

O peemedebista disse que o Senado não vai faltar com os "interesses do Brasil", por isso a sua determinação é aprovar a MP. Para isso, Renan vai quebrar o prazo de 48 horas, estabelecido informalmente entre os líderes do Senado, para análise de MPs pelo Senado.

"O acordo de 48 horas é feito pelos líderes, não é pelo presidente, pelo plenário. Esse acordo como o próprio regimento, pode ser revisto pela maioria. O importante é simplificarmos procedimentos para não falharmos com o Brasil."

Após a leitura da medida provisória aprovada pela Câmara, foi feita a distribuição da versão impressa da publicação do "Diário Oficial do Congresso" com a medida -- exigência prevista pelo regimento da Casa.

O Senado acelerou a publicação e o presidente da Câmara, Henrique Eduardo Alves (PMDB-RN), assinou o texto logo após a sua aprovação, ainda na tribuna da Casa.

DEM e PSDB prometem obstruir a votação para tentar empurrá-la para o fim do dia, forçando que a medida provisória perca a validade. Renan disse que vai "respeitar o direito" da oposição, mas deixou claro que os opositores têm apenas cinco minutos para encaminhar votações --prazo que será cumprido pelo presidente do Senado.

"Eles podem encaminhar a votação por cinco minutos. Então, a oposição vai provavelmente gastar bem esse tempo. É normal, é preciso ter paciência. A MP perde a validade meia-noite. Até meia-noite, vamos trabalhar no sentido de simplificar o procedimento sempre no limite do regimento, garantindo espaço agora a oposição, sem atropelar ninguém."

'ULTIMATO'

Apesar de dizer que fará "de tudo" para votar e seguir a determinação do Planalto de colocar a medida em votação, o presidente do Senado reclamou do prazo curto que sobrou à Casa para votar a medida. No plenário, afirmou que esta será a "última vez" que o Senado votará uma medida provisória pouco antes de perder a validade. Segundo ele, daqui para a frente os senadores vão exigir um prazo mínimo de sete dias após a aprovação pela Câmara para votarem MPs.

"Não tem sentido que a Câmara mande uma matéria dessas para o Senado apenas no último dia. Enquanto eu for presidente do Senado, isso não vai acontecer mais. Se a Câmara mandar qualquer MP com menos de sete dias, não vamos pautar essa medida provisória. Essa será a última vez."

Renan disse que o pequeno prazo concedido ao Senado na MP dos Portos "apequena" a Casa e "limita o papel constitucional" da instituição. "O Senado não vai mais concordar com a continuidade dessa aberração constitucional. Analisar a medida provisória nas últimas horas de sua vigência é limitar o papel constitucional do Senado. Não vamos mais aceitar que isso ocorra desta forma", afirmou. "Isso apequena o Senado. Esse absurdo não pode continuar."

Logo que a sessão foi aberta, líderes da oposição atacaram o Planalto e as manobras do governo, encampadas por Renan, que garantiram a aprovação da Medida Provisória dos Portos na Câmara.

"A prerrogativa do Senado é rever as matérias que vêm da Câmara. Vossa Excelência [Renan] é o principal e maior guardião dessa prerrogativa. Não podemos iniciar a discussão dessa matéria sem que os senadores tenham tido sequer ocasião de ler. O xerox do texto da medida provisória ainda está quente", disse o líder do PSDB, Aloysio Nunes Ferreira (SP).

O senador Álvaro Dias (PSDB-PR) qualificou de "incompetentes" as ministras Gleisi Hoffmann (Casa Civil) e Ideli Salvatti (Relações Institucionais), responsáveis pela articulação política do governo com o Congresso. "O que está acontecendo é a consagração da incompetência política do governo, a substituição da articulação pelo tratoramento. O governo tem maioria esmagadora e atropela todos os procedimentos em vigor. Talvez jamais tenha se visto ministras tão incompetentes."

Líder do PT, o senador Wellington Dias (PI) disse que a oposição tem razão ao protestar contra o pequeno prazo para o Senado analisar a MP. "Temos que dar solução dentro do parlamento", afirmou.

Provável candidato do PSDB à Presidência em 2014, o senador Aécio Neves (MG) chegou atrasado à sessão do Senado que discute da Medida Provisória dos Portos -- depois que líderes oposicionistas já tinham protestado contra a votação relâmpago da matéria.

Editorial: Contra o tempo – Folha de São Paulo, Opinião. 16/05/2013

A corrida do governo federal para impedir de caducar a medida provisória nº 595 --a famigerada MP dos Portos-- termina hoje, prazo final para o Congresso votá-la. Falta pouco para o público constatar se o Legislativo terá dado o passo à frente de que o país precisa ou se optará pelo arcaísmo que tão bem tem representado.

A julgar pelas últimas sessões sobre o tema na Câmara, caberia esperar pelo pior. Quem ainda não se resignou a desviar os olhos do desfile de inanidades presenciou espetáculo surreal em plenário.

"MP dos Porcos" e "chefe de quadrilha" foram alguns dos termos que os deputados Anthony Garotinho (PP-RJ) e Ronaldo Caiado (DEM-GO) se permitiram dirigir um ao outro. Surpreende que segmento tão particular da infraestrutura --ainda que vital para a competitividade nacional-- produza tanto ardor e tão pouca luz.

Por certo há interesses beneficiados e prejudicados com a mudança do status quo pretendida pela MP --basta mencionar que terminaram envolvidos na discussão negócios e projetos de empresários proeminentes como Daniel Dantas, Eike Batista e Emílio Odebrecht. O controle da alocação de mão de obra nos portos também mobiliza entidades trabalhistas de peso, como a Força Sindical.

É de supor que os afetados estejam a exercer pressão sobre aliados no Congresso, atividade que nada teria de questionável se exercida com mais clareza. O baixo nível

atingido, entretanto, parece decorrer mais da confluência desses interesses contrariados ou favorecidos com demandas mezinhas da massa parlamentar, que se acredita desatendida e espezinhada pela presidente Dilma Rousseff.

Não por acaso, a deficiente articulação política do governo teve de recorrer às burras do Planalto e liberar coisa de R\$ 1 bilhão em emendas individuais represadas. Sai muito caro, como de hábito, tanger o Congresso na direção necessária --ainda assim, muito mais barato que tolerar o atraso feudal dos portos nacionais.

O Brasil ocupa o 45º lugar, entre 155 países, no índice de desempenho logístico (LPI, em inglês) compilado pelo Banco Mundial em 2012. No ranking de competitividade global de 2013 do Fórum Econômico Mundial, o país subiu da 53ª para a 48ª posição, mas amarga uma 107ª colocação no quesito infraestrutura e despenca para a 135ª em matéria de portos.

Dito de outra maneira, o sistema portuário precisa de uma reviravolta, que não virá sem a competição entre terminais. É uma questão de sobrevivência para a economia brasileira. E o Congresso precisa decidir se vai ficar a favor da necessidade histórica -- ou contra ela.

Impasse na MP dos Portos provoca troca de farpas entre Alves e petistas. Márcio Falcão – Folha de São Paulo, Poder. 16/05/2013

O impasse em torno da votação da Medida Provisória dos Portos potencializou ainda mais na madrugada desta quinta-feira (16) o racha entre PT e PMDB.

Há mais de duas horas trabalhando em busca de quorum para concluir a análise da proposta, o presidente da Câmara, Henrique Eduardo Alves (PMDB-RN), o líder do governo, Arlindo Chinaglia (PT-SP), e o líder do PT, José Guimarães (CE), trocaram farpas no plenário da Casa.

Chinaglia indicou que a base aliada teria se desmobilizado porque Eduardo Alves deu orientação errada apontando que a verificação de presença não ocorria mais após a conclusão das sugestões de mudanças no texto. A oposição, no entanto, pediu para conferir o quorum na votação da redação final do texto da medida provisória. A manobra regimental bloqueou o fim da votação.

Eduardo Alves reagiu e disse que a responsabilidade pelo impasse era da base que não tinha se mobilizado para garantir a aprovação do texto.

O líder do PT também usou a tribuna para atribuir ao presidente da Câmara o atraso na conclusão do texto. Para ele, a oposição foi beneficiada por Eduardo Alves.

Ao longo do dia, a oposição, com ajuda de parlamentares do PDT e PTB, dificultou a votação, pedindo verificação de quorum, apresentando requerimentos e novas propostas de modificações.

"A interpretação do regimento favoreceu o regimento. A oposição impôs lógica que a partir da interpretação vai inviabilizar a apreciação da medida provisória", disse Guimarães.

Na cadeira da Presidência, Eduardo Alves reagiu. "Não favoreceu a oposição. Fui no regimento, não me afasto um milímetro do Regimento. Não posso aceitar esse tipo de avaliação", afirmou Cunha.

Com um duro discurso, o líder do PMDB, Eduardo Cunha (RJ), subiu o tom e defendeu Eduardo Alves. Segundo Cunha, o PMDB e o presidente da Casa estão empenhados na aprovação do texto e não tinha que mobilizar aliados para ouvir "desaforo".

Ele voltou a disparar ataques contra a articulação política do governo. "Há problema de articulação política sim. A consequência vai ser a perda da medida provisória", disse.

Para o peemedebista, se a medida perder a validade, o que ocorre à meia noite de hoje, o mundo não vai acabar. "Ninguém vai morrer, o mundo não vai acabar, o porto não acabou. Não vamos colocar o fim do mundo. Esse dia, essa hora não foi feita por nós".

Chinaglia retomou a palavra e disse que não estava cobrando nada da bancada do PMDB. Ele disse que tinha gente com "sensibilidade a flor da pele".

O líder do governo falou ainda que se sentia "injustiçado" com a condução da sessão.

Guimarães afirmou que PT e PMDB não poderiam se dividir até porque os peemedebistas tinham "ministérios" e os petistas votavam com Eduardo Alves.

Durante a semana, interlocutores do Palácio do Planalto responsabilizaram Alves pelas dificuldades em aprovar o texto. O governo também se desentendeu com o Cunha, apontado como principal entrave para o texto.

Tucano rasga regimento da Câmara contra manobra para votar MP dos Portos. Márcio Falcão – Folha de São Paulo, Poder. 16/05/2013

Irritado com a manobra governista que trabalha há quase seis horas para garantir quorum e finalizar a votação da MP dos Portos, o deputado Vanderlei Macris (PSDB-SP) rasgou nesta quinta-feira (16) o Regimento da Câmara no meio do plenário.

A oposição pressiona o presidente da Casa, Henrique Eduardo Alves (PMDB-RN), a encerrar a sessão que já tem duração de 21 horas. Para concluir a análise, é preciso aprovar a redação final da medida provisória. Ao longo do dia, o governo fez acordo e concessões para preservar a essência do texto.

Por volta das 7h, Eduardo Alves fez um compromisso com os opositores de avaliar a tendência de quorum e encerrar a votação.

Passado o prazo firmado com os opositoristas, o peemedebista passou a defender o prolongamento da sessão e avisou a oposição que vai segurar ainda mais a votação.

Desde as 2h17, a base governista enfrenta problemas para registrar a presença em plenário de 257 parlamentares, número necessário para discutir matérias.

Líderes governistas já vinham admitindo a derrubada da sessão e conseqüentemente a perda da validade da matéria, que precisa ser votada hoje na Câmara e no Senado. Os governistas teriam sido pressionados pelo Planalto a continuar com a análise da matéria. O placar registra 240 deputados.

A oposição acusa o governo e o comando da Casa de golpe. "Ganhamos essa sessão", disse o líder da minoria, Nilson Leitão (PSDB-MT). "Mas essa Casa é um puxadinho do Planalto", completou.

Temer diz estar 'otimista' com MP no Senado e nega deficiência na articulação. Tai Nalon – Folha de São Paulo, Poder. 16/05/2013

O vice-presidente da República, Michel Temer, afirmou estar otimista com a aprovação da medida provisória que estabelece um novo marco regulatório para os portos brasileiros.

Um dos principais negociadores do Palácio do Planalto da matéria, ele negou, contudo, que, diante dos impasses nas votações da MP, haja deficiências na articulação política do governo.

"Não, nenhuma [deficiência], o Parlamento agiu como deveria agir. Você sabe que houve divergência até internas no partido. O PMDB demonstrou uma unidade extraordinária, trabalhou muito, compareceu intensamente para as votações", disse Temer.

A Câmara concluiu a votação da MP dos Portos na manhã desta quinta-feira, após dois dias de discussões no plenário da Casa.

Temer participou nesta quinta-feira de reunião sobre demarcação de terras indígenas em seu gabinete no Palácio do Planalto. Também estavam presentes, além do presidente da Câmara, Henrique Eduardo Alves, deputados integrantes da bancada ruralista e o ministro Luís Inácio Adams (Advocacia-Geral da União).

Temer exaltou a condução da sessão que aprovou a MP por Alves. Disse que o presidente da Câmara fez um "trabalho extraordinário". "Mostrou dois fatos: primeiro, fidelidade às teses do governo. E, especialmente, exerceu a direção da Câmara com uma democracia interna extraordinária, como convém a um Parlamento livre."

Durante a semana, interlocutores do Palácio do Planalto responsabilizaram Alves pelas dificuldades em aprovar o texto. O governo também se desentendeu com o líder do PMDB, Eduardo Cunha (RJ), apontado como principal entrave para o texto.

A conclusão da análise da MP só ocorreu depois que o Palácio do Planalto cedeu e aceitou alterações propostas pelo PMDB.

"Não foram só os parlamentares que não dormiram, eu não dormi a partir de 2h30 da manhã, quando fui acordado", comentou, entre risos. "Você sabe que, do meu ângulo, eu achava que sempre daria quorum. O Parlamento brasileiro é um Parlamento responsável, tinha a absoluta convicção de que, apesar do cansaço, cumpriria a sua tarefa, como cumpriu de forma integral."

Temer disse ainda que conversou ontem com o presidente do Senado, Renan Calheiros (PMDB-AL), e que "acha que vai dar tempo" de votar a matéria ainda hoje na Casa.

"Eu acho que vai dar tempo, é uma medida provisória cujo conteúdo é importantíssimo para o país, saiu muito bem equacionada da Câmara dos Deputados e suponho que o Senado vai aprovar, sem embargo do tempo restritíssimo que restou. Acho que, em face da importância, o Senado saberá como decidir e penso que aprovará em tempo hábil."

Ele defendeu ainda "disciplinar" a votação das MPs no Congresso, de modo que o Senado tenha tempo hábil para discutir as propostas. Nesta quarta-feira, Renan criticou a urgência da votação. Na manhã desta quinta-feira, senadores prometeram apelar ao STF (Supremo Tribunal Federal) para tentar suspender a votação da MP dos Portos. Eles argumentam não terem tido tempo de discuti-la.

Oposição vai ao STF para tentar suspender votação da MP dos Portos no Senado. Gabriela Guerreiro e Breno Costa – Folha de São Paulo, Poder. 16/05/2013

A oposição pediu nesta quinta-feira (16) ao Supremo Tribunal Federal para suspender a votação da Medida Provisória dos Portos.

DEM, PSDB e PSOL ingressaram com um mandado de segurança para que o tribunal conceda liminar impedindo a votação ou que anule a aprovação da medida.

No texto, os opositoristas afirmam que o Senado desrespeitou a Constituição ao não permitir que os senadores tenham tempo para analisar a matéria.

"A ameaça concreta de votação sem garantir ao Senado um tempo minimamente razoável para sua análise empresta ao Senado Federal um papel meramente cartorial e, nessa medida, escancaradamente inconstitucional", afirma o texto.

Os líderes do PSDB, DEM e PSOL no Senado argumentam que, enquanto a Câmara teve 20 dias de "intensos debates" sobre a MP, os senadores terão poucas horas para discutir a matéria --que recebeu 678 emendas durante a sua tramitação.

"Não se mostra razoável concluir que, em menos de 10 horas, possa a Casa revisora cumprir com eficiência o seu papel institucional que lhe impôs a Carta da República", diz o documento.

O mandado de segurança também pede que o Supremo conceda liminar para determinar a anulação da medida provisória se a decisão sair depois de sua aprovação.

"Isso é para garantir que pelo menos, ao final desse debate, o Senado saia de cabeça erguida", disse o senador José Agripino Maia (DEM-RN).

Líder do governo no Senado, Eduardo Braga (PMDB-AM) minimizou o pouco tempo para a análise da matéria ao afirmar que a versão aprovada pela Câmara é similar ao texto que passou pela comissão mista do Congresso que discutiu a medida provisória.

"Nosso parecer foi praticamente inalterado na Câmara. O que o Senado vai discutir é o parecer aprovado pela comissão mista, com quatro, apenas quatro modificações. O Senado não está votando algo que desconheça no dia de hoje. Está votando exatamente o relatório aprovado na comissão mista, por unanimidade dos senadores naquela comissão", afirmou.

MANOBRA

A oposição vai usar sucessivas manobras previstas pelo regimento do Senado para tentar prolongar a votação da medida provisória. Se ela não for aprovada até à meia-noite de hoje, a matéria vai perder a validade porque o seu tempo de tramitação no Congresso previsto pela Constituição será ultrapassado.

Senadores do DEM, PSDB e PSOL vão se revezar em discursos na tribuna da Casa como tentativa de postergar a votação. Eles esperam que o STF tome uma decisão rápida para suspender a sessão.

"Tudo o que for preciso, verificação de quorum, discursos na tribuna, nós vamos fazer para que haja tempo de o Supremo decidir", disse Agripino.

O senador Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) disse que, se o presidente do Senado, Renan Calheiros (PMDB-AL), cumprir o regimento da Casa, a oposição vai conseguir prolongar a sessão até depois da meia-noite.

"Vamos esticar o debate. Se todos os senadores da oposição puderem falar, nós vamos levar a sessão até uma hora da manhã", afirmou.

Renan prometeu cumprir o regimento da Casa, mas negou pedidos da oposição durante a sessão que analisa medida provisória. O peemedebista afirmou que os opositores não poderão falar na mesma sessão sobre questões já respondidas pelo presidente da Casa --o que limita o número de discursos do grupo.

O senador Álvaro Dias (PSDB-PR) disse que o Senado "rasgou" o regimento da Casa ao acelerar a tramitação da medida provisória.

Por MP dos Portos, governistas deflagram "operação despertador" para acordar deputados. Márcio Falcão e Dimmi Amora – Folha de São Paulo, Poder. 16/05/2013

Após mais de 33 horas de votação, o governo deflagrou na madrugada desta quinta-feira (16) uma espécie de "operação despertador" para acordar parlamentares na tentativa de concluir a votação da Medida Provisória dos Portos.

A Câmara já terminou a votação das propostas de mudanças no texto, mas ainda não conseguiu aprovar a redação final por falta de quorum.

A base governista abandonou a sessão por acreditar que a situação estava resolvida após entendimento do Planalto com o PMDB. O governo enfrenta manobras regimentais da oposição que tenta derrubar a sessão para impedir que o texto seja enviado para o Senado. A matéria perde a validade à meia noite de hoje. São necessários 257 deputados para retomar a votação.

Para garantir a votação, os líderes começaram a disparar telefonemas e cobrar o retorno para o registro de presença. O deputado Bernardo de Vasconcelos Moreira (PR-MG) chegou ao Congresso reclamando. "Já estava dormindo", disse. "Isso é trabalho escravo. Ontem ficamos até as 5h da manhã. Hoje, são mais de 10 horas", completou.

O deputado Carlos Eduardo Cadoca (PSC-PE) ligou para um colega pedindo um motorista emprestado porque estava sem como se dirigir à Câmara.

João Paulo Cunha (PT-SP) ficou irritado ao ser flagrado por jornalistas no retorno. Ele registrou presença, mas permaneceu menos de cinco minutos na Casa.

Luciano Castro (PR-RR) chegou sem gravata e calça jeans. O presidente da Comissão de Constituição e Justiça Décio Lima (PT-SC) disse que foi em casa tomar banho para aguentar a madrugada.

O deputado Jerônimo Goergen (PP/RS) se queixou da condução dos trabalhos pelo presidente da Casa, Henrique Eduardo Alves (PMDB-RN). Ele avalia que o presidente tinha que ser mais enérgico e suspender falas, discursos prolongados.

O peemedebista disse que está disposto a concluir a votação. "Fico até as seis horas se for preciso".

Durante a sessão, os deputados ainda disputaram uma galinhada oferecida por colega e um lugar nos sofás para assistir jogos de futebol na televisão.

Aécio pede que Renan impeça a votação da MP dos Portos no Senado. Gabriela Guerreiro e Breno Costa – Folha de São Paulo, Poder. 16/05/2013

Provável candidato do PSDB à Presidência em 2014, o senador Aécio Neves (PSDB-MG) cobrou nesta quinta-feira (16) do presidente do Senado, Renan Calheiros (PMDB-

AL), que se "reconcilie sua história" e impeça a votação da Medida Provisória dos Portos na Casa.

O tucano disse que o Senado não é a "extensão" do Palácio do Planalto e os aliados da presidente Dilma Rousseff devem ter coragem de enfrentá-la para evitar que o governo "tratore" a votação.

"O destino deu a Vossa Excelência [Renan] duas oportunidades de presidir esta Casa, não apenas uma. Talvez hoje tenha a oportunidade de dizer aos parlamentares que é essencialmente presidente do Senado e do Congresso. É um achincalhe, um acinte à inteligência dos parlamentares uma matéria dessa complexidade ser aprovada sem que tenhamos sequer o direito dela ser aprimorada", afirmou Aécio.

O tucano lembrou que presidiu a Câmara por dois anos, durante o governo do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso (PSDB), sem que tenha atendido todas as ordens do Palácio do Planalto. "Quando lá cheguei, abdiquei da condição de líder do governo FHC. Me transformei em presidente da instituição."

Aécio disse que os aliados de Dilma têm "medo" de enfrentar a presidente e, por isso, acatam todas as determinações palacianas. "Fomos eleitos não para dizer amém à presidente da República. Não tive temor com o presidente FHC. Que temor é esse que a presidente impõe aos seus pares, à base aliada? Não há senador da base com coragem suficiente de dizer: presidente, aqui não, é o Congresso. O absolutismo já nos deixou há muito tempo."

O Senado discute há quase duas horas a MP dos Portos, aprovada na manhã de hoje pela Câmara. Senadores opositoristas e da própria base aliada de Dilma protestam contra o pouco tempo que terão para analisar a matéria, já que a medida provisória perde a validade à meia-noite de sexta-feira. Se não for votada até lá, ela deixa de vigorar.

Aliado do governo, o senador Rodrigo Rollemberg (PSB-DF) pediu que Renan suspenda a sessão para que os congressistas tenham tempo de analisar o texto aprovado pelos deputados --já que houve mudanças promovidas pela Câmara.

Ao defender que a sessão seja retomada à tarde para que os senadores leiam o texto aprovado pela Câmara, Rollemberg disse que há um "constrangimento" na Casa ao forçá-la a votar o texto de forma acelerada.

O senador Blairo Maggi (PR-MT), que também é governista, disse que o Senado vai analisar a matéria sem ter conhecimento das mudanças feitas pela Câmara. "Sou favorável a que a gente leve adiante a votação, porém com quadro comparativo para que os senadores possam olhar as diferenças que temos nesse sentido. A articulação política do governo tem que fazer acordo com o nosso relator para sabermos o que será ou não vetado", afirmou.

Para o senador Pedro Taques (PDT-MT), do grupo dos chamados "independentes", o Senado não pode continuar como "batedor de carimbo" de medidas provisórias.

"Precisamos restaurar a função do Poder Legislativo, desta Casa. Não podemos continuar como batedores de carimbo, enquanto a Câmara, segundo alguns, seriam batedores de carteira."

O senador Cristovam Buarque (PDT-DF) disse que Renan deveria corrigir a "aberração" da tramitação da medida provisória dos Portos na sessão de hoje, sem a sua aprovação. "Aberração, a gente não deixa para corrigir aproxima. A gente corrige no primeiro ato. A gente está caminhando para votar um projeto que reconhecemos que não lemos. Evite o nosso constrangimento, que é seu também, e peça à presidente que nos dê 60 dias", apelou.

Para o senador Cyro Miranda (PSDB-GO), o Senado foi submetido a um "estupro" por parte do governo. "O estupro não pode valer só por hoje, e amanhã ele não vai valer mais."

A poucas horas do prazo, Senado aprova MP dos Portos. Gabriela Guerreiro e Dimmi Amora – Folha de São Paulo, Poder. 16/05/2013

Por 53 votos a 7, o governo conseguiu aprovar no Senado nesta quinta-feira (16) a Medida Provisória dos Portos, vencendo a batalha para que ela não perdesse a validade e deixasse de vigorar. A aprovação aconteceu poucas horas após a Câmara, na sua mais longa sessão dos últimos 22 anos, também aprovar a medida. O texto agora vai à sanção presidencial.

Mesmo sob protestos da oposição e sucessivas manobras para tentar impedir a sua aprovação antes da meia-noite, quando perderia a validade, a medida que regula o setor portuário do país foi aprovada pelos senadores sem qualquer alteração no texto, seguindo orientação do Palácio do Planalto. Foram rejeitadas todas as sugestões de mudanças na matéria, que incentiva a competição entre portos públicos e privados.

A discussão da MP no Congresso representou uma queda de braço entre o Planalto e sua base aliada. Para aprovar a medida, enviada em dezembro, o governo negociou a liberação R\$ 1 bilhão em emendas parlamentares, prometeu cargos federais e pediu que sua tropa de choque no Congresso atropelasse os prazos normais para apreciação da matéria.

Além disso, para aprová-la na Câmara após a obstrução dos opositores, o governo teve que ceder e aceitar alterações de modificação de texto propostas pelo PMDB, principal aliado da presidente Dilma no Congresso.

Para viabilizar a votação a tempo, o presidente do Senado, Renan Calheiros (PMDB-AL), quebrou prazos e agilizou a análise do texto. Antes de os senadores votarem, Renan disse que faria de "tudo" para aprovar a matéria dentro do regimento do Senado. O peemedebista negou sucessivos pedidos da oposição e encurtou prazos para acelerar a sessão.

Senadores do DEM, PSDB e PSOL se revezaram na tribuna com discursos para prolongar a sessão. Também fizeram questionamentos e pedidos para encerrar a votação, todos negados pelo comando do Senado. No meio da tarde, admitiram que não teriam forças para prolongar a sessão até a MP perder a validade.

"É uma sessão de cartas marcadas, em que já se sabe o resultado", disse o senador José Agripino Maia (DEM-RN).

Os opositoristas acusaram o Palácio do Planalto de cometer um "estupro" contra o Senado ao "tratorá-lo" para aprovar o texto em votação relâmpago. "Isto não pode ser uma fábrica de salsichas, que é acionada por um botão instalado no gabinete não sei de quem, da ministra Ideli Salvatti [Relações Institucionais], talvez. E, ao produzir salsichas, produz más leis, pelo ritmo com que estamos trabalhando", reagiu o senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP).

O senador Aécio Neves (PSDB-MG) fez um apelo para Renan "honrar sua biografia" e não votar a MP, mas o peemedebista cumpriu a determinação do governo. Renan disse que esta foi a "última vez" que o Senado aprovou uma medida provisória sem o intervalo de sete dias entre a aprovação da Câmara e a análise dos senadores, o que é tradição na Casa.

"O Senado Federal não vai concordar mais com a continuidade dessa aberração institucional. A partir de hoje, qualquer medida provisória que venha com menos de sete dias da Câmara dos Deputados não será pauta no Senado Federal, pelo menos enquanto eu for presidente. Essa anomalia institucional não vai continuar. Ela apequena o Senado", afirmou.

O senador Jarbas Vasconcellos (PMDB-PE) fez ataques diretos a Renan, acusando-o de atuar a mando do Palácio do Planalto para aprovar a medida provisória "a qualquer custo". Antes da votação, anunciou sua retirada do plenário em protesto contra o que chama de "tratoração" do governo.

"Vou registrar minha presença, mas não vou ficar aqui. Não quero fazer papel de bobo. Respeito os companheiros que vão ficar, respeito a base governista que está no papel dele para aprovar as coisas. Mas tenho nenhum motivo para acreditar na palavra de Vossa Excelência [Renan], que tem feito coisas estranhas com a oposição", atacou. Renan disse que concordava com os protestos dos colegas, mas que é "importante para o país" aprovar a medida provisória.

JUSTIÇA

DEM, PSDB e PSOL ingressaram com mandado de segurança no Supremo Tribunal Federal para suspender a votação, mas o pedido não foi analisado a tempo de sustar a votação da MP. O pedido, que será analisado pelo ministro Celso de Mello, também pede a anulação da aprovação da medida provisória.

Renan protestou contra a decisão do DEM, PSDB e PSOL de recorrerem ao Supremo Tribunal Federal na tentativa de suspender a votação da medida provisória pelo plenário do Senado. O presidente da Casa disse que virou "prática" na instituição apelar ao Poder Judiciário para suspender suas decisões.

A medida provisória, que amplia a competição no setor portuário, gerou uma guerra entre operadores que já atuam em portos públicos, como Santos Brasil e Libra, e grupos empresariais interessados em portos privados, como o de Eike Batista e o da Odebrecht.

O governo alega que a medida é necessária para reduzir custos portuários e aumentar os investimentos no setor. A previsão era que haveria investimentos de R\$ 54 bilhões até 2017.

Opositores no Congresso apontam que a medida cria desequilíbrio entre portos públicos e privados e que vai dificultar os investimentos no setor.

SIM

Acir Gurgacz (PDT-RO)
Alfredo Nascimento (PR-AM)
Ana Amélia (PP-RS)
Ana Rita (PT-ES)
Ângela Portela (PT-RR)
Anibal Diniz (PT-AC)
Antonio Carlos Rodrigues (PR-SP)
Antonio Carlos Valadares (PSB-SE)
Armando Monteiro (PTb-Pe)
Benedito De Lira (PP-AL)
Blairo Maggi (PR-MT)
Ciro Nogueira (PP-PI)
Clésio Andrade (PMDB-MG)
Delcídio Amaral (PT-MS)
Eduardo Amorim (PSC-SE)
Eduardo Braga (PMDB-AM)
Eduardo Lopes (PRB-RJ)
Eduardo Suplicy (PT-SP)
Eunício Oliveira (PMDB-CE)
Fernando Collor (PTB-AL)
Francisco Dornelles (PP-RJ)
Garibaldi Alves (PMDB-RN)
Gim (PTB-DF)
Humberto Costa (PT-PE)
Inácio Arruda (PC do B-CE)
Ivo Cassol (PP-RO)
Jader Barbalho (PMDB-PA)
Jayme Campos (DEM-MT)

João Capiberibe (PSB-AP)
João Durval (PDT-BA)
Jorge Viana (PT-AC)
José Pimentel (PT-CE)
Kátia Abreu (PSD-TO)
Lídice da Mata (PSB-BA)
Lindibergh Farias (PT-RJ)
Lobão Filho (PMDB-MA)
Luiz Henrique (PMDB-SC)
Magno Malta (PR-ES)
Paulo Bauer (PSDB-SC)
Paulo Davim (PV-RN)
Paulo Paim (PT-RS)
Ricardo Ferraço (PMDB-ES)
Rodrigo Rollemberg (PSB-DF)
Romero Jucá (PMDB-RR)
Sérgio Petecão (PSD-AC)
Sérgio Souza (PMDB-PR)
Valdir Raupp (PMDB-RO)
Vanessa Grazziotin (PC do B-AM)
Vicentinho Alves (PR-TO)
Vital Do Rego (PMDB-PB)
Waldermir Moka (PMDB-MS)
Wellington Dias (PT-PI)
Zezé Perrela (PDT-MG)

Não

Aloysio Nunes (PSDB-SP)
José Agripino Maia (DEM-RN)
Lúcia Vânia (PSDB-GO)
Pedro Simon (PMDB-RS)
Pedro Taques (PDT-MT)
Randolfe Rodrigues (PSOL-AP)
Wilder Moraes (DEM-GO)

Abstenções

Álvaro Dias (PSDB-PR)
Ataídes Oliveira (PSDB-TO)
Cícero Lucena (PSDB-PB)
Cristovam Buarque (PDT-DF)
Ruben Figueiró (PSDB-MS)

Debate sobre demarcações aumenta tensão entre índios e ruralistas de MS – Folha de São Paulo, Poder. 16/05/2013

A polêmica envolvendo a demarcação de terras indígenas trouxe de volta o clima de tensão a Mato Grosso do Sul. Ao menos 56 propriedades estão invadidas por índios em todo o Estado, segundo a Famasul, federação que representa os ruralistas.

Uma fazenda foi ocupada nesta quinta-feira (16) e duas na quarta-feira (15), segundo os ruralistas.

Na semana passada, a ministra da Casa Civil, Gleisi Hoffmann, criticou a Funai (Fundação Nacional do Índio) por falhas no processo de demarcação de terras indígenas e disse que o governo prepara um novo modelo, em que outros órgãos do governo seriam ouvidos.

Jussimara Bacha, 59, dona da fazenda Buriti, em Sidrolândia (a 73,3 km de Campo Grande), diz que é refém dos índios terena desde a manhã de quarta-feira.

"Não nos deixam sair e não deixam ninguém entrar", disse a fazendeira, por telefone. Ela afirma que também estão na fazenda o filho dela, 37, dois funcionários e três crianças, filhas deles.

Jussimara disse que há entre 80 e 100 índios e que, até ontem, eles estavam armados.

Em nota, a Funai negou que haja reféns. "Na fazenda Buriti, os indígenas estão do lado de fora da porteira que dá acesso à sede, não entraram na sede e as pessoas não estão sendo feitas reféns. As informações são de que os indígenas não estão armados e não dispararam tiros, mas fogos de artifício".

De acordo com a fundação, 180 índios de cinco aldeias ocuparam ontem outras duas fazendas, além da Buriti.

"Desde o ano 2000 que vivemos sob constante ameaça de invasão", afirmou Jussimara. O marido dela, o ex-deputado estadual Ricardo Bacha (PSDB-MS), diz que a fazenda pertence à família dele desde 1927 e que já foi invadida em 2003.

Ontem, o ex-deputado e outros ruralistas tentaram uma audiência com o vice-presidente Michel Temer para tratar da questão das demarcações de terras indígenas.

O encontro, que aconteceria ontem, foi remarcado para esta quinta-feira, sem a presença de Bacha, que voltou para Mato Grosso.

"O fato é que há um vácuo de autoridade na questão indígena no país", disse Bacha.

Além disso, há batalhas na Justiça. O ex-deputado diz que tem duas decisões da Justiça Federal favorável a ele.

Já a Funai diz que a fazenda Buriti está em área declarada como de posse permanente dos índios terena.

Ministro recebe representantes do 19º Grito da Terra Brasil – Site da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA). 16/05/2013

Estamos trabalhando para estimular a participação dos gestores municipais e assim fortalecer a agricultura familiar nos estados, afirmou Antônio Andrade

O ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Antonio Andrade, recebeu nesta quinta-feira (16), em Brasília, representantes da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag) para tratar questões da pauta do 19ª Grito da Terra Brasil 2013.

Segundo Antônio Andrade, o governo federal tem trabalhado constantemente para desenvolver políticas públicas que possam estimular o crescimento do setor agropecuário. Exemplos disso são os programas em andamento, como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), o Plano Nacional de Armazenagem, a ser lançado no Plano Agrícola e Pecuário 2013/2014, e o Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária (Suasa).

“Estamos trabalhando para estimular a participação dos gestores municipais e assim fortalecer a agricultura familiar nos estados”, disse Antônio Andrade. O ministro lembrou ainda, que o governo irá ampliar e fortalecer o Suasa. “Esse será um dos sistemas a ser contemplado pelo Plano Safra”, lembrou.

O Grito da Terra Brasil, expressa desde o início de sua criação, as principais reivindicações dos trabalhadores que integram o Movimento Sindical de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (MSTTR), coordenado pela Contag.

Compra de fábrica de fertilizantes da Vale pela Petrobras é aprovada pelo Cade – Folha de São Paulo, Mercado. 16/05/2013

O Cade (Conselho Administrativo de Defesa Econômica) aprovou nesta quinta-feira (16), sem restrições, a compra de uma fábrica de fertilizantes da Vale pela Petrobras.

A unidade de produção de nitrogenados está localizada em Araucária (PR) e tem capacidade anual de produção de 700 mil toneladas de ureia e de 475 mil toneladas de amônia.

Anunciado em dezembro do ano passado, o negócio foi estimado em US\$ 234 milhões.

Como a Vale tem que pagar royalties à Petrobras pelo arrendamento de minas, a compra será feita com descontos na receita de direitos minerários.

Com o aval do Cade, as empresas poderão realizar a operação.

O processo foi analisado pela nova lei de defesa da concorrência, e o sinal verde foi dado em despacho da superintendência-geral do órgão, publicado hoje no "Diário Oficial" da União.

Assim, ele não precisará passar por julgamento em plenário.

Presidente da Câmara diz que Dilma ligou para agradecer aprovação da MP dos Portos. Tai Nalon – Folha de São Paulo, Poder. 16/05/2013

O presidente da Câmara, Henrique Eduardo Alves (PMDB-RN), relatou ter recebido nesta quinta-feira (16) telefonema da presidente Dilma Rousseff, que elogiou a condução da votação da medida provisória que regulamenta o setor portuário.

"Ela agradeceu muito, sobretudo a conduta firme e democrática, porque, se vocês não sabem, foi a sessão mais longa da história do Parlamento brasileiro. Foram 18 horas num dia e foram 21 horas no dia de ontem para hoje. Então foi uma marca histórica daquela Casa", disse Alves em tom de comemoração.

A Câmara concluiu a votação da MP dos Portos na manhã desta quinta-feira, após dois dias de discussões.

Logo após a votação, Alves participou no Palácio do Planalto de reunião no gabinete do vice-presidente, Michel Temer sobre demarcação de terras indígenas. Também estavam presentes deputados integrantes da bancada ruralista e o ministro Luís Inácio Adams (Advocacia-Geral da União).

Segundo Alves, Dilma comemorou a "firmeza, a determinação, o caráter democrático" como foi conduzida a votação em meio a um "clima muito radical". Disse também que ela está "otimista" com a votação no Senado, já em curso.

"Eu disse: 'Não, aquilo é normal, presidenta. A oposição me respeitou muito porque eu respeitei muito a eles, então foi um clima de cordialidade, de luta normal no Parlamento e agora a senhora se preocupe com o Senado porque na Câmara eu cumpri o dever'", disse Alves.

RETALIAÇÃO

O presidente da Câmara afirmou, contudo o foco agora é encaminhar as discussões da PEC (Proposta de Emenda Constitucional) do Orçamento Impositivo, que pretende tornar obrigatórios os repasses autorizados pelo Executivo aos parlamentares.

Interlocutores no Planalto acreditam que esta será uma das retaliações do PMDB da Câmara por ter cedido à votação.

O Planalto não vê com bons olhos a proposta das emendas impositivas, sobretudo por usar a liberação de emendas individuais aos congressistas como poder de barganha em votações prioritárias.

"Essa humilhação de deputado ficar mendigando emenda e toma lá dá cá deste o governo, dos outros governos, de todos os governos, isso vai acabar. Eu estou presidente daquela Casa, com 11 mandatos, essa humilhação eu presidente vou acabar.

Parlamentar seja da oposição seja do governo terá, sim, de maneira impositiva, a sua emenda individual para atender aos municípios brasileiros", afirmou Alves.

Ele disse que pretende aprovar a proposta na Câmara antes do recesso parlamentar.

EMENDA AGLUTINATIVA

Durante a semana, interlocutores do Palácio do Planalto responsabilizaram Alves pelas dificuldades em aprovar o texto. O governo também se desentendeu com o líder do PMDB, Eduardo Cunha (RJ), apontado como principal entrave para o texto.

A conclusão da análise da MP só ocorreu depois que o Palácio do Planalto cedeu e aceitou alterações propostas pelo PMDB.

Segundo Alves, a ceder à emenda "ajudou muito".

"Com aquele destaque, nós retiramos sete votações que tínhamos que fazer. Aquele destaque apresentado eliminou quatro aglutinativas da oposição e mais quatro emendas. Só ali economizamos sete votações. Talvez se não fosse aquele destaque naquela hora não tivesse concluído a votação."

Questionado se teme "morrer na praia" caso a MP dos Portos não seja aprovada a tempo pelo Senado.

Governo quer implantar internet rural a partir de 2014, diz Bernardo – Folha de São Paulo, Mercado. 16/05/2013

O ministro das Comunicações, Paulo Bernardo, disse nesta quinta (16) que o governo vai exigir das operadoras a implantação da internet rural a partir do primeiro semestre de 2014.

Em julho do ano passado, o governo realizou o leilão da faixa de frequência de 450 megahertz (MHz) destinada à telefonia móvel e internet em zonas rurais, juntamente com o leilão da faixa de 2,5 gigahertz (GHz) para a telefonia móvel de quarta geração (4G). "A meta é tornar a internet disponível para 90% da população em cinco anos", disse.

O ministro disse que terá uma reunião na próxima semana com as operadoras para avaliar o andamento da implantação da infraestrutura para a internet rural no país.

Em relação às redes 4G, o ministro disse que as operadoras já cumpriram a primeira meta, de implantar o serviço nas cidades que serão sede da Copa das Confederações. "Vamos observar agora como foi montada a arquitetura de redes para saber se a estrutura dá conta de atender à demanda por acessos", disse.

FPA pede a Temer suspensão de demarcações. Venilson Ferreira – O Estado de São Paulo, Política. 16/05/2013

As lideranças da Frente Parlamentar da Agropecuária que se reuniram nesta quinta-feira por mais de três horas com o vice-presidente da República, Michel Temer, pediram a imediata suspensão dos processos de demarcação de terras indígenas promovidas pela Fundação Nacional do Índio (Funai). O presidente da Câmara dos Deputados, Henrique Alves e o advogado Geral da União, Luís Inácio Adams, participaram do encontro, que reuniu 14 deputados federais e um senador, além de produtores rurais de vários estados brasileiros.

O presidente interino da FPA, deputado federal Luis Carlos Heinze (PP/RS), que solicitou a audiência, afirmou que o vice-presidente "ficou impressionado com o relato dos pequenos produtores rurais que estão na iminência de perderem suas propriedades". Ele afirmou que Temer prometeu realizar um novo encontro no dia 23 de maio. "O vice-presidente disse que vai conversar com o ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, com a Funai e a Advocacia Geral da União, e nos dará uma resposta nos próximos dias", disse o deputado.

Heinze afirmou que pediu ao vice-presidente que o governo determine a inclusão da Embrapa e os ministérios da Agricultura, Desenvolvimento Agrário e das Cidades no rito de análise dos processos de delimitação de novos territórios indígenas. Ele argumenta que "hoje só a Funai comanda tudo. Define a área e julga os recursos dos proprietários. Não há imparcialidade alguma e os produtores sempre são condenados a perderem o patrimônio da família".

Os parlamentares cobraram do governo o restabelecimento da Portaria 303, publicada em junho do ano passado, que restringe a ampliação de áreas já demarcadas. Heinze explica que a aplicação da norma resolveria em grande parte os processos em andamento no País. "A portaria não cria regras novas, apenas regulamenta a aplicação daquilo que foi aprovado pelo STF quando do julgamento do caso da Raposa Serra do Sol. Infelizmente a portaria foi suspensa por pressão da Funai e de ONGs internacionais. Para a segurança do próprio país é fundamental que ela volte a vigorar", diz ele.

No encontro, os parlamentares pediram apoio do governo para a instalação da comissão especial que irá deliberar sobre a Proposta de Emenda a Constituição - PEC 215/00 - que inclui as demarcações de terras indígenas entre as competências do Congresso Nacional. Heinze lembra que a criação do colegiado chegou a ser publicada no dia 11 de abril, porém, as indicações dos membros foram suspensas após a invasão do plenário da Câmara dos Deputados por um grupo de indígenas.

Heinze também aproveitou o encontro para informar oficialmente ao vice-presidente que os deputados membros da FPA protocolaram nesta quarta-feira, 15, um requerimento que propõe a instalação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para investigar possíveis irregularidades praticadas pela Funai e pelo Instituto Nacional

de Colonização e Reforma Agrária (Incrá) na identificação e demarcação de terras indígenas e quilombolas.

Servidora do Incra contesta denúncia do MPF. José Maria Tomazela – O Estado de São Paulo, Política. 16/05/2013

A ex-superintendente substituta do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incrá-SP), Jane Mara de Almeida Guilhen, contestou nesta quinta-feira denúncia do Ministério Público Federal em Bauru que a incluiu entre os réus de uma ação por improbidade administrativa em razão do suposto desvio de madeira no Assentamento Aimorés, em Pederneiras. Jane Mara, que é funcionária de carreira e atualmente exerce atribuições como assistente de gabinete na superintendência, não estava à frente do órgão quando teriam ocorrido as irregularidades, segundo nota do Incra.

De acordo com o MPF, com autorização do Incra, assentados venderam 70,9 mil metros cúbicos de madeira e não aplicaram os recursos no assentamento, mas não sofreram fiscalização. Na ação, distribuída à 2ª Vara Federal de Bauru, a servidora figura entre os nove réus acusados pelo MPF. Em nota, o Incra-SP informou que a servidora não foi notificada do processo e ainda não tem conhecimento do teor das investigações, mas ocupou interinamente a superintendência entre fevereiro e setembro de 2011, período posterior aos fatos denunciados. "Ela reafirma que não tem qualquer relação com as irregularidades que vêm sendo apuradas nesta ação", informa a nota.

Associação de terminais aponta falhas na MP dos Portos aprovada na Câmara. Gustavo Bonato – O Globo, Economia. 16/05/2013

SÃO PAULO, 16 Mai (Reuters) - A redação de alguns pontos da MP dos Portos aprovados nesta quinta-feira pela Câmara dos Deputados, especialmente os relacionados aos "terminais indústria", preocupa a Associação Brasileira de Terminais Portuários (ABTP), que reúne as principais empresas do setor.

O presidente da ABTP, Wilen Manteli, que está em Brasília acompanhando as discussões no Congresso, avalia que o texto impõe restrições demais aos "terminais indústrias", categoria prevista na medida provisória, para classificar terminais instalados por empresas de hidrocarbonetos (petróleo e gás, basicamente), mineração e agronegócio.

"Não tem sentido", disse Manteli.

Pela redação aprovada na Câmara, esses terminais não poderiam se instalar perto dos chamados portos organizados --Santos e Paranaguá são exemplos de portos organizados-- e não poderiam movimentar cargas de terceiros quando estivessem ociosos.

"Se ele (terminal indústria) vai se instalar perto de porto organizado --e o texto não define a distância--, não será autorizado. Isso é um absurdo. Estão criando uma dificuldade, um desestímulo ao setor produtivo", disse Wilen à Reuters, por telefone.

O executivo afirma que o texto aprovado na Câmara "manteve uma redação complicada, que veio da comissão especial", disse referindo-se à comissão mista que analisou a matéria e aprovou relatório do líder do governo, senador Eduardo Braga (PMDB-AM), antes de ir ao plenário Casa.

Ele interpreta que a intenção dos parlamentares que aprovaram este ponto seria tentar proteger de concorrência os terminais dentro de portos organizados.

Por outro lado, restrição semelhante não se aplica a terminais públicos que queiram movimentar outros tipos de cargas --contêineres, por exemplo-- perto de portos públicos.

Manteli disse ainda que, apesar destes pontos confusos e desestimulantes a investimentos, o texto aprovado na Câmara traz pontos positivos.

A Câmara dos Deputados aprovou na manhã desta quinta-feira a MP dos Portos e agora está sob discussão no Senado, que tem algumas horas para aprová-la até a meia-noite, quando perde a validade.

No plenário do Senado, parlamentares reclamaram do "atropelo" para ter de aprovar em menos de 12 horas o novo marco regulatório para o setor portuário.

Entidade ligada à Igreja critica STF por anular julgamento sobre morte de Dorothy. Mário Bittencourt – Folha de São Paulo, Poder. 16/05/2013

A Comissão Pastoral da Terra, braço agrário da Igreja Católica no Brasil, criticou a nova anulação pelo STF (Supremo Tribunal Federal) do julgamento do fazendeiro Vitalmiro Bastos de Moura, o Bida, condenado por ordenar a morte da missionária norte-americana Dorothy Stang, em 2005.

"O Supremo teve uma interpretação equivocada que só serve para reforçar o sentimento de impunidade que há com relação a crimes ocorridos no campo", afirmou o advogado da CPT, José Batista.

A 2ª turma do STF decidiu, por 3 votos a 2, anular o julgamento na última terça-feira (14) ao entender que Bida não teve direito a ampla defesa.

Um novo julgamento, sem data prevista, será marcado pelo Tribunal de Justiça do Pará.

Pela decisão, Bida continuará preso em regime semiaberto. Mas seus advogados entraram com pedido de liberdade nesta quinta-feira (16).

No julgamento anulado, Bida havia sido condenado a 30 anos de prisão, em 2010. Esse havia sido o terceiro julgamento enfrentado por ele em razão do caso Dorothy.

O primeiro ocorreu em 2007, quando Bida foi condenado a 20 anos de reclusão, o que permitiu a seu advogado pedir à Justiça um novo julgamento, realizado em 2008. Dessa vez, o fazendeiro foi absolvido.

Já em 2010, a defesa do fazendeiro não compareceu ao terceiro julgamento e "forçou" o Tribunal do Júri de Belém (PA) a suspender a análise do caso e a nomear defensor público para Bida.

O novo júri foi marcado para 12 dias depois e o defensor nomeado disse no julgamento que não teve tempo de analisar os 26 volumes do caso --com cerca de 2.000 páginas.

Isso deu margem para o advogado de Bida recorrer ao STF argumentando que não houve chances de ampla defesa.

José Batista, da CPT, que atuou como assistente de acusação no processo contra Bida, afirma que é preciso mais "critério" para avaliar o motivo de os advogados não terem analisado o processo. "Não é só assim, dizer que não deu tempo de analisar e pronto", disse.

O promotor público do Pará, Edson Cardoso, que acompanha o caso desde o início, disse ontem que espera que o novo julgamento do fazendeiro seja remarcado ainda neste ano.

"Espero que ele ocorra até outubro", disse Cardoso, que afirma não ter provas a acrescentar contra Bida, que responde a acusações feitas com base em provas testemunhais. No processo, não há laudos técnicos que provem a participação do fazendeiro no crime.

REVÓLVER

Novas informações sobre o caso podem surgir de uma investigação da Corregedoria da Polícia Civil do Pará, que apura se o revólver 38 usado para matar Dorothy foi dado por um ex-delegado de Anapu (722 km de Belém), onde houve o crime.

O promotor, porém, diz que as suspeitas sobre o fornecimento da arma "servem mais para atralhar que para ajudar na resolução do caso".

Para o novo julgamento, o advogado de Bida, Arnaldo Lopes, disse que acrescentará a declaração de um presidiário que afirma ter sido assediado em setembro de 2011 por agricultores sem terra. Eles pressionaram o preso a assumir que um celular encontrado em sua cela tinha Bida como destinatário, segundo o defensor.

A declaração mostra que "o pessoal do lado de Dorothy está mal intencionado", segundo o advogado. "Queriam incriminar meu cliente e em troca ofereceram advogados de defesa para libertar o preso. Essa declaração é bombástica".

MISSIONÁRIA

Dorothy Stang foi morta aos 73 anos, com seis tiros a queima roupa, em 12 de fevereiro de 2005, durante uma emboscada numa estrada de terra em Anapu (766 km de Belém).

O local do crime fica próximo a um lote de terra que ela queria que fosse desapropriado para criação de assentamento.

O tiros foram dados por Rayfran das Neves Sales, que estava acompanhado por Clodoaldo Batista. Eles trabalhavam para Aimar Feijoli, o Tato, que tinha um pedaço de terra no lote que a missionária queria que virasse assentamento.

Tato vendeu a terra para Bida, que a revendeu e, depois, comprou a área de volta, de Regivaldo Pereira Galvão, conhecido como Taradão.

Rayfran, Clodoaldo e Tato confessaram participação no crime, respectivamente, como autor, coautor e intermediário entre os executores e mandantes.

Rayfran e Tato cumprem pena. Clodoaldo está foragido.

Bida e Taradão foram condenados como mandantes do crime, o que negam. O julgamento de Taradão ocorreu em 2010, e ele também foi condenado a 30 anos de prisão.

Taradão foi solto em agosto do ano passado, após conseguir habeas corpus. O advogado dele, Jânio Siqueira, afirmou que o novo julgamento "vai ser a oportunidade de esclarecer as autorias duvidosas".

"Também estamos esperando a anulação do julgamento de Regivaldo, por parte do STF e do STJ [Supremo Tribunal de Justiça], já que houve cerceamento de defesa. No júri foram apresentadas provas surpresas", disse.

Vetos de Dilma à MP dos Portos poderão afetar Gerdau e Vale. Danilo Fariello, Júnia Gama e Isabel Braga – O Globo, Economia. 17/05/2013

Emendas em questão podem causar insegurança jurídica, dizem técnicos

BRASÍLIA – Os embates econômicos em torno da votação da Medida Provisória (MP) 595, que mudou a Lei dos Portos, não se encerraram no Congresso na quinta-feira. Eles agora se darão do outro lado da praça dos Três Poderes, no Palácio do Planalto, que, até a sanção do texto, no dia 5, terá de tomar decisões que afetam gigantes como o grupo Gerdau e a Vale, além de empresas do próprio setor portuário. Técnicos do Palácio do Planalto apontam razões jurídicas para vetar, por exemplo, a criação do “terminal indústria” defendido por Jorge Gerdau, presidente da Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES) e conselheiro da presidente Dilma Rousseff. O terminal indústria, incluído no relatório do senador Eduardo Braga (PMDB-AM), permite a

dispensa de licitação quando um porto estiver na ponta da cadeia produtiva de uma empresa.

O grupo Gerdau, mineradoras e empresas do agronegócio não gostariam de ter um concorrente ou empresa de outro grupo em um porto que só tenha razão de existir para escoar seus produtos ao exterior. Porém, a expressão “terminal indústria” ressuscita os conceitos de “carga própria” e “carga de terceiros”, que a MP tentou derrubar. A sanção desse item causaria insegurança jurídica para os atuais Terminais de Uso Privativo (TUP), segundo critérios técnicos do governo, pois poderiam conviver com uma legislação híbrida.

Outra mudança, também incluída no relatório e que está na mesa de Dilma para ser avaliada, é a criação de um limite de 5% para que os armadores internacionais — empresas que detêm os navios — possam participar em sociedades que detenham novos terminais portuários.

Congresso analisará vetos

O limite foi criado para que essas empresas não tenham lucros cruzados entre a operação de transporte e a de transbordo no porto. Além disso, o limite exige que essas empresas se identifiquem junto ao governo, uma vez que são companhias estrangeiras fora da área de regulação. No entanto, a avaliação é de que essa limitação é burlável, porque bastaria a empresa investir por meio de uma offshore e omitir sua natureza.

Esse limite de 5% também poderia prejudicar empresas brasileiras que detêm participação em navios ou empresas de navegação, como a Vale e o grupo André Maggi. Pela regra, também teriam sua situação em portos limitados. A recomendação técnica é que o governo vete a medida e imponha limites de participação de armadores mediante regulação ou editais para as licitações.

Durante a discussão do texto, considerou-se colocar o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) como órgão responsável pela fiscalização da atuação excessiva dos armadores e de outras empresas no setor. No entanto, houve um recuo dos próprios lobbistas que defendiam essa fiscalização mais ativa, sob medo de exposição demasiada ao órgão que controla a concorrência econômica no país.

O senador Romero Jucá (PMDB-RR) disse nesta sexta-feira que é direito do Executivo vetar pontos de projetos aprovados no Congresso, mas que, no caso da MP dos Portos, o melhor é procurar o entendimento e que “quanto menos vetos, melhor”.

— O governo deve avaliar bastante a questão dos vetos. Existem dispositivos que foram modificados no relatório do senador Eduardo Braga. Ele aprovou o relatório por unanimidade na comissão. Eu não vejo questões divergentes. Acho possível procurar entendimento. Cabe às ministras Gleisi e Ideli articularem com os líderes no sentido de verificar tudo o que pode ser aproveitado nessa proposta — afirmou Jucá. — Quanto menos veto, melhor. Essa questão deve ser levada em conta.

Já o presidente do Senado, Renan Calheiros (PMDB- AL) preferiu não polemizar. Afirmou que a Constituição dá ao Executivo o poder de vetar e ao Legislativo, de apreciar os vetos efetuados pelo governo.

— A Constituição garante à presidente o direito de fazer o veto que ela desejar fazer e garante também ao Congresso apreciar esses vetos. Já fizemos isso com o pré-sal. Nós vamos convocar uma sessão do Congresso Nacional para declararmos prejudicados alguns vetos e os líderes estabeleçam a prioridade de votação dos demais — afirmou Renan.

Alimentação escolar do DF gera renda para a agricultura familiar – Site do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). 17/05/2013

“Aqui na roça, começo o trabalho cinco da manhã e não tenho hora para acabar, não tem dia, não tem hora, é minha paixão, é o que eu gosto de fazer”, afirma Rivaldo José Gonçalves, 34 anos, agricultor familiar que produz em média 200 litros de leite por dia e vende para uma cooperativa de São Sebastião, região administrativa do Distrito Federal.

Desde 2010, o leite produzido por Rivaldo chega aos estudantes do DF pelo Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae), executado pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). A meta de Rivaldo é dobrar a produção. “Vou conseguir”, ele diz, com o ânimo de quem começou com uma produção diária de 10 litros e aumentou sua produtividade para 200 litros por dia, em seis anos. “Meu rebanho atual é de 30 animais, graças ao Pronaf. Os programas do governo, a compra pelo Pnae, remuneraram melhor os agricultores familiares”, Rivaldo explica.

O leite e o iogurte produzidos por Rivaldo chegam a escolas de São Sebastião e de outras localidades do DF. Estudantes de escolas rurais, da educação integral e alunos de creches do Distrito Federal consomem diariamente produtos da agricultura familiar. Os alimentos vão para a merenda escolar de cerca de 450 mil alunos, em aproximadamente 520 mil refeições por dia, em 652 escolas. A lista de produtos inclui bebida láctea de chocolate, hortaliças, arroz, leite em pó e frutas – morango, goiaba, banana, abacaxi, entre outros.

Na primeira chamada pública para a seleção de cooperativas da agricultura familiar a fornecer para as escolas do DF em 2013, oito foram selecionadas para formalizar contrato de um ano e, assim, fornecerem arroz, farinha de mandioca, macarrão, óleo de soja e tempero.

Ainda no primeiro semestre de 2013, a Secretaria de Educação do DF pretende lançar três novas chamadas públicas destinadas à aquisição de frutas, hortaliças e peixe da agricultura familiar. Serão comprados, para a alimentação dos estudantes, filé de tilápia, alface, batata doce, brócolis, cebola, couve, inhame, repolho, salsa, tomate, abacate, goiaba, limão, manga, maracujá e morango.

Em 2012, foram comprados R\$ 3,7 milhões da agricultura familiar para a alimentação escolar no DF. Em 2013, o valor repassado pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) para o estado foi de R\$ 33 milhões. O orçamento previsto para a aquisição de produtos da agricultura familiar é de R\$ 15 milhões.

Alimentação Escolar

De acordo com a Lei da Alimentação Escolar (11.947 de 2009), no mínimo 30% dos recursos repassados pelo FNDE, para a alimentação escolar devem ser destinados à compra de produtos da agricultura familiar e do empreendedor rural ou de suas organizações. Dessa forma, garante o alimento saudável aos alunos ao mesmo tempo em que fortalece a agricultura. O Programa Nacional de Alimentação Escolar, do FNDE, existe há mais de cinco décadas e incluiu, no ano de 2009, a determinação dos 30% de aquisição da agricultura familiar.

Produção e cooperativismo

Em 2012, a Cooperativa Agropecuária de São Sebastião (COPAS), que tem 147 agricultores familiares cooperados, vendeu R\$ 865 mil para a Secretaria de Educação do DF em produtos que foram distribuídos em 50 escolas da unidade federativa. No total, foram 319 mil litros de iogurte e de bebida láctea de chocolate e leite.

Um dos produtores do leite vendido pela COPAS é Rivaldo José Gonçalves, que vive em São Sebastião (região administrativa do DF) desde 1992, com a mulher e três filhos, de 11, cinco e um ano de idade. Os dois maiores estudam no Centro de Ensino Fundamental Nova Betânia e na Escola Classe Cachoeirinha, ambos consomem na escola produtos da agricultura familiar do DF, pelo Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae).

Rivaldo começou a produzir em fevereiro de 2005; em abril do mesmo ano, passou a vender para a Cooperativa Agropecuária de São Sebastião (COPAS). Em sua chácara de 20 hectares, na área rural de São Sebastião, cria 30 animais. Parte deles comprada com financiamento do Pronaf Mais Alimentos, linha do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). O agricultor também aguarda resposta do banco para outro contrato pelo Pronaf, para financiar equipamentos de ordenha e tanque de resfriamento.

“Tendo uma boa produção, tendo mercado garantido, com a Emater (Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do DF), que incentiva e dá apoio, e o Pronaf, não tem erro. Os programas do governo fixam o homem do campo na terra”, declara Rivaldo.

MP dos Portos precisa ser 'adequada', diz ministra. Estelita Hass Carazzai e Leandro Colon – Folha de São Paulo, Mercado. 17/05/2013

A ministra Ideli Salvatti (Relações Institucionais) afirmou nesta sexta-feira (17) que a

presidente Dilma Rousseff estuda vetar alguns dos tópicos da MP dos Portos, aprovada ontem à noite no Senado.

A prorrogação de contratos de terminais públicos, que passou no texto aprovado ontem, é um dos temas a ser avaliado.

"Precisamos adequar", disse Ideli, que está em Curitiba para participar do Encontro Estadual com Novos Prefeitos e Prefeitas do Paraná.

"Nós não podemos continuar tendo terminais de grãos do ladinho de terminais de líquidos ou de contêineres, porque o porto perde a eficácia, a operacionalidade", afirmou a ministra. "Teremos que avaliar se renovamos ou não os contratos, dependendo da prioridade de cada área portuária."

EMPENHO

Ideli, assim como a ministra Gleisi Hoffmann (Casa Civil), também presente no evento, agradeceu o "empenho" do Congresso em aprovar a MP, poucas horas antes de caducar.

"Foi um grande debate. Estamos muito felizes", disse Ideli.

A ministra da Casa Civil disse que concorda com as críticas de que o Senado teve pouco tempo para votar a matéria, mas agradeceu a "celeridade" e a "responsabilidade" da Casa.

"Nós não fizemos a MP com foco nos interesses dos terminais portuários, sejam públicos ou privados, mas nos interesses da produção brasileira", afirmou.

APROVAÇÃO

A aprovação da MP no Senado aconteceu nesta quinta-feira poucas horas após a Câmara, na sua mais longa sessão dos últimos 22 anos, também aprovar a medida. O texto agora vai à sanção presidencial.

Mesmo sob protestos da oposição e sucessivas manobras para tentar impedir a sua aprovação antes da meia-noite, quando perderia a validade, a MP foi aprovada pelos senadores sem qualquer alteração no texto, seguindo orientação do Palácio do Planalto. Foram rejeitadas todas as sugestões de mudanças na matéria, que incentiva a competição entre portos públicos e privados.

Para aprovar a medida, enviada em dezembro, o governo negociou a liberação R\$ 1 bilhão em emendas parlamentares, prometeu cargos federais e pediu que sua tropa de choque no Congresso atropelasse os prazos normais para apreciação da matéria.

Além disso, para aprová-la na Câmara após a obstrução dos opositores, o governo teve que ceder e aceitar alterações de modificação de texto propostas pelo PMDB, principal aliado da presidente Dilma no Congresso.

Senadores do DEM, PSDB e PSOL se revezaram na tribuna com discursos para prolongar a sessão. Também fizeram questionamentos e pedidos para encerrar a votação, todos negados pelo comando do Senado. No meio da tarde, admitiram que não teriam forças para prolongar a sessão até a MP perder a validade.

Aprovação da MP dos Portos é 'grande avanço', diz federação das indústrias do Rio. Mariana Sallowicz – Folha de São Paulo, Mercado. 17/05/2013

A Firjan (Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro) divulgou nota nesta sexta-feira (17) a favor da MP dos Portos, aprovada ontem à noite pelo Senado. O texto vai à sanção presidencial.

Para a federação, a aprovação da MP 595 representou "um grande avanço para o setor portuário brasileiro".

O governo alega que a medida é necessária para reduzir custos portuários e aumentar os investimentos no setor. A previsão oficial é que a MP irá gerar R\$ 54 bilhões de investimentos até 2017.

"A concorrência gerada com o advento dos portos privados e o aumento dos investimentos e da eficiência portuária que se dará com a implantação do Porto 24 horas trarão ganhos de curto, médio e longo prazo para a economia nacional."

Em abril, a operação do Programa Porto 24 Horas começou, em caráter experimental, em Santos, no Rio e em Vitória. O objetivo é agilizar a movimentação de cargas. A operação foi implantada após filas de navios na área portuária e congestionamentos de caminhões atrapalharem o fluxo de cargas.

A Firjan informou ainda que a MP representa um avanço em direção à economia mais competitiva.

"É essencial que o governo, assim como fez na questão portuária e na energia elétrica, continue sem tréguas a buscar a redução do custo Brasil", diz a nota.

APROVAÇÃO

A aprovação da MP no Senado aconteceu nesta quinta-feira poucas horas após a Câmara, na sua mais longa sessão dos últimos 22 anos, também aprovar a medida. O texto agora vai à sanção presidencial.

Mesmo sob protestos da oposição e sucessivas manobras para tentar impedir a sua aprovação antes da meia-noite, quando perderia a validade, a MP foi aprovada pelos senadores sem qualquer alteração no texto, seguindo orientação do Palácio do Planalto. Foram rejeitadas todas as sugestões de mudanças na matéria, que incentiva a competição entre portos públicos e privados.

Para aprovar a medida, enviada em dezembro, o governo negociou a liberação R\$ 1 bilhão em emendas parlamentares, prometeu cargos federais e pediu que sua tropa de choque no Congresso atropelasse os prazos normais para apreciação da matéria.

Além disso, para aprová-la na Câmara após a obstrução dos opositores, o governo teve que ceder e aceitar alterações de modificação de texto propostas pelo PMDB, principal aliado da presidente Dilma no Congresso.

Senadores do DEM, PSDB e PSOL se revezaram na tribuna com discursos para prolongar a sessão. Também fizeram questionamentos e pedidos para encerrar a votação, todos negados pelo comando do Senado. No meio da tarde, admitiram que não teriam forças para prolongar a sessão até a MP perder a validade.

Ministério publica preços mínimos do trigo e do café. Fabiana Batista – Valor Econômico, Agronegócios. 20/05/2013

SÃO PAULO - O Ministério da Agricultura publicou hoje no Diário Oficial da União os preços mínimos para o trigo válidos para o período de julho de 2013 a junho de 2014. Para os Estados da região Sul do país, onde se concentram os maiores produtores nacionais, o preço mínimo da safra de 60 quilos do cereal do tipo melhorador, o de melhor qualidade, passará a ser de R\$ 33,36. Nas outras regiões (Centro-Oeste, Sudeste e Bahia), esse valor será de R\$ 30,02.

O preço mínimo do trigo do tipo pão na região Sul será de R\$ 31,86 por saca, e, outras regiões, de R\$ 28,67. Já o trigo denominado “doméstico” terá preço mínimo de R\$ 26,52 por saca nos Estados do Sul e de R\$ 23,87 nos outros Estados.

Também hoje, o ministério publicou no mesmo diário os preços mínimos do café, já em vigor e com validade até março de 2014. O preço mínimo do café arábica ficou estabelecido em R\$ 307 por saca, e o do robusta, de R\$ 156,57 por saca. O novo preço foi aprovado pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) em reunião realizada no dia 30 de abril.

PF cumpre 19 mandados de prisão por fraudes em RO. Gabriela Vieira – O Estado de São Paulo, Notícias. 20/05/2013

Duas operações simultâneas da Polícia Federal em Rondônia cumpriram 19 mandados de prisão contra pessoas acusadas de desvio de recursos públicos por meio de fraudes em licitações na manhã desta segunda-feira, 20. As ações aconteceram nas cidades de Guajará-Mirim e Nova Mamoré. Entre os envolvidos, estão políticos, servidores e ex-servidores públicos dos municípios e de órgãos federais, policiais civis, empresários, advogados e engenheiros.

As investigações da operação "8666", em Guajará-Mirim, tiveram início ainda no ano passado. Os policiais federais encontraram fraudes nas licitações das reformas de um

posto de saúde e de uma creche da cidade financiadas com recursos do governo federal. De acordo com as informações da PF, alguns dos empresários envolvidos nos dois casos levaram à descoberta de outras fraudes em licitações realizadas pelo Instituto Nacional de Reforma Agrária (Incra), dessa vez na cidade de Nova Mamoré. A segunda operação revelou irregularidades nos contratos de obras localizadas no assentamento Pau-Brasil.

No total, 120 policiais federais dos Estados de Rondônia, Acre, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Distrito Federal e 13 servidores da Controladoria Geral da União (CGU) participaram das duas operações. Além dos 19 mandados de prisão expedidos, a PF cumpriu outros 25 mandados de busca e apreensão.

Conab adquire alimentos da agricultura familiar em Goiás. Thais Margalho – Site da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB). 21/05/2013

A Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) adquiriu 488,25 toneladas de alimentos de 230 pequenos agricultores de Goiás, reunidos em cinco cooperativas – todos cadastrados do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). Os produtos serão repassados para aproximadamente 300 entidades conveniadas ao programa Mesa Brasil, entre hospitais, escolas, creches e instituições de apoio a idosos.

Os alimentos incluem frutas, rapadurinha, bebida láctea, manteiga, arroz e derivados de milho, e serão entregues via CPR-doação, em um prazo de 12 meses. Representantes da Companhia e técnicos do Mesa Brasil estiveram reunidos com as entidades beneficiadas nesta terça (21), no auditório da superintendência em Goiás, para oferecer informações sobre o melhor aproveitamento dos alimentos – como condições de acondicionamento e distribuição –, e preparar novas chamadas para doação. O encontro de trabalho continua nesta quarta-feira (22).

Regulamentação trava aportes em defensivos no país, diz Basf. Gerson Freitas Jr. – Valor Econômico, Agronegócios. 22/05/2013

O Brasil deveria produzir pelo menos um terço dos defensivos químicos que consome a fim de assegurar níveis adequados de segurança e flexibilidade no controle de pragas e doenças na agricultura. A afirmação é do vice-presidente sênior da Unidade de Proteção de Cultivos para a América Latina da Basf, Eduardo Leduc. Atualmente, o Brasil importa quase 90% dos princípios ativos utilizados pelos produtores rurais.

"É uma questão estratégica. Se a agricultura sofre um ataque mais severo, a capacidade de reação é muito maior se você possui uma grande capacidade de produção", afirma Leduc. O executivo acrescenta que a indústria teria ainda maior capacidade de responder às especificidades de uma agricultura tropical. "Nem tudo o que é produzido lá fora é adaptado ao país."

Segundo o executivo, a indústria de defensivos químicos tem interesse em investir no Brasil, mas o país acaba preterido em relação a competidores como Estados Unidos,

Europa, China e Índia devido a questões regulatórias. "A segurança jurídica é um item mais importante até que o custo de produção. As vantagens de se estar perto do mercado consumidor fazem do Brasil um país competitivo para a fabricação de defensivos, mesmo em relação a países com menor custo. Estrategicamente, faz todo sentido estar aqui."

O problema, afirma, são as dificuldades relacionadas ao registro de produtos para exportação - uma questão central, uma vez que a indústria tende a investir em regiões que possam se tornar plataformas globais para seus produtos. Conforme Leduc, esse é um processo demorado, que pode levar até quatro anos para a conclusão, e pouco flexível.

"Mesmo que queira apenas substituir um solvente na fórmula, para atender a necessidade de outro mercado consumidor, a fabricante precisa submeter um novo pedido de registro e pode ter de esperar mais três ou quatro anos", explica. Diante das dificuldades, fica mais fácil produzir lá fora e importar, o que vai contra a ideia do governo de estimular a indústria nacional, acrescenta.

Ele chama ainda a atenção para a falta de regras claras para a exploração da biodiversidade no Brasil - uma nova fronteira de pesquisa para as fabricantes de agrotóxicos, que tentam desenvolver produtos biológicos e "ambientalmente amigáveis" para o controle de pragas. "Embora o Brasil tenha uma biodiversidade mais rica, hoje é mais interessante investir em pesquisa em produtos da biodiversidade na Colômbia, que tem uma visão muito mais global".

Fraude em processamento de soja em Bauru dá prejuízo de R\$ 2,76 bi. Fernanda Pressinott – Valor Econômico, Agronegócios. 22/05/2013

SÃO PAULO - Quatro empresários, um advogado e três agentes fiscais de rendas da Secretaria da Fazenda de São Paulo foram presos ontem pela Operação Yellow, que desarticulou esquema de fraude fiscal no processamento de soja, na região de Bauru (SP).

Segundo o Ministério Público, executivos do Grupo Sina teriam lesado em R\$ 2,76 bilhões os cofres públicos pela criação de créditos frios de ICMS e sonegação. Outros dois suspeitos estão foragidos. Foram cumpridos 20 mandados de buscas.

Promotores do Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco) descobriram um esquema pelo qual o conglomerado industrial criava empresas de fachada que simulavam transações de compra e venda de soja e derivados e geravam créditos fictícios de ICMS usados pela empresa matriz para abater dívidas com o Fisco.

Estima-se que, a cada ano, o grupo Sina provocava um rombo aos cofres públicos no valor de R\$ 100 milhões. O conglomerado industrial atuava no ramo de processamento de soja, de óleo degomado, farelo, gordura vegetal e ovos.

O esquema funcionava há nove anos e começou a ser investigado há dois anos, depois que a Delegacia Regional Tributária de Bauru detectou anomalias em algumas operações do conglomerado industrial

De acordo com a Secretaria Estadual da Fazenda, além da simulação de operações, identificou-se também a utilização de empresas de fachada, bem como quadros societários compostos por empresas "offshore" e "sócios-laranjas". As empresas com participação de "offshore" e "laranjas" absorviam todos os débitos fiscais - que não eram pagos - produzindo uma blindagem comercial e financeira para as empresas do setor de soja que engendraram as fraudes.

Do total de 2,76 bilhões da fraude, R\$ 1,6 bilhão referem-se a débitos estaduais não pagos em ICMS. O restante é relativo a tributos federais também sonegados.

Três agentes fiscais da Secretaria da Fazenda que participavam do esquema foram presos. Eles recebiam, por operação, aproximadamente R\$ 500 mil para não aplicar multas ou aplicar autos de infração em valores muito inferiores às reais irregularidades encontradas no conglomerado industrial. Com um dos agentes, que têm patrimônio incompatível com seus rendimentos, foram encontrados R\$ 350 mil. Outro agente adquiriu 10 imóveis de luxo, nos últimos anos, segundo as investigações. Também foram presos quatro empresários e um advogado. Dois outros empresários envolvidos com as fraudes estão foragidos.

Corregedoria vai investigar delegado que confiscou equipamentos de jornalista em MS – Folha de São Paulo, Poder. 23/05/2013

A Polícia Federal vai apurar o comportamento de um delegado da corporação em Mato Grosso do Sul que apreendeu, sem ordem judicial, os equipamentos de um representante do Cimi (Conselho Indigenista Missionário), no último sábado (18).

Segundo a PF, a Corregedoria vai analisar a conduta do delegado Alcídio de Souza Araújo, que aparece em vídeo publicado na internet recolhendo, sem dar justificativas, o gravador e o computador de Ruy Sposati, assessor de imprensa do Cimi, braço da Igreja Católica que atua na questão indígena.

O jornalista estava em Sidrolândia (a 73 km de Campo Grande), onde acompanhava a negociação entre policiais federais e índios da etnia terena que ocupam há uma semana a fazenda Buriti, do ex-deputado estadual Ricardo Bacha (PSDB-MS), 64.

O vídeo começa com o delegado apontando para Sposati e o identificando como "fotógrafo do Cimi".

Ao abordar o jornalista, no entanto, o policial diz não conhecer a instituição para qual ele trabalha. "A polícia precisa de informação porque eu nem conheço o Cimi", diz o delegado.

O Conselho Indigenista Missionário classificou a abordagem como um "ato de censura injustificado, arbitrário e ilegal".

"Além da ausência de ordem judicial de busca e apreensão, a atitude do delegado constitui flagrante ilegalidade", diz nota do Cimi.

O conselho informou que tomará as medidas judiciais cabíveis e fará representações contra o delegado no Ministério Público Federal e na Corregedoria da Polícia Federal.

Em nota, a PF informou que "a apreensão dos equipamentos não significa que o conteúdo dos mesmos será acessado sem prévia autorização judicial". A reportagem não conseguiu falar com o delegado Alcídio Araújo.

A PF, assim como o ex-deputado Ricardo Bacha, dono da fazenda, afirma que o Cimi pode estar manipulando os índios.

"Foi instaurado inquérito para apurar a ocorrência de crime, cometido por pessoas estranhas à comunidade indígena que, segundo informações obtidas no dia e no local dos fatos, estariam instigando os indígenas a descumprirem a determinação judicial de desocupar a área", informou.

O Cimi nega as acusações e diz que a afirmação é uma tentativa de desqualificar a luta dos povos indígenas.

Cerca de 500 índios mantêm ocupada a fazenda Buriti desde a última quarta-feira (15). A ordem de reintegração de posse deveria ter sido cumprida na tarde de sábado (18), o que não havia acontecido até a noite de quarta-feira (22).

No início desta semana, a Justiça Federal de Mato Grosso do Sul suspendeu o cumprimento do mandado de reintegração de posse da fazenda Buriti, considerando a possibilidade de conflito entre os indígenas e a PF. A expectativa da Justiça é de que haja uma audiência de conciliação.

O ex-deputado diz que a fazenda pertence à família dele desde 1927 e que já foi invadida em 2003. Bacha afirma ainda que tem duas decisões da Justiça Federal favoráveis a ele.

Já a Funai (Fundação Nacional do Índio) diz que a fazenda Buriti está em área declarada como de posse permanente dos índios terena.

Segundo a Famasul, federação que representa os fazendeiros em MS, em todo o Estado há ao menos 57 fazendas invadidas por índios.

Pragas resistentes aumentam vendas de pesticidas nos EUA. Ian Berry – Valor Econômico, Impresso. 23/05/2013

As vendas de pesticidas estão crescendo nos Estados Unidos após anos de declínio à

medida que o cultivo do milho aumenta e uma modificação genética concebida para protegê-lo das pragas começa a perder o efeito.

As vendas estão beneficiando fabricantes de pesticidas como American Vanguard Corp. e Syngenta AG. Mas organizações de defesa do meio-ambiente e alguns cientistas estão preocupados com o fato de que um dos benefícios mais alardeados do milho transgênico - que ele reduz a necessidade do controle de pragas - está se esgotando. Ao mesmo tempo, o ressurgimento dos pesticidas poderia trazer riscos tanto para agricultores quanto para insetos que são benéficos para a lavoura.

Até recentemente, grande parte dos produtores de milho nos EUA havia abandonado os pesticidas de solo graças principalmente à adoção generalizada de uma modificação genética, desenvolvida pela Monsanto Co., que faz as sementes do milho gerar suas próprias toxinas contra as pragas - mas que a Agência de Proteção Ambiental dos EUA (ou EPA, na sigla em inglês) afirma não ser nociva aos seres humanos.

As sementes modificadas foram introduzidas pela primeira vez em 2003 e se mostraram altamente eficientes contra a diabrotica speciosa, a larva de um besouro voraz também conhecida como larva-alfinete, que é o pior inimigo dos produtores de milho do país. Hoje, segundo o Departamento de Agricultura dos EUA, dois terços de todo o milho cultivado inclui um gene contra essa larva chamado Bt.

À medida que mais agricultores adotavam a semente modificada, a proporção da área plantada com milho que era tratada com inseticida caiu para 9% em 2010, ano mais recente para o qual há dados disponíveis, comparado com 25% em 2005, segundo o Departamento de Agricultura. E os produtores que continuaram a usar inseticida fizeram menos pulverizações em 2010, segundo os dados.

Em 2011, no entanto, entomologistas da Universidade do Estado de Iowa e da Universidade de Illinois começaram a identificar larvas que eram imunes ao gene da Monsanto e descobriram que essas pragas resistentes haviam se espalhado pelo chamado Centro-Oeste. Agora, muitos produtores já concluíram que precisam aplicar pesticidas no solo para matar as larvas que se tornaram resistentes ao Bt, assim como uma crescente população de outras pragas.

Scott Greenlee, que cultiva 688 hectares em Iowa, disse que pretende começar a usar inseticidas este ano depois que as larvas destruíram parte de sua lavoura em 2012. Greenlee, que havia plantado o chamado milho Bt, da Monsanto, disse que a área afetada produziu somente cerca de 120 a 150 bushels por hectare, perto de um terço da produção normal.

Outro fator que está impulsionando o uso de pesticidas é o aumento da área plantada com milho, resultado dos altos preços do grão hoje, cerca do dobro dos seus níveis históricos. Os agricultores americanos plantaram 39,3 milhões de hectares de milho no ano passado, a maior área desde os anos 30, comparado com 30,6 milhões em 2001.

O governo americano não mede o uso de pesticidas anualmente, mas a American Vanguard e a FMC Corp., dos EUA, e a suíça Syngenta, que respondem por mais de três quartos do mercado americano de pesticidas de solo, divulgaram vendas maiores em 2012 e no começo de 2013.

A Syngenta, um dos maiores fabricantes de pesticidas do mundo, informou que as vendas de seu principal inseticida para o milho mais do que dobrou em 2012. O diretor financeiro, John Ramsay, atribuiu o crescimento à "consciência maior do produtor" sobre a resistência da larva nos EUA. As vendas de inseticidas da Syngenta subiram 5% no primeiro trimestre, para US\$ 480 milhões.

A American Vanguard comprou uma série de tecnologias e empresas de inseticidas durante os últimos dez anos, apostando que a demanda por pesticida voltaria quando o Bt começasse a perder a eficácia. Essa aposta deu resultado nos últimos anos.

A empresa, que tem sede na Califórnia, divulgou que seu faturamento com inseticidas de solo saltou 50% em 2012 e seu lucro, 70%. Suas vendas de inseticidas subiram 41% no primeiro trimestre, para US\$ 79 milhões, crescimento que foi alimentado pelo pesticida do milho.

Já a FMC, de Filadélfia, registrou um aumento de 9% nas vendas do primeiro trimestre no seu segmento agrícola, que inclui inseticidas e herbicidas, depois de ter tido um salto de 20% no quarto trimestre.

"O setor inteiro está vendo um ressurgimento", disse Aaron Locker, diretor de marketing da FMC, que tem uma receita anual de mais de US\$ 3 bilhões.

No Brasil, as vendas de defensivos agrícolas em geral vêm crescendo na esteira do aumento da produção. Para o milho, em particular, as vendas no ano passado subiram 23,5% em relação a 2011, para US\$ 915 milhões, segundo dados do Sindag.

Embora já tenham sido identificados alguns focos de resistência da larva no Brasil, o fenômeno ainda não atingiu a mesma proporção que nos EUA porque o milho Bt foi introduzido mais tarde no país, em 2008, diz Flavio Hirata, da consultoria de agronegócio Allier Brasil.

"Quanto mais você usa [o transgênico], mais você propicia o desenvolvimento da resistência", diz Hirata, que calcula que 80% das lavouras de milho do país usam hoje sementes transgênicas.

A Monsanto - que foi a primeira, dez anos atrás, a vender um milho resistente à larva do milho e licenciou o gene Bt para outros fabricantes de sementes - informou que continua recomendando aos produtores que façam o revezamento do milho com outras lavouras, como a soja, para "romper o ciclo da larva". A empresa americana também afirmou que ela e outros fabricantes estão vendendo sementes com mais de um fator de resistência às pragas e que está substituindo as sementes Bt convencionais pela versão com múltiplos fatores.

A empresa afirmou ainda que está desenvolvendo uma tecnologia para combater a larva do milho e que espera colocá-la no mercado até o fim da década.

Mas alguns cientistas dizem que a resistência poderia ser um problema persistente. A EPA já alertou que as larvas que desenvolveram resistência às primeiras sementes transgênicas da Monsanto provavelmente vão também se tornar resistentes a outros fatores. Consultores agrícolas e pesquisadores dizem que a população de outras pragas além da larva-alfinete aumentou em muitas regiões nos EUA porque os agricultores estão plantando milho todo ano e porque alguns pararam totalmente de usar pesticidas quando adotaram o milho da Monsanto, mesmo que ele não tenha sido feito para matar outras pragas.

"Quando os híbridos com Bt foram lançados, uma vantagem foi a diminuição dos inseticidas para o solo", diz Michel Gray, entomologista da Universidade de Illinois. "Mas alguns desses ganhos estão sendo rapidamente revertidos."

Novo recorde nas exportações das cooperativas. Tarso Veloso – Valor Econômico, Agronegócios. 23/05/2013

As exportações das cooperativas brasileiras alcançaram o recorde de US\$ 1,838 bilhão no primeiro quadrimestre deste ano, 9,8% mais que em igual intervalo de 2012, segundo dados do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (Mdic). As importações caíram 0,7% na mesma comparação, para US\$ 68,5 milhões.

O açúcar refinado, carro-chefe da paulista Copersucar, liderou os embarques entre janeiro e abril. No total, as vendas do produto ao exterior renderam US\$ 469,5 milhões, ou 25,5% do total exportado pelas cooperativas. Em seguida aparece a carne de frango, com vendas de US\$ 210 milhões (11,5% do total) e açúcar bruto, com US\$ 199 milhões (10,8%). Outros destaques da pauta no quadrimestre são o café em grão, cujas exportações, puxadas pela mineira Cooxupé, foram de US\$ 197 milhões, etanol, com US\$ 152 milhões, e farelo de soja, com US\$ 139 milhões.

Os dados do Mdic mostram que 108 cooperativas de 17 Estados do país realizaram exportações no primeiro quadrimestre. Os embarques das cooperativas de São Paulo alcançaram US\$ 801,3 milhões, ou 43,6% do total, seguidos pelas vendas dos grupos do Paraná (US\$ 443,2 milhões), de Minas Gerais (US\$ 178,6 milhões), e de Santa Catarina (US\$ 128,9 milhões).

As exportações de produtos de cooperativas brasileiras chegaram a 124 países nos quatro primeiros meses deste ano, segundo o Mdic. Os Emirados Árabes Unidos foram o principal destino das vendas, com US\$ 216,5 milhões, ou 11,8% do total. EUA, com US\$ 161,4 milhões, e China, com US\$ 138,8 milhões, também estão entre os maiores compradores.

Mais de 60% dos deputados do PMDB assinaram pedido de CPI da Petrobras. Márcio Falcão – Folha de São Paulo, Poder. 23/05/2013

Ainda sob os efeitos da tumultuada votação da Medida Provisória dos Portos, parlamentares de nove partidos da base aliada assinaram o pedido de criação de uma CPI (Comissão Parlamentar de Inquérito) para investigar a Petrobras.

Ao todo, 199 deputados (28 a mais do que o número necessário) aderiram ao pedido de criação da CPI apresentado por Leonardo Quintão (PMDB-MG), Carlos Magno (PR-RO) e Maurício Quintela Lessa (PR-AL).

Na base aliada, o PMDB foi quem teve a maior adesão, com assinatura de 52 dos 82 parlamentares da bancada. O líder do PMDB, Eduardo Cunha (RJ), que está em rota de colisão com o Planalto especialmente pela votação dos portos, não referendou o pedido.

Dos 37 deputados do PP, 26 assinaram o pedido, que também teve 13 assinaturas do PSC, nove assinaturas do PR e do PTB, três do PDT, além de duas do PSB e uma do PRB e do PC do B. Entre os independentes, três deputados do PSD também assinaram.

Há algumas semanas, parte do PMDB já tinha trabalhado pela instalação da CPI da Petrobras. A movimentação ganhou fôlego na semana passada após a bancada sair derrotada da votação da MP dos Portos. Minutos depois da Câmara derrubar uma emenda do líder do PMDB, Quintão percorreu o plenário pedindo adesão ao texto.

Na avaliação de líderes alinhados com o Planalto, a iniciativa conta com aval de Eduardo Cunha. O governo, no entanto, deve repassar para o presidente da Câmara, Henrique Eduardo Alves (PMDB-RN), a responsabilidade para enterrar a CPI.

A vantagem do governo é que a Câmara tem uma fila de 15 pedidos de criação de CPI. Uma avaliação preliminar de técnicos, porém, indica que apenas cinco dessas solicitações estão dentro das exigências regimentais para funcionar. Atualmente, estão em funcionamento na Casa duas comissões. Pelas regras, até cinco podem funcionar.

'Até paredes sabem que a MP dos Portos teve condutas não republicanas', diz Garotinho. Andreza Matais – Folha de São Paulo, Poder. 23/05/2013

O líder do PR na Câmara, deputado Anthony Garotinho (RJ), afirmou nesta quinta-feira (23) que "até as paredes da Câmara sabem que a Medida Provisória dos Portos teve condutas não republicanas por parte de empresários que ao invés de fazerem lobby fizeram negócios."

Garotinho reiterou que "o seu desejo" é que tudo seja apurado pelo Conselho de Ética da Câmara. "É só colocar [na representação] que o deputado esclareça nessa comissão fatos denunciados por ele relativas a MP dos Portos. Só faltava eu espontaneamente ir ao Conselho de Ética."

O PSD ingressou nesta quinta-feira com representação contra Garotinho para que ele seja processado por quebra de decoro parlamentar por ter feito, durante a votação da MP dos Portos, denúncias que sugerem compra de voto de parlamentares. Em paralelo, a MD e o PSDB ingressaram com outro pedido oposto, para que a Câmara investigue as denúncias apresentadas por Garotinho.

O deputado Miro Teixeira (PDT-RJ) criticou o PSD. "Não é normal investigar o denunciante. Ao receber a petição, o presidente da Câmara dos Deputados pode convertê-la em investigação da denúncia [do Garotinho] num despacho que recoloca o trem nos trilhos [investigando a denúncia e não o denunciante.]"

A MP dos Portos foi aprovada pelo Congresso na última semana, após intenso debate. A medida mudou as regras do setor. Durante a votação, Garotinho denunciou a existência de um esquema bancada por empresários interessados em mudanças na MP que teria cooptado deputados. Uma das emendas de interesse do empresariado foi apelidada por Garotinho de "Tio Patinhas" e permitiu a renovação de contratos de terminais portuários privados instalados em portos públicos sem a revisão de valores.

Grupo discute diretrizes de controle da mosca branca e de lagartas – Site do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA). 24/05/2013

*Representantes do governo e da iniciativa privada estudam a criação de sistema de alerta contra pragas como a *Helicoverpa armigera**

O Grupo de Trabalho responsável pela elaboração do Programa Nacional de Controle de Lagartas e Mosca Branca se reuniu, pela primeira vez, nesta sexta-feira, 24 de maio, na sede do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), em Brasília (DF).

Os participantes do grupo discutiram quais diretrizes de manejo serão adotadas para auxiliar os produtores rurais no combate à mosca branca e alguns gêneros de lagartas com grande potencial de infestação, entre elas, a *Helicoverpa armigera*.

De acordo com o coordenador do grupo e diretor do Departamento de Sanidade Vegetal (DSV/Mapa), Cosam Coutinho, a equipe tem 30 dias para apresentar ao ministro uma proposta de programa nacional de controle dessas pragas, no qual haverá participação de todos responsáveis pela produção agrícola de produtos vegetais que são hospedeiros das mesmas. "As medidas priorizaram a utilização de manejo integrado como sistema de produção que evite a explosão populacional desses agentes biológicos".

O grupo de trabalho, responsável por apresentar essas propostas, foi criado pela Portaria Nº 75, publicada em 21 de maio no Diário Oficial da União, e é composto por representantes da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), Associação Brasileira dos Produtores de Soja (Aprosoja Brasil) e da Associação Brasileira dos Produtores de Algodão (Abrapa), além do Ministério da Agricultura.

Coutinho avisa que em 15 dias, a primeira proposta do programa será encaminhada para todos os integrantes do grupo e, em no máximo três semanas, uma nova reunião será marcada para consolidar as sugestões e encaminhar o documento para análise do ministro da Agricultura, Antônio Andrade.

Entre as propostas, está a de criar um sistema de monitoramento, com o cadastro de produtores agrícolas nacionais, que permita acompanhar problemas decorrentes de infestações de pragas. O sistema será criado em parceria com a Embrapa e alimentado com informações coletadas pelos órgãos estaduais de defesa agropecuária, que fazem parte do Fórum Nacional dos Executores de Sanidade Agropecuária (Fonesa).

UE suspende uso de inseticidas suspeitos de matar abelhas – Valor Econômico, Agronegócios. 24/05/2013

BRUXELAS - As autoridades da União Europeia anunciaram hoje amplas restrições ao uso de três inseticidas suspeitos de causar a morte em massa de abelhas.

Os inseticidas clotianidina e imidacloprid, produzidos principalmente pela gigante alemã Bayer, e o tiametoxam, feito pela Syngenta, terão restrições de uso nas lavouras cujas sementes atraem abelhas. Entre os campos, estão os que produzem milho, girassol, colza e outros cereais.

A proibição entra em vigor em 1º de dezembro, divulgou a Comissão Europeia, o braço executivo do bloco.

A decisão é um “marco no sentido de garantir um futuro mais saudável para as nossas abelhas, que têm dois papéis importantes: produzir mel e, principalmente, servir como agente polinizador”, disse Tonio Borg, representante da área de saúde e consumo da comissão.

Bayer e Syngenta criaram campanhas contra o movimento europeu, argumentando que não há evidências de que os inseticidas contribuem para devastar as colônias de abelhas. Oito países da União Europeia se opuseram ao plano, mas isso não é o suficiente para impedir a adoção do regulamento.

Em reunião com ministro, Kátia Abreu defende investimento em logística. Luiz Henrique Mendes – Valor Econômico, Agronegócios. 24/05/2013

SÃO PAULO - A presidente da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), a senadora Kátia Abreu (PSD-TO), voltou a defender hoje, em encontro com o ministro dos Transportes, César Borges, os investimentos na modernização da logística brasileira para otimizar o escoamento de grãos destinados ao mercado externo, informou comunicado divulgado nesta sexta-feira pela CNA.

No encontro com o ministro, realizado na sede da CNA em Brasília, a senadora defendeu a descentralização a logística brasileira. Atualmente, lembrou Kátia Abreu, as exportações “estão concentradas nos portos da região Sul, especialmente Santos e Paranaguá, responsáveis por 84% do embarque da soja e do milho exportados pelo país”.

Na avaliação da senadora, os Estados do Pará, Maranhão e Tocantins deveriam ser as prioridades do país na descentralização logística, com a criação de novos portos, modernização dos terminais em operação e hidrovias.

Durante as discussões da MP dos Portos, aprovada na semana passada no Congresso, a senadora Kátia Abreu foi uma das principais defensoras da proposta que visa estimular os investimentos privados no setor portuário.

Justiça do Pará remarca para setembro julgamento do caso Dorothy Stang – Folha de São Paulo, Poder. 24/05/2013

O fazendeiro Vitalmiro Bastos de Moura, acusado de ser o mandante do assassinato da missionária Dorothy Stang, 74, ocorrido em 2005, será julgado novamente, em Belém (PA), no próximo dia 19 de setembro.

O júri será presidido pelo juiz Raimundo Moisés Alves Flexa, titular do 2º Tribunal do Júri da Capital e a sessão deverá iniciar a partir das 8h com a leitura do pregão para checagem de testemunhas que prestarão depoimentos, na presença dos representantes da Promotoria de Justiça e defesa do acusado.

Vitalmiro Moura está preso cumprindo sentença condenatória em uma penitenciária da região metropolitana de Belém.

Este é o quarto julgamento que o fazendeiro é submetido. O primeiro realizado em 15 de maio de 2007, quando foi Vitalmiro Moura foi condenado a 29 anos de reclusão em regime semiaberto. A defesa do réu apelou da sentença condenatória, tendo em vista que à época a lei previa protesto por novo júri para sentença condenatória acima de 20 anos. Novamente, o réu foi julgado em 6 de maio de 2008 e os jurados absolveram o fazendeiro.

A promotoria de justiça apelou da decisão e júri foi anulado em razão dos jurados votarem contrário às provas dos autos. No terceiro júri do fazendeiro, em 12 de abril de 2010, Vitalmiro Moura foi condenado a 30 anos, por conta do agravante da vítima ser maior de 60 anos.

Mais uma vez, a defesa recorreu e conseguiu em Brasília anular a condenação. A decisão foi da Segunda Turma do STF (Supremo Tribunal Federal), no último dia 14, no entanto, foi mantida a prisão do fazendeiro. O argumento da defesa para pedir a anulação foi de que o defensor público designado para fazer a defesa do réu não teve tempo suficiente para defender adequadamente o réu.

PMDB engrossa pedido para investigar a Petrobras – Folha de São Paulo, Poder. 24/05/2013

Em uma ação coordenada pelo PMDB, a Petrobras corre o risco de ser investigada pela Câmara dos Deputados. O comando da Casa recebeu o pedido de criação de uma CPI para apurar irregularidades na estatal.

Principal aliado do PT na coalizão de Dilma Rousseff no Congresso, o PMDB está insatisfeito com o Palácio do Planalto especialmente depois da votação da Medida Provisória dos Portos.

Há ainda reclamações de cortes nos orçamentos dos ministérios comandados pelo partido, como Turismo e Agricultura. Outra insatisfação dos peemedebistas é com os arranjos estaduais para as eleições de 2014.

Dos 199 parlamentares (28 a mais que o necessário) que assinaram o pedido de CPI, 120 são da base aliada. A maior adesão foi do PMDB, com 52 assinaturas.

No pedido, os deputados pedem, entre outras coisas, análise sobre o processo de compra e venda de ativos no exterior e a situação das refinarias em construção.

O governo espera que o presidente da Câmara, Henrique Eduardo Alves (PMDB-RN), enterre a medida e a deixe na fila de CPIs, que tem outros 15 pedidos.

Diante das ameaças de rebelião em sua base, o Planalto tentará manter distância de embates com o Congresso e avalia economizar até mesmo no envio de medidas provisórias.

Congressistas têm aconselhado o governo a colocar o pé no freio. Projetos com potencial explosivo, ou de grande desgaste, devem ficar na geladeira até baixar a temperatura no Legislativo.

Paralelo 16 Sul. Kátia Abreu – Folha de São Paulo, Mercado. 25/05/2013

Nos primeiros tempos de nossa história, um meridiano concebido pelos homens -o meridiano de Tordesilhas- quis dividir nosso país em dois mundos diferentes.

Mas a obra dos reis não conseguiu separar os brasileiros que, nas inesquecíveis palavras de Tancredo Neves, empurraram com o seu peito a linha imaginária até onde eles julgaram ser terra brasileira.

Séculos depois, a ocupação econômica efetiva do nosso território parece ter separado novamente o Brasil com outra linha imaginária: o paralelo 16 Sul.

Abaixo dela, prosperaram as cidades, multiplicaram-se as indústrias e implantou-se um extenso sistema de infraestrutura, com rodovias, ferrovias, energia e portos.

Acima, com exceção da faixa costeira do Nordeste brasileiro, uma vasta extensão de terras restou quase intocada.

Mais uma vez, os brasileiros não se curvaram frente ao destino que lhes impunha a linha imaginária.

Cruzaram-na com energia, construindo a partir do nada um vigoroso sistema de produção.

Hoje, esse espaço já produz 80,3 milhões de toneladas de soja e milho -mais da metade da produção nacional, embora nosso sistema logístico continue funcionando como se o Brasil só existisse ao sul daquele paralelo.

Essa anomalia faz com que 86% dos grãos produzidos no Mato Grosso, Goiás, Tocantins, oeste da Bahia e sul do Maranhão e do Piauí sejam exportados a partir dos portos de Santos, Paranaguá, São Francisco do Sul e Vitória.

Depois de percorrer mais de 2.000 km de estradas precárias, essa carga ainda fica presa no tráfego das cidades portuárias por dias. Um triste espetáculo que se repete a cada ano e faz com que a tão produtiva agricultura brasileira perca renda e competitividade.

Enquanto a maior parte da nossa produção estava localizada no sul do país, próxima dos portos do Sul e Sudeste, o custo do transporte da fazenda ao porto era de US\$ 28 a tonelada.

O dobro dos US\$ 14 registrados na Argentina e dos US\$ 15 dos Estados Unidos.

Mas, isso, no ano de 2003.

Passada uma década, a situação agravou-se. Com a transferência da produção para o Norte, o custo Brasil do transporte subiu para incríveis US\$ 85 a tonelada, contra US\$ 23 dos Estados Unidos e US\$ 20 da Argentina.

É de se lamentar, pois o alto custo logístico subtrai renda do produtor, uma vez que o preço final é fixado pelo mercado global.

Isso não é aceitável e não pode continuar, porque o abastecimento do mercado internacional de soja e milho será feito, de forma crescente, pelo Arco Norte do Brasil.

A produção do Sul, por sua vez, estará cada vez mais comprometida com os imensos plantéis de suínos e aves. Afinal, o país já é o maior exportador mundial de frango.

E o que se produz acima do paralelo 16 poderá ser exportado por vários terminais que já estão em construção nos sistemas portuários de Belém e São Luiz.

As saídas do Arco Norte economizarão entre 500 e mil quilômetros de fretes terrestres.

Os portos dessa região respondem por apenas 14% das exportações do país devido à carência de infraestrutura e de acessos por rodovia, ferrovia ou hidrovia.

Mas vem aí um complexo intermodal que inclui estradas federais e três hidrovias (do Madeira, Teles-Pires Tapajós e Tocantins), além da ferrovia Norte-Sul com seus dois braços (o Fiol, que vai até Ilhéus e o Fico, até Mato Grosso).

Com esses três novos corredores rodohidroferroviários, teremos uma economia em torno de 30% no custo do frete. E os novos portos têm a vantagem adicional de acesso ao canal do Panamá, reduzindo o trajeto marítimo até a Ásia, principal destino dessas exportações.

Essa nova infraestrutura portuária vai reconfigurar a geografia do Brasil, completando a heroica ocupação iniciada pelos primeiros agricultores que descobriram de fato nosso país, como os bandeirantes no passado.

É claro que isso só está se tornando possível pela presença da iniciativa privada.

Mas ainda há quem queira que portos sejam exclusividade do Estado e privilégio de dois ou três grupos econômicos!

Inkra qualifica informações sobre imóveis rurais em nome de estrangeiros no País – Site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). 28/05/2013

Uma nova base de dados desenvolvida pelo Incra e pelo Serviço Federal de Processamento de Dados (Serpro) está permitindo qualificar as informações sobre compra de terras por estrangeiros no País, além de tornar mais eficiente o controle dos processos relacionados ao tema em tramitação na autarquia. O Sistema Nacional de Aquisição e Arrendamento de Terras por Estrangeiros (Sisnate), em funcionamento, já permitiu identificar inconsistências em oito mil dentre as 34,3 mil propriedades constantes no Incra como pertencentes a pessoas ou empresas de outros países cadastradas no Incra.

“São imóveis nos quais não constam o código de nacionalidade do proprietário ou arrendatário ou o país-sede da pessoa jurídica, por exemplo; problema que foi definitivamente eliminado com a entrada do Sisnate no ar”, aponta o coordenador de Cadastro Rural do Incra, Evandro Cardoso. Segundo explica, essas e as demais informações registradas no sistema estão sendo analisadas e passarão por um processo de depuração e correção, permitindo, assim, conhecer melhor o cenário que envolve a compra de terras por estrangeiros no Brasil.

O Sisnate está integrado ao Sistema Nacional de Cadastro de Imóveis Rurais (SNCR), base sob gestão do Incra em que consta toda a estrutura fundiária brasileira declarada pelos proprietários e contém 5,8 milhões de imóveis cadastrados. Com essa interface, qualquer informação agregada a um dos sistemas ocasionará, automaticamente, a atualização do outro.

As ferramentas disponíveis permitem a geração de relatórios estatísticos e a emissão de gráficos que apontam o quantitativo de estrangeiros no país e nos municípios, além do percentual de área do município ocupado por eles. Desta forma, é possível verificar automaticamente se está sendo cumprido o que determina a Lei 5.709/71 (até 25% da área do município pode ser ocupada por estrangeiros e 10% da área pode ser ocupada por estrangeiro de mesma nacionalidade).

Antes da entrada em vigor do novo sistema, essa averiguação tinha que ser feita a partir da análise dos processos físicos, todos em papel, e o Incra dependia essencialmente da certidão emitida pelos cartórios para saber se os limites haviam sido alcançados.

“Os cartórios vão continuar emitindo as certidões, mas a consolidação de uma base de dados onde se tem uma única fonte de informação para pesquisar dados organiza nossa capacidade de gestão em torno desse tema, facilitando o controle e o processo de transparência”, afirma o diretor de Ordenamento da Estrutura fundiária do Incra, Richard Torsiano.

Agora, todos os processos são registrados no Sisnate e terão sua tramitação acompanhada por servidores com acesso à base de dados. É possível saber, por exemplo, quais analistas visualizaram ou realizaram atualizações nos processos de aquisição abertos na autarquia. Além de servidores, cartórios e órgãos que tenham assinado termo de cooperação com o Incra poderão acessar as informações.

Capacitações

Servidores das 30 superintendências do Incra responsáveis pela análise dos processos de autorização para aquisição ou arrendamento de imóvel rural por estrangeiro já foram capacitados a realizar o gerenciamento e a operação do novo sistema. Os encontros, realizados nos meses de março e abril, possibilitaram reunir sugestões para aperfeiçoar o Sisnate.

As propostas de aprimoramento serão analisadas e, caso sejam consideradas pertinentes, vão ser demandadas ao Serpro, responsável por “hospedar” o sistema.

O passo seguinte será a abertura do Sisnate a consultas externas, possibilitando a qualquer cidadão realizar pesquisas a respeito da presença de estrangeiros no meio rural brasileiro. “Quem quiser saber quantos estrangeiros há em determinado município, por meio do sistema terá não só o número, mas o percentual e a localização deles. Essa é a perspectiva, de que o sistema traga a publicização das informações”, reforça Torsiano.

Nova regra para caminhões aumenta congestionamento no acesso a Santos. Laiz Souza – O Globo, Economia. 28/05/2013

SÃO PAULO, 28 Mai (Reuters) - As principais rodovias de acesso ao porto de Santos, o principal do país, voltaram a ficar congestionadas por caminhões, com um decreto

municipal de Cubatão, que proíbe os pátios de caminhões de operarem no período noturno, prejudicando ainda mais o escoamento das safras do país.

O decreto da Prefeitura de Cubatão, que passou a valer a partir de segunda-feira, proibiu os pátios reguladores de funcionarem fora do horário comercial, com o objetivo de pressionar autoridades por uma solução para as constantes filas de veículos registradas desde o início do ano, por conta do escoamento da safra recorde de grãos.

Com os pátios fechados à noite, entretanto, os caminhões formaram grandes filas nas rodovias, agravando o problema.

Na manhã desta quarta-feira havia fila de 24 quilômetros na rodovia Anchieta, em direção ao litoral, e congestionamentos na rodovia Cônego Domênico Rangoni (em direção ao Guarujá) na altura do acesso aos pátios reguladores, segundo o site da concessionária que administra a via.

Segundo nota da Prefeitura de Cubatão, a medida de impacto visa, além da diminuição dos constantes congestionamentos nos limites municipais, cobrar respostas dos terminais portuários para a resolução do problema.

De acordo com a prefeita Marcia Rosa, os estabelecimentos e os terminais portuários foram constantemente procurados para auxiliarem na solução do problema, mas os transtornos continuam a ocorrer.

Segundo ela, o município sofre constantes prejuízos com os problemas logísticos deste período de safra.

As principais rodovias de acesso ao porto de Santos voltaram a ficar congestionadas de caminhões na semana passada, com a chuva prejudicando o escoamento da safra de grãos e de açúcar.

Com a chuva, não é possível abrir os porões dos navios para o recebimento das cargas agrícolas, o que atrasa o embarque e conseqüentemente a chegada do carregamento.

Os problemas logísticos da safra atual estão gerando custos adicionais que correm os ganhos do setor exportador.

O agronegócio do Brasil exportará em 2013 volumes recordes do seu principal produto, a soja, mas o setor exportador de grãos amargará gastos extras de mais de 1 bilhão de dólares, por conta dos problemas de logística e infraestrutura do país.

O Estado incita a violência no campo – Site da Comissão Pastoral da Terra (CPT). 29/05/2013

Assessora jurídica da CPT Rondônia apresentará em Congresso a ser realizado na cidade de Natal (RN), artigo em que defende a tese de que a impunidade e a inoperância do Estado em resolver os conflitos no campo, não somente mantém a prática ainda

vigente, como incita a violência. Desse forma o Estado possui ação direta sobre essa violência praticada contra os povos do campo. Confira a análise:

O Estado de Rondônia não somente é culpado de omissão pela falta de apuração dos crimes acontecidos no campo, como criminalizar as vítimas, quando essas são lideranças camponesas, teimam em desqualificar a sua luta, o que permite que a violência no campo não seja apurada de forma adequada, a não ser em prejuízo dos camponeses.

Esta é a tese defendida por Lenir Correia Coelho, Assessora Jurídica da Comissão Pastoral da Terra de Rondônia e advogada popular, que teve seu artigo aprovado para apresentação e defesa na Universidade Federal de Natal (Rio Grande do Norte), onde aborda, a partir da teoria de Estado de Exceção do teórico jurídico Giorgio Agamben, o Inquérito Policial do assassinato de Renato Nathan, acontecido o dia 09/04/2012, em Jacinópolis (Nova Mamoré, Rondônia).

O artigo será apresentado no III Seminário do Instituto de Pesquisa, Direitos e Movimentos Sociais, no período de 28 de maio a 01 de junho, e será publicado pela UFRN.

A CPT RO além de registrar os atos de violência agrária contra os camponeses, também tem como objetivo o combate a impunidade dos mesmos. De 09 mortes registradas pela CPT RO em 2012, apenas uma delas tem o suposto autor atrás das grades.

Com a falta de apuração do crime e acusações contra as vítimas do campo, como no caso da morte de Renato Nathan, ao invés do Estado reduzir a violência, o mesmo estaria impulsionando tal violência, através de sua omissão e falta de competência para apurar os crimes ocorridos no campo. No caso do homicídio de Renato Nathan a situação é mais grave quando a suspeita é que autores da morte podem ser policiais do Estado de Rondônia.

Segundo Ata da 459^a Reunião da Comissão Nacional de Combate à Violência no Campo, de dia 26 de Abril de 2013 em Porto Velho (RO), "O Delegado especializado em mediação de conflitos agrários do Estado de Rondônia, doutor Júlio José da Paixão Neto, esclareceu que o inquérito policial instaurado pela Delegacia de Polícia Civil de Buritis, para apurar as circunstâncias do homicídio de Renato Nathan Gonçalves Pereira, ocorrido em 10 de abril de 2012, em Jacinópolis, distrito de Nova Mamoré, próximo a Buritis, se encontra em andamento, e não foram identificados os autores e nem a motivação do crime."

Renato Nathan foi assassinado em 09 de abril de 2012 e tem havido esforços de organizações de defesa dos direitos humanos de todo o Brasil em pedir a apuração do crime.

O artigo apresentado pela Dra. Lenir está titulado como "INQUÉRITO POLICIAL DO ASSASSINATO DO CAMPONÊS RENATO NATHAN: CRIMINALIZAÇÃO DA VÍTIMA E DESQUALIFICAÇÃO DA LUTA CAMPONESA".

A autora afirma que o mesmo "foi elaborado a partir da necessidade de compreender a criminalização dos movimentos sociais de luta pela terra, principalmente quando o Estado exime-se de suas responsabilidades em apurar o assassinato de um camponês, e em vez disso utiliza-se dos mais diversos mecanismos, inclusive da imprensa, com a intenção clara de difamar a vítima e culpá-la pela violência no campo."

Neste caso, não somente a morte ainda resta sem esclarecimento e na impunidade, segundo a Dra Lenir, "Ao criminalizar a vítima e desqualificar a sua luta em defesa dos camponeses, o Estado incita a violência no campo e contribui para a marginalização das legítimas lutas em defesa da terra".

Este fato estaria comprovado no inquérito aberto sobre o homicídio, onde "Da análise e compreensão do inquérito percebe-se claramente, a tentativa do Estado de transformar o camponês em bandido e desta forma, justificar o seu assassinato", num verdadeiro "Estado de Exceção instaurado em Jacinópolis", onde "o Estado ausenta-se de suas atribuições e impõe-se de qualquer forma (...), as expensas da violência e desqualificação das vítimas e de suas lutas".

O Estado de Rondônia não somente é culpado de omissão pela falta de apuração dos crimes acontecidos no campo, como criminalizar as vítimas, quando essas são lideranças camponesas, teimam em desqualificar a sua luta, o que permite que a violência no campo não seja apurada de forma adequada, a não ser em prejuízo dos camponeses.

Esta é a tese defendida por Lenir Correia Coelho, Assessora Jurídica da Comissão Pastoral da Terra de Rondônia e advogada popular, que teve seu artigo aprovado para apresentação e defesa na Universidade Federal de Natal (Rio Grande do Norte), onde aborda, a partir da teoria de Estado de Exceção do teórico jurídico Giorgio Agamben, o Inquérito Policial do assassinato de Renato Nathan, acontecido o dia 09/04/2012, em Jacinópolis (Nova Mamoré, Rondônia).

O artigo será apresentado no III Seminário do Instituto de Pesquisa, Direitos e Movimentos Sociais, no período de 28 de maio a 01 de junho, e será publicado pela UFRN.

A CPT RO além de registrar os atos de violência agrária contra os camponeses, também tem como objetivo o combate a impunidade dos mesmos. De 09 mortes registradas pela CPT RO em 2012, apenas uma delas tem o suposto autor atrás das grades.

Com a falta de apuração do crime e acusações contra as vítimas do campo, como no caso da morte de Renato Nathan, ao invés do Estado reduzir a violência, o mesmo estaria impulsionando tal violência, através de sua omissão e falta de competência para apurar os crimes ocorridos no campo. No caso do homicídio de Renato Nathan a situação é mais grave quando a suspeita é que autores da morte podem ser policiais do Estado de Rondônia.

Segundo Ata da 459ª Reunião da Comissão Nacional de Combate à Violência no Campo, de dia 26 de Abril de 2013 em Porto Velho (RO), "O Delegado especializado em mediação de conflitos agrários do Estado de Rondônia, doutor Júlio José da Paixão Neto, esclareceu que o inquérito policial instaurado pela Delegacia de Polícia Civil de Buritis, para apurar as circunstâncias do homicídio de Renato Nathan Gonçalves Pereira, ocorrido em 10 de abril de 2012, em Jacinópolis, distrito de Nova Mamoré, próximo a Buritis, se encontra em andamento, e não foram identificados os autores e nem a motivação do crime."

Renato Nathan foi assassinado em 09 de abril de 2012 e tem havido esforços de organizações de defesa dos direitos humanos de todo o Brasil em pedir a apuração do crime.

O artigo apresentado pela Dra. Lenir está titulado como "INQUÉRITO POLICIAL DO ASSASSINATO DO CAMPONÊS RENATO NATHAN: CRIMINALIZAÇÃO DA VÍTIMA E DESQUALIFICAÇÃO DA LUTA CAMPONESA".

A autora afirma que o mesmo "foi elaborado a partir da necessidade de compreender a criminalização dos movimentos sociais de luta pela terra, principalmente quando o Estado exime-se de suas responsabilidades em apurar o assassinato de um camponês, e em vez disso utiliza-se dos mais diversos mecanismos, inclusive da imprensa, com a intenção clara de difamar a vítima e culpá-la pela violência no campo."

Neste caso, não somente a morte ainda resta sem esclarecimento e na impunidade, segundo a Dra Lenir, "Ao criminalizar a vítima e desqualificar a sua luta em defesa dos camponeses, o Estado incita a violência no campo e contribui para a marginalização das legítimas lutas em defesa da terra".

Este fato estaria comprovado no inquérito aberto sobre o homicídio, onde "Da análise e compreensão do inquérito percebe-se claramente, a tentativa do Estado de transformar o camponês em bandido e desta forma, justificar o seu assassinato", num verdadeiro "Estado de Exceção instaurado em Jacinópolis", onde "o Estado ausenta-se de suas atribuições e impõe-se de qualquer forma (...), as expensas da violência e desqualificação das vítimas e de suas lutas".

Ações de apoio ao Código – Site do Ministério do Meio Ambiente (MMA). 29/05/2013

Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco receberá R\$23,8 milhões para atividades de fomento e implantação de parques

Do FNMA

O Fundo Nacional do Meio Ambiente (FNMA), em parceria com o Fundo Nacional sobre Mudança do Clima (Fundo Clima) e Fundo Socioambiental da Caixa Econômica Federal (Fundo Caixa) lançam, na próxima semana, dentro das comemorações do Dia Mundial do Meio Ambiente, edital de fomento para a região da Bacia Hidrográfica do

Rio São Francisco, no valor de R\$ 23,8 milhões. A área, considerada prioritária em decorrência dos níveis de criticidade hídrica, abrange sete sub-bacias localizadas nos biomas Cerrado e Mata Atlântica. O objetivo do investimento é apoiar ações de implementação do novo Código Florestal, Lei 12.651/2012, tanto em ambiente urbano como rural na região.

O edital oferece duas chamadas. A primeira aborda a qualificação da oferta de sementes e mudas nativas e recuperação de áreas de preservação permanente. Com o recurso, será promovido um programa de capacitação voltado principalmente para o jovem rural, com o objetivo de qualificar a oferta de sementes e mudas de nativas para o mercado da região de abrangência do projeto. O recurso para essa chamada, especificamente, será do FNMA e Fundo Clima.

“Dessa forma também será gerada alternativa ascendente de renda aos capacitados, considerando a demanda por mudas e sementes que passa a se projetar após a aprovação da nova Lei Florestal”, explica a diretora do FNMA, Ana Beatriz de Oliveira. Segundo ela, o apoio financeiro proporcionará, além da geração de mão de obra qualificada para coleta de sementes e produção de mudas, a capacitação de viveiristas da região. “Também serão incentivados pequenos negócios a partir da implementação de unidades incubadoras, que possibilitarão ao capacitando iniciar seu negócio”, acrescenta.

Já a segunda chamada será para a implantação de Parques Fluviais Urbanos. A ação inaugura a agenda de iniciativas apoiadas pelo FNMA e Fundo Caixa após a aprovação do novo Código, voltadas à recuperação paisagística de áreas marginais aos cursos d’água localizadas em ambientes urbanos consolidados. “Os projetos que concorrerão à essa chamada já passaram por uma primeira etapa de apoio, em 2009, quando o Ministério do Meio Ambiente fomentou a elaboração de projetos básicos para municípios localizados na Bacia do Rio São Francisco”, detalha Ana Beatriz. Segundo ela, agora, o objetivo é tirar do papel e materializar o trabalho já acumulado, no entanto, à luz do Novo Código Florestal.

Coordenador
Sergio Leite

Pesquisadores

Ademir A. Cazella, Andrey Cordeiro Ferreira,
Catia Grisa, Claudia Job Schmitt, Fábio Luiz Búrigo,
Georges Flexor, Jorge Romano, Karina Kato,
Lauro Mattei, Leonilde Medeiros, Nelson Delgado,
Philippe Bonnal, Renato S. Maluf, Silvia Zimmermann

Assistentes de Pesquisa

José Renato S. Porto, Valdemar João Wesz Junior

Secretária
Diva de Faria

op
pa **Observatório de Políticas**
Públicas para a Agricultura

CPDA Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais
em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade
UFRRJ - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Endereço: Av. Presidente Vargas, 417 / 8º andar
Centro Rio de Janeiro - RJ CEP 20071-003

Telefone: 21 2224 8577 – r. 214

Fax: 21 2224 8577 – r. 217

Correio eletrônico: oppa@ufrj.br

Sítio eletrônico: www.ufrj.br/cpda/oppa